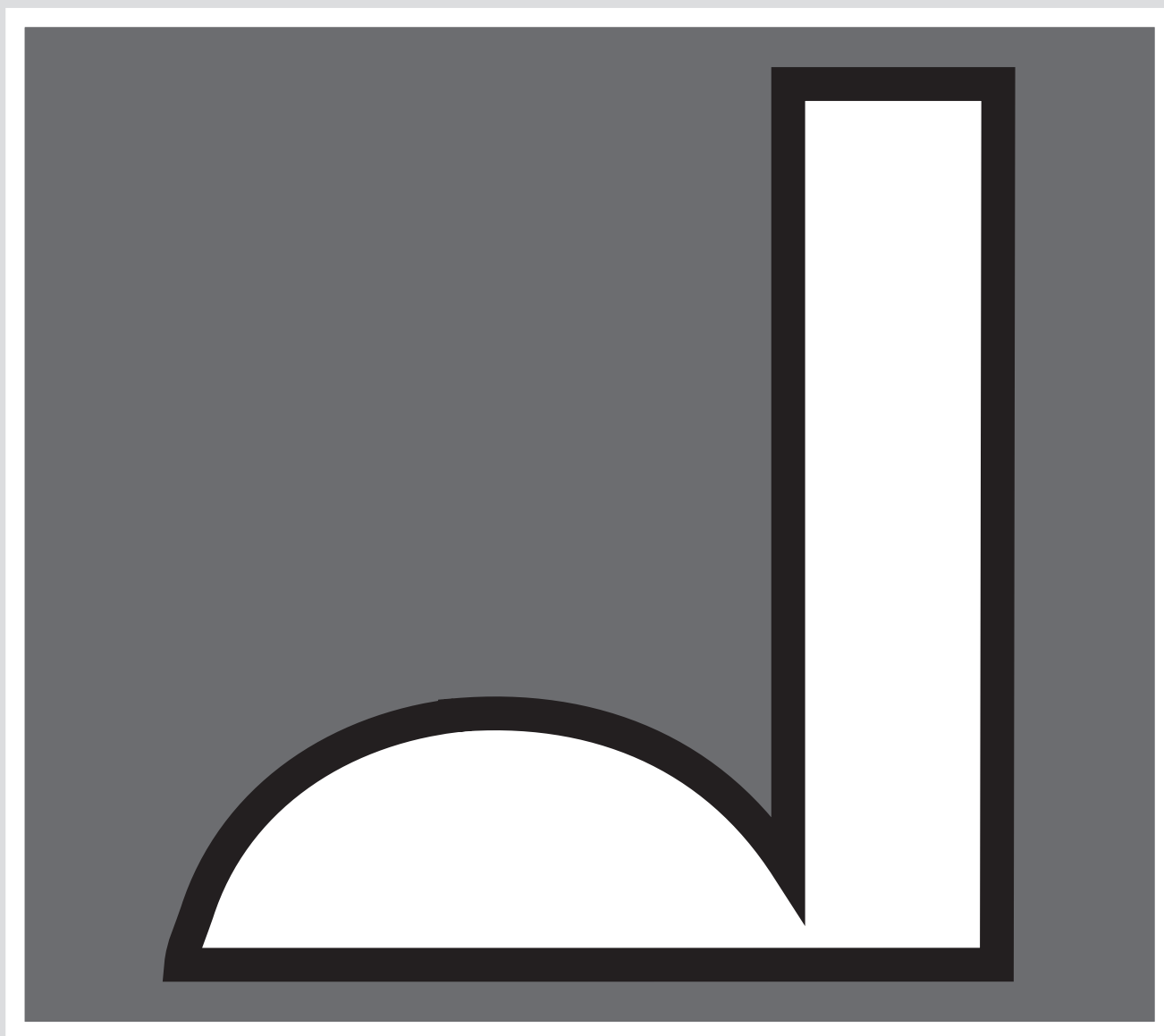




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 015 - SEXTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	Suplentes de Secretário
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA MARISA SERRANO – Protesto contra as invasões de fazendas ocorridas no país durante o carnaval, promovidas por organizações dissidentes do MST e sindicatos ligados à CUT. 03217

SENADOR MARCO MACIEL – Apelo ao Congresso Nacional por prioridade no trato das questões das reformas políticas. 03220

SENADORA IDELI SALVATTI – Homenagem ao carnaval brasileiro. Registro da presença do Presidente Lula, amanhã, em Florianópolis, para inauguração da linha de transmissão de energia para a Ilha de Santa Catarina. Importância da solenidade ocorrida hoje no Palácio do Planalto, quando foram assinados os decretos de outorga e os contratos de construção da maior linha de transmissão de energia do Planeta..... 03224

SENADOR ADELMIR SANTANA – As repercussões da crise econômica mundial no Brasil e sugestões para minimizar seus efeitos. 03226

SENADOR JOÃO PEDRO – Defesa da recuperação da Rodovia BR-319, que liga Manaus/AM a Porto Velho/RO. 03228

SENADOR MÃO SANTA – Comentários à matéria intitulada “Estradas do Sul do Piauí estão abandonadas”, publicada no jornal *Diário do Povo do Piauí*. Apelo ao Governo Federal pela continuidade das obras inacabadas no Piauí. 03231

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Considerações sobre o alto índice de acidentes ocorridos nas rodovias brasileiras. Importância do projeto de autoria de S. Ex^a, recém-aprovado, que trata da obrigatoriedade do *air bag* em todos os automóveis fabricados no Brasil. A morosidade do Governo Federal na melhoria das estradas. Apelo pela continuidade na fiscalização do uso de álcool pelos motoristas. 03234

SENADOR VALDIR RAUPP – Os investimentos do Governo Federal no Estado de Rondônia. 03237

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Leitura de carta do italiano Césare Battisti aos Ministros do Supremo Tribunal Federal..... 03239

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 9, de 2009 (nº 120/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 241/2009, proferido nos autos do processo nº TC 002.811/2006-6, referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviço de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho compreendido entre os Municípios de Rio de Janeiro e São Paulo. 03247

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 38, de 2009 (nº 87/2009, na origem), de 18 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia*..... 03247

Nº 39, de 2009 (nº 88/2009, na origem), de 18 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe*. 03251

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 122, de 2009, lido na sessão do dia 20 último. 03255

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 124, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso à Caixa Econômica Federal*..... 03255

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Preparatória, realizada em 2 de fevereiro de 2009 e publicada no *Diário*

do Senado Federal nº 001, de 3, 4 e 5 de fevereiro de 2009..... 03257

3 – ATAS

a) Ata da 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008..... 03258

b) Atas das 3ª e 4ª Reuniões da Comissão Temporária da Reforma do Regimento Interno, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008..... 03260

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 14ª Sessão não Deliberativa em 26 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, Mão Santa, João Pedro e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos, e encerra-se às 17 horas e 45 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Declaro aberta a sessão de quinta-feira, 26 de fevereiro de 2009, às 14 horas e 06 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Senadoras e Senadores, Padre Antônio Vieira diz que “palavra sem exemplo é um tiro sem bala”. O exemplo arrasta. E ontem o nosso Presidente José Sarney deu esse grande exemplo. Talvez no mundo nenhum Congresso... Eu acho que, na história do Brasil, também poucas vezes o Congresso funcionou na Quarta-Feira de Cinzas. E hoje, com muita emoção, li o jornal que, também com sua eficiência, reproduzia a sessão de ontem, aberta às 14 horas pelo nosso exemplar Presidente, Senador Sarney. Vários oradores por aqui passaram e debateram os problemas do nosso País.

Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita, cavalheiro, a Senadora Marisa Serrano, que é professora, do Mato Grosso do Sul, do PSDB, uma encantadora mulher brasileira.

V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que desejar.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer as suas palavras, quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita pela oportunidade desta troca comigo e gostaria aqui de, em cumprimentando a todos, como fizemos ontem, falar de outro assunto que está me preocupando tanto e que preocupa todos os brasileiros.

Neste carnaval, que oficialmente acabou ontem – embora na Bahia, em Pernambuco, do Senador Marco Maciel, deve haver algum bloco na rua ainda –, algo atípico aconteceu: todos os jornais e revistas estamparam o problema das invasões de terra, que aconteceram justamente durante o carnaval. A mais séria delas e a maior delas, talvez não a mais séria, mas a maior delas foi o carnaval vermelho, em que várias

organizações ditas sociais invadiram o Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo, na fronteira com o meu Estado, ali na beira do rio Paraná. Duas mil pessoas participaram das invasões. Vinte e três fazendas foram invadidas em dezesseis municípios.

Quem participou dessa invasão ou dessas invasões?

Os dissidentes do MST: o Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra), o Uniterra (Brasileiros Unidos pela Terra), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Que fazendas eles invadiram?

As fazendas que estão em processo de desapropriação pelo Incra e aquelas fazendas, a maioria delas, que eles acharam que eram improdutivas, sem que a lei desse o resultado final dos levantamentos feitos.

Coloquei essa do carnaval vermelho, cujo líder do movimento, o Rainha, já foi preso, que todo Brasil conhece pelas seguidas invasões que ele tem feito, não só em São Paulo, mas instigado em todo o País. Mas quero também dizer: foi só essa? Não. Mais do que essas todas que nos indignaram em São Paulo, aconteceu também em Pernambuco, a terra do Senador Marco Maciel, com quem eu estava falando há poucos minutos, no sábado de carnaval também.

O que aconteceu em Pernambuco? Numa cidadezinha que eu não conhecia, Senador Marco Maciel, o chamado Município de São Joaquim do Monte, a 137 quilômetros do Recife, quatro pessoas foram mortas pelos invasores. Dois foram presos, os que praticaram o assassinato, e vários estão foragidos.

Qual foi a organização que comandou essa invasão? O MST.

Isso, Senador Marco Maciel, aperta o coração da gente. Essa foi outra questão inaceitável, porque não dá para imaginarmos que a posse da terra seja mais importante do que uma vida, ainda mais quando são quatro vidas. E não estou aqui querendo dizer que nós estamos de um lado ou de outro. Eu não estou do lado de quem invade, como também não estou do lado de quem se arma para, na bala, segurar os invasores. Mas não pode continuar do jeito que está.

Eu concedo o aparte ao Senador Marco Maciel, mas depois eu quero falar de mais duas invasões que aconteceram no carnaval: uma, no oeste do Paraná; e a outra, no meu Estado, em Mato Grosso do Sul.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a traz a debate da Casa assunto momentoso que se caracteriza sobretudo pela ação do MST e de outras instituições que agem paralelamente a esse movimento com relação à questão fundiária brasileira. Com muita oportunidade, V. Ex^a lembrou o que ocorreu, na semana passada, no Município São Joaquim do Monte, no agreste de Pernambuco, próximo da capital, a 137 km. Devo observar que a invasão das terras foi seguida de ação muito violenta, que levou a óbito quatro pessoas que defendiam a propriedade então sendo invadida. V. Ex^a salientou muito bem que não estamos aqui para defender os invasores da terra, mas, tampouco, para considerar legítima a ação de proprietários ou de pessoas armadas que se oponham a isso. Uma coisa é relevante destacar: se queremos consolidar o Estado democrático de direito que foi e é a grande aspiração da Constituição de 1988, precisamos fazer com que a lei realmente prevaleça sempre na solução de todos os conflitos. Só assim consolidamos uma democracia verdadeiramente compatível com as aspirações do País, o grande objetivo dos constituintes de vinte anos atrás. Daí porque quero dizer que V. Ex^a situa muito bem a questão, que está a exigir a atenção do Congresso e também do Poder Executivo Federal. Portanto, o discurso de V. Ex^a, Senadora Marisa Serrano, é extremamente importante, pois avalia com competência, posto que o seu Estado tem sido alvo de não poucas invasões também.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Marco Maciel. Agradeço as sábias palavras de V. Ex^a.

Quando V. Ex^a fala do Estado democrático de direito, lembro-me de que fiquei muito mais tranquila ao ouvir o Presidente do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, ontem à noite, falando sobre as invasões de terra, não só de Pernambuco, mas do Pontal do Paranapanema. O Ministro dizia justamente isto que V. Ex^a disse aqui, que não pode um Estado, seja qual for – aí falo de Estado como Nação –, aceitar esse tipo de invasão que estamos vendo no nosso País há mais de vinte anos. Aliás, desde 1980 estamos vendo esse tipo de ação sendo desenvolvida.

Que país pode dizer que é culto, de Primeiro Mundo, democrático, mas que aceita esse tipo de ação, como continuamente nós estamos aceitando?

Já passou do tempo, Senador Mão Santa, de se tomar uma medida contra isso. Eu pedi para levantar

todos os projetos que estão nesta Casa e no Congresso Nacional a respeito de organizar, de apoiar e ajudar o Governo Federal. Se o Incra, a Funai e Ministérios não têm condições de nos colocar para o País uma proposta de reforma fundiária exequível, este Congresso tem que dar voz a milhares de pessoas que estão inseguras neste País.

E o Ministro Gilmar Mendes ontem disse, com muita sabedoria, que não aceita esse ataque ao Estado de direito, como não aceita também que o Governo Federal coloque recursos, milhões, Senador Marco Maciel – fiz esse levantamento –, milhões na mão desses ditos movimentos sociais para fazer as invasões.

O que nós queremos? É que o povo brasileiro que queira realmente trabalhar a terra tenha o direito de trabalhar. E o Governo e nós temos a obrigação de auxiliar aqueles que querem tirar da terra o seu sustento. Mas queremos também proteger aqueles que têm legitimamente a sua terra, que são produtores, que estão ajudando este País, que são realmente as pessoas que aguentam toda a âncora comercial brasileira, pois, numa época de crise como esta, é onde nós vamos nos segurar para que o Brasil continue dando a todos os brasileiros condições de sobrevivência. Nós temos que equilibrar essas duas forças. Nem um lado, nem o outro. E nenhum lado pode usar da violência. O dia em que nós aceitarmos que a invasão, a violência for algo comum, natural e normal, nós estaremos quebrando o Estado democrático de direito pelo qual o Brasil tem lutado tanto.

Mas aí eu quero também citar, como eu estava dizendo aqui, os outros dois Estados que foram alvo de invasão neste final de semana. No Paraná, uma cidade chamada Santa Tereza do Oeste, dois mortos e sete feridos. Foi a terceira invasão na empresa Syngenta, que realiza pesquisas com sementes transgênicas. No Pontal do Paranapanema, já perderam a conta do número de invasões. Há fazendas ali que foram invadidas vinte vezes. Se a gente não tomar uma ação, se o Governo não tomar uma ação, se nós não ajudarmos, o que vai virar este País? Como é que vão confiar no Governo? Como vão confiar no Congresso?

E eu me admiro, mas eu admiro muitíssimo, de o Presidente Lula ter mais de 80% de aprovação, com a instabilidade que nós estamos tendo neste País.

E Mato Grosso do Sul? Mato Grosso do Sul não foi o sem terra. Em Mato Grosso do Sul, foram os índios. Não sei se todos sabem, mas a segunda maior população indígena do País está em Mato Grosso do Sul. No distrito de Agachi, na aldeia Cachoeirinha, invadiram uma propriedade. Pela primeira vez, Senador Geraldo Mesquita, nós vimos uma coisa que nos estarreciu: índios que invadiram depredando, arriscando

vidas, tentaram sequestrar o proprietário. Os índios nunca fizeram isso no meu Estado. Não dessa forma. Eu não sei o que está por trás disso.

É claro que nós queremos que os índios da Cachoeirinha tenham mais terra. É necessário? É necessário! Eles hoje têm lá 2.868 hectares. A Funai está propondo e reivindicando 36.288 hectares. De 2 mil hectares para 36 mil hectares, nós vamos ter muita guerra e muita briga. É um país dentro de Mato Grosso do Sul.

Eu quero dizer: essas desapropriações de terra, seja para os agricultores sem terra, seja para as nações indígenas, estão dando certo no País? Os nossos assentamentos estão dando certo?

Eu quero falar de um. E já falei hoje para Ponta Porã, que é uma cidade lindíssima que nós temos na fronteira seca com o Paraguai. Eu falo que uma das coisas mais bonitas são as duas bandeiras hasteadas lado a lado quando você chega em Ponta Porã, porque as duas cidades são gêmeas. Mas Ponta Porã tem um assentamento que é um dos maiores do Brasil. É a maior fazenda de produção de soja do País era a fazenda Itamarati, que talvez alguém se lembra que era de propriedade de Olacyr de Moraes. A maior fazenda de soja do País!

Em 2000, 25 mil hectares foram adquiridos pelo Governo Federal para assentamento. Houve pressão, violência. Foram assentadas as famílias. Era uma fazenda modelo para o mundo, com aeroporto, escolas, hospital, toda uma estrutura de primeiro mundo. Foram entregues 25 mil hectares para 1.143 famílias.

Em 2004, o Governo Federal comprou mais 25 mil hectares – então, são 50 mil hectares –, e esses outros 25 mil hectares para 2.048 famílias. Cinquenta mil hectares de terra! Se a agricultura familiar estivesse realmente produzindo na proporção das terras, que são de primeiríssima qualidade, já estaria ótimo, valeria o esforço. Mas não é verdade, não é assim que está acontecendo lá. Eu já denunciei aqui os casos da fazenda Itamarati, de drogas, prostituição, fechamento de estradas – as estradas vivem fechadas –, gente pedindo dinheiro para cá, pedindo dinheiro para lá. Virou um acampamento de pessoas boas – não estou dizendo que todas vivem do ilícito. Há pessoas que realmente trabalham, há pessoas que merecem ser assentadas, que merecem o apoio. Mas não adianta, Senador Geraldo, entregar a terra sem ter ali um apoio realmente efetivo de quem trabalha com a terra. Nós precisamos de técnicos agrícolas, precisamos de maquinário. Nós sabemos que, para conseguir uma patrulha mecanizada, é um absurdo, um trabalho insano. Agora, sem ter maquinário hoje em dia? Sem

ter a tecnologia a seu lado? Sem ter gente experiente para lhe dar a mão, para lhe dizer o rumo?

E, mais do que isso, Senador Marco Maciel, Senador Mão Santa, não é só produzir: nós temos que garantir a comercialização também e o escoamento da produção. Eu falei com Ponta Porã hoje, na rádio, sobre isso, sobre uma Zona de Processamento de Exportação; por quê? Porque Ponta Porã tem um dos três aeroportos internacionais de Mato Grosso do Sul. É uma cidade que é a nossa guardiã da fronteira. E nós precisamos, sim, de apoio, não só em Ponta Porã, mas nos milhares de assentamentos que existem neste País.

Não tenho aqui todos os dados, mas eu gostaria de saber se, quanto a todos os assentamentos deste País, o Incra tem essa resposta para nos dar. Aliás, vou me lembrar de fazer um requerimento ao Incra, perguntando quantos assentamentos temos e quantos são produtivos, porque não adianta tirar a terra de um produtor dizendo que é improdutivo se vamos dar a alguém com quem continuará improdutivo. Há outra causa ainda que me preocupa: pessoas que não são afeitas à terra, e acampamentos sobre os quais sabemos de gente lá que só tem a terra para passar a outros, para vender, para especular. Então, há de se fazer algo neste País.

Mas não foi só o que disse o Ministro Gilmar Mendes ontem que me tocou. Na quarta-feira de cinzas, a CNBB lançou a campanha da fraternidade. E qual é o tema da campanha da fraternidade deste ano? É justamente a violência. A violência pública. A fraternidade e a violência pública. Quem é católico vai trabalhar o ano todo com esses preceitos, discutindo a violência, que não pode ser só coibida pelos órgãos repressores. A violência tem de ser combatida pelo cidadão brasileiro e debatida nas escolas, nas universidades, onde nós a estamos vendo. Nestes dias, falei aqui dos trotes universitários, de violência em todo o País com jovens.

Precisamos dar rumo a este País para que a gente não precise, todos os anos, discutir questões como essas. Eu disse ontem, Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, Senador Marco Maciel e tantos outros que estão me ouvindo, que tenho certeza de que, nesta Casa, nós precisamos mudar um pouco a nossa linha de atuação: fazer um levantamento de todos os projetos que estão aqui e que são necessários para o País, que podem mudar a cara do Brasil, que podem forçar o Governo Federal a tomar um outro rumo. E essa é que tem que ser a nossa boa luta e boa briga. Aí eu tenho certeza de que a população brasileira vai nos entender e nos compreender mais.

A questão das invasões de terra é algo com que não podemos compactuar. Nós não podemos aceitar algo que acontece neste País. E não podem dizer que, porque havia um carnaval, resolveram fazer um carnaval no campo - e o carnaval da violência, o carnaval do ódio. Não é isso o que nós queremos. Nós queremos um país fraterno, como prega a CNBB, um país de irmãos, um país onde quem precisar de terra para poder produzir que a tenha, mas não através da violência, não através das invasões.

Se nós não aceitamos que invadam o Congresso, como não aceitamos o que aconteceu, no ano retrasado, aqui, como não aceitamos que invadam as nossas casas, como não aceitamos que atentem contra um dos nossos familiares, nós não podemos aceitar o que está acontecendo neste País.

Era esse o meu libelo, a minha voz, Sr. Presidente. Eu espero que, juntos, possamos fazer mais do que falar e possamos, realmente, mostrar à Nação o quanto nós podemos ajudar num processo como esse. Agora, há que se fazer alguma coisa, e nós temos a obrigação de dar um retorno à sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, advertindo o Brasil sobre a violência e apoiando a Campanha da Fraternidade, e ainda apoiando a firmeza do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, chamamos para usar da palavra o Senador Marco Maciel, Senador por Pernambuco, do Democratas.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. V. Ex^a, falando, é um ensinamento de decência a este País. Então, jamais poderemos frear a decência.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, Senador Mão Santa, Sr^a Senadora Marisa Serrano, Senador Geraldo Mesquita, a quem quero agradecer a deferência da permuta do tempo, Senador Adelmir Santana, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje insistir em um ponto que acho fundamental, sobretudo porque estamos iniciando uma nova Sessão Legislativa. Reporto-me à questão das reclamadas e sempre adiadas reformas políticas.

Como sabemos, a democracia e as formas republicanas de governo tendem a se expandir em todo mundo, sobretudo após o fim da chamada Guerra Fria, que foi um conflito que se prolongou durante mais de 40 anos, no fim da Segunda Grande Guerra Mundial, e que somente se encerrou, teve sua certidão de óbito, com a queda do muro de Berlim, que dividia os chamados países da cortina de ferro, capitaneados pela União da República Socialista Soviética, e, de outro

lado, basicamente o mundo democrático. Temos de observar que o fim da guerra fria foi comemorado no mundo todo e teve como símbolo, insisto, a queda do muro de Berlim, que levou um grande pensador alemão, Ralph Dahrendorf, a escrever um ensaio denominado *Revolução Européia*, de 1989.

Muito contribuiu ou vem contribuindo para que a democracia prepondere em todo mundo o fato de vivermos uma onda globalizadora, graças às tecnologias das comunicações e do conhecimento. A informação se dissemina em todo o mundo e, dentro desse processo de mundialização, ocorre naturalmente a difusão dos princípios democráticos, a luta para que todos os países vivam sob o chamado estado democrático de direito. A ONU, que surgiu no pós-guerra, em 1945/1946, e que começou com apenas 51, hoje abriga perto de 200 países-membros, o que significa dizer que concorre para que a democracia triunfe cada vez mais.

No livro *O Futuro da Democracia*, Norberto Bobbio, cujo centenário de nascimento é celebrado este ano, observara que “Democracia é definida como um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Praticar eleições livres é essencial. Quanto a isso não há nenhuma discussão, contudo, para que sejam efetivamente democráticas, elas devem ser periódicas, competitivas, livres e não manipuladas.

Sob esse aspecto, o Brasil avançou muito, porque assegurou a universalização do voto obrigatório e a Constituição de 1988 admitiu, que maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos e pessoas que tenham ultrapassado os setenta anos exercitem o direito ao voto facultativamente. A apuração eletrônica dos votos foi um salto muito significativo, sobretudo se considerarmos que o Brasil é um dos maiores colégios eleitorais do mundo ocidental. Somente os Estados Unidos da América do Norte possuem eleitorado superior ao do Brasil, obviamente por terem uma população perto de trezentos milhões de habitantes, enquanto que a nossa se aproxima dos duzentos milhões de habitantes.

Se quisermos recuar um pouco no passado, vamos verificar que, em 1830, nos pródromos do sistema representativo, na Inglaterra, os eleitores representavam apenas 2,3% da população; na Suécia, em 1860, 5,7%; nos Países Baixos, em 1851, 2,4%; em Luxemburgo, em 1848, apenas 2%. Isso mostra como era restrita a participação do eleitorado na formação do governo.

Em todos esses países, como no Brasil, nesse campo, praticava-se a chamada democracia censitária. O Brasil vota desde muito cedo. Em 1821, nós votávamos para eleger os representantes brasileiros às

Cortes Constituintes de Lisboa. O eleitorado masculino, posto que as mulheres não votavam, em 1872, data do primeiro censo demográfico feito no Brasil, cerca de 11% da população adulta podia votar. À época do voto era censitário no Brasil só podiam votar os de renda mínima anual de 100 mil réis.

Na maioria dos países, a universalização mesmo restrita aos homens veio mais tarde: em 1893, na Bélgica; em 1918, na Dinamarca; na Finlândia, em 1906; na Inglaterra, em 1918; na Itália, em 1919; na Noruega, em 1913; nos Países Baixos, em 1917; e, na Suécia, em 1921.

No Brasil, já praticamos a chamada democracia participativa, em razão dos novos instrumentos acolhidos no texto constitucional de 1988: a soberania popular exercida não apenas pelo voto, mas também através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

Esse sufrágio, através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, depende menos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário do que da sociedade. Foi um passo extremamente positivo, na medida em que asseguramos não somente, com a Constituição de 1988, o estado democrático de direito, mas também conseguimos, começar a praticar essas formas de consulta popular, independentemente das eleições que se processam a cada dois anos.

Temos, Sr. Presidente, de nos conscientizar de que a democracia representativa, tal como concebida e materializada há mais de dois séculos, não exige dos cidadãos pouco mais do que algumas horas de participação a cada dois anos. Ela, mais do que do esforço de qualquer governo, dependerá da natureza cívica e política de cada nação, povo ou sociedade capaz de se mobilizar não só para discutir as aspirações, opções e desafios, mas, sobretudo, encontrar soluções para os problemas da comunidade.

As reclamações sobre a distonia entre os desejos e aspirações que separam os cidadãos de sua representação política nas Casas Legislativas e nos governos – leia-se no Poder Executivo –, não se restringem ao Brasil. Também ocorrem nas mais consolidadas democracias do mundo contemporâneo.

As críticas mais ácidas, amargas e, em grande parte, desoladoras refletem um certo inconformismo com o quadro que se observa. Implicam, muitas vezes, em desesperança, fatalismo e inconformismo.

Somos nós que escolhemos nossos representantes e, em consequência, inevitavelmente nos arrependemos. A democracia ateniense de Péricles diferenciou-se das chamadas democracias participativas. Lá o cidadão se reunia para “decidir”, muitas vezes, como no julgamento de Sócrates, cometendo erros fatais e injustiças incorrigíveis, quando não omissões

insanáveis. Deliberavam, sem “discutir”, sem avaliar, às vezes por impulsos emocionais, quando não por idiossincrasias pessoais.

Convém lembrar outro aspecto essencial dos sistemas políticos contemporâneos. Assim como alguns manifestam o desinteresse ou a aversão à política, como se fosse possível transformá-la, aprimorá-la e refiná-la, mantendo-se alheios a suas práticas sãs e sadias, não é menor a repulsa, por grande parte das pessoas, votar nos partidos.

A democracia moderna é, como recordam os pensadores e especialistas, um “estado partidário” – aliás expressão cunhada por Hans Kelsen, quando disse, no livro intitulado *Democracia: Seu Valor e Sua Natureza*, que o Estado democrático é o Estado partidário.

Não é possível conceber uma democracia apenas sem a existência das instituições intermediárias, que são os partidos políticos. Sem partidos políticos, portanto, a democracia não se realiza em toda sua intensidade. Daí por que é fundamental fortalecer os partidos políticos, como sabem os Senadores João Pedro e Adelmir Santana.

Os partidos – insisto – são instituições essenciais aos sistemas políticos que nem as ditaduras os dispensam, cabendo citar os casos do nazismo na Alemanha, que não dispensou a existência dos partidos – até é bom lembrar, já que falamos no nazismo, que Hitler foi eleito; do fascismo na Itália; do franquismo na Espanha; do salazarismo em Portugal e do stalinismo na antiga União Soviética. Isso mostra que, sem partidos, os sistemas políticos perdem sua funcionalidade e correm o risco de se transformarem, não em instrumentos de democracia, mas em recursos da autocracia.

Sr. Presidente, feitas essas considerações, chamaria atenção para o fato de que, já que estamos iniciando mais uma Sessão Legislativa, devemos dar prioridades às chamadas reformas políticas, que eu até preferiria denominá-las de reformas institucionais. Na realidade, precisamos ter consciência de que, no ano de 2010, teremos eleições gerais e é indispensável que essas reformas ocorram ainda neste ano.

É oportuno lembrar que o art. 16 da Constituição na redação dada pela Emenda nº 4 diz: “A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.”

À ocasião participei das discussões com relação a esse tema. E o grande objetivo era o de fazer com que se evitasse o casuísmo, ou seja, a aprovação de leis às vésperas das eleições. O legislador constituinte derivado houve por bem em preconizar que se vedasse a alteração de normas relativas aos partidos políticos e

aos sistemas eleitorais sem que se respeitasse o prazo de pelo menos um ano antes das eleições.

Com isso quero dizer que ou fazemos as reformas políticas este ano, até o mês de setembro, ou certamente não vamos ter o avanço desejado aprovando as reformas institucionais fundamentais, não somente para fortalecer os partidos políticos, para aprimorar o sistema eleitoral porque não podemos continuar convivendo com o processo que praticamos, ou seja, em listas abertas e, portanto, de forma *sui generis* no mundo. Também precisamos avançar um pouco mais além de alterarmos o sistema eleitoral. Precisamos estabelecer regras que aprimorem os nossos partidos políticos e reduzam o grande número de agremiações. É lógico que, em passado recente, chegamos a ter mais de sessenta partidos políticos. Foi logo após a transição política do Estado autoritário para o Estado democrático de direito, o que ocorreu sobretudo com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney como Vice-Presidente no exercício da Presidência. A partir daí, surgiram muitos partidos políticos. E era de se esperar que isso acontecesse, porque estávamos saindo do sistema bipartidário, binário, portanto, e muitas agremiações se organizaram.

Hoje esse número diminuiu significativamente, mas ainda temos aproximadamente 27 agremiações partidárias. Ainda é um número extremamente excessivo, sobretudo quando cotejamos com países mais desenvolvidos, que têm número mais reduzido de partidos políticos.

Ouçõ com satisfação o nobre Senador João Pedro, da representação do Amazonas.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Marco Maciel, primeiro quero parabenizá-lo pelo histórico que faz, analisando, num primeiro momento, as questões históricas internacionais até o momento que vivemos no Brasil, a conjuntura, defendendo a reforma política. Lembro que as consequências da II Guerra Mundial proporcionaram à humanidade a construção de organismos internacionais como a ONU. Ou seja, da adversidade, a sociedade tira lições. Também avançamos na democracia. E isso redundou nas lutas nacionais de vários países, principalmente na África, pela independência nacional, na construção da democracia. E, evidentemente, na História do Brasil, considero a década de 80 também um marco importante, não só pela necessidade de o Estado brasileiro tornar-se democrático, mas pela mobilização nacional. Quero destacar nesse processo a consciência nacional, a mobilização da nossa sociedade, da sociedade civil, que redundou na nossa Constituição, com avanços importantes. Há bem pouco tempo, o Brasil viveu o bipartidarismo. Então, acho que nós

avancamos. O que quero destacar? É a participação da sociedade nisso, no debate, a mobilização pelas eleições diretas, a mobilização em construir a nossa Constituição. Todos os segmentos para cá vieram; em quase todos os Estados, tínhamos comitês estaduais pela Constituição, pela Constituinte. Enfim, acho que isso é muito importante. Quero concordar com V. Ex^a e quero dizer da importância da sociedade brasileira tomar para si a necessidade da reforma política. Eu gostaria de destacar algumas instituições que tiveram uma participação recente na mobilização de bandeiras importantes e democráticas no Brasil como a CNBB, a União Nacional dos Estudantes, a OAB, instituições que são reconhecidas e precisam – finalizo – abraçar essa bandeira que V. Ex^a está levantando – mais que uma bandeira, uma necessidade para o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito – da reforma política. Nós precisamos fazer esse debate; não só o Congresso Nacional, não só os partidos, não só as Lideranças como V. Ex^a. O meu Partido, o PT, defende a reforma, tem propostas para participar da reforma política, mas a sociedade brasileira precisa abraçar essa bandeira e contribuir, como contribuiu, ao longo desses últimos anos, no processo de consolidação da nossa democracia. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. A reforma política é necessária – mais do que isso, ela é urgente – para nós avançarmos, para darmos um salto de qualidade nos avanços democráticos que o Brasil está vivendo nestes últimos anos. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador João Pedro, agradeço o aparte. V. Ex^a trouxe uma boa contribuição para fertilizar o debate, mas devo salientar que o tempo urge. A próxima semana, quando vamos começar as sessões deliberativas, já estaremos em março. Teremos, então, seis escassos meses para fazer uma reforma que possa entrar em vigor nas eleições de 2010. Portanto, o tempo é curto, sobretudo se considerarmos a significação para todos nós dessas chamadas reformas institucionais.

Continuo insistindo que é totalmente viável esse esforço sem a necessidade, por exemplo, de emendas constitucionais. Muitas matérias que integram o elenco das reformas políticas poderão ser feitas alterando lei ordinária ou complementar. Significa dizer que são textos indispensáveis ao aperfeiçoamento institucional do País e podem ser discutidos e votados pelas duas Casas do Congresso Nacional sem a necessidade de quórum qualificado para muitas das proposições.

Ouçõ, com prazer, o nobre Senador Adelmir Santana, da representação de Brasília no Senado Federal.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Marco Maciel, ouvi, atentamente, a explanação de V.

Ex^a, que faz um histórico das democracias no mundo e, muito especialmente, sobre a questão do voto, e percebi, nitidamente, que o Brasil não se distancia muito, dessa prática, na questão do voto popular, de outros países com culturas muito mais antigas do que a nossa. O senhor fez referência, também, na questão da democracia brasileira, que há outros mecanismos além da representação adquirida através do voto: a questão dos plebiscitos, das emendas populares... Vimos, na própria Constituição de 88, muitas iniciativas de emendas populares, entre elas, inclusive, a que trata da questão da unicidade sindical, do sistema sindical brasileiro, tanto da parte de trabalhadores como de empregadores. V. Ex^a faz referência também à urgência, e o que se faz mister, de se tratar rapidamente da questão da reforma política, que, no entendimento de muitos, seria a mãe de todas as outras reformas. Precisamos avançar em muitas outras reformas aqui no Congresso Nacional. E nessas reformas não podemos esquecer, Senador Marco Maciel, inclusive da questão da possibilidade do financiamento público de campanha, para que não haja grandes diferenças entre aqueles que têm apoio de grupos econômicos fortes ou que dispõem de recursos e outros que, naturalmente, pleiteiam determinadas posições, mas que não são possuidores desses predicados. Outra questão que também me parece salutar – já tratamos disso em outra oportunidade – é a possibilidade de revermos essa questão das suplências em eleições majoritárias, notadamente no que diz respeito à questão do Senado. Não se faz nenhuma referência à questão dos vices: Vice-Governadores, Vice-Prefeitos, Vice-Presidente da República. Entretanto, essa questão de suplência do Senado é sempre levantada. É preciso, portanto, que tratemos disso. Primeiro, levando em conta o grande tempo de um mandato de Senador e a possibilidade de esse Senador, no exercício do seu mandato, disputar eleições que se dão no Brasil a cada dois anos: Prefeito de capital, Governador de Estado, Presidente da República. Daí a necessidade. Às vezes, até penso que dois suplentes, muitas vezes, é pouco, pois em oito anos temos quatro eleições. Há ainda as questões da própria natureza, vamos dizer, do desaparecimento por morte ou coisa que o valha. Então, temos de tratar isso com muito carinho, até porque, havendo eleições a cada dois anos, não tem sentido a figura, não havendo a permissibilidade de o Senador disputar novas eleições nesse interregno, porque é uma eleição majoritária... Caso houvesse uma questão da natureza, de morte ou coisa que o valha, ou renúncia, a proximidade de uma eleição poderia ter a possibilidade de uma nova eleição para o Senado. Então, temos de tratar dessas questões. Eu tenho certeza de que V. Ex^a fez aqui, no

passado, em outra oportunidade, um histórico sobre a questão da suplência de Senadores em outros países e no Brasil. Eu acho que tudo isso passa, urgentemente, por essa reforma a que o senhor faz referência e temos apenas um espaço de seis meses para fazê-la funcionar nas eleições de 2010. Eu me congratulo, portanto, com V. Ex^a, pelo pronunciamento, que é uma aula sobre a democracia brasileira e sobre o voto, que, naturalmente, é necessário que seja aperfeiçoado cada vez mais, através de uma reforma política que urge que façamos. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Adelmir Santana. Quero dizer a V. Ex^a que, realmente, são questões agudas que estão em jogo. A discussão sobre a reforma política não é uma questão bizantina. É uma questão muito atual e que tem muito a ver com o exercício do voto, com a democracia e com o aprimoramento das instituições republicanas.

Daí porque essa é uma questão, a meu ver, que deve ser tratada com prioridade pelo Congresso Nacional, que vem sendo cobrado nesse sentido, aqui e alhures.

Para a adequada governabilidade do País, há de se forjar instituições capazes de dar respostas às demandas da sociedade. Essa não é uma questão bizantina, distante do interesse da sociedade, que precisa se mobilizar no sentido de cobrar do Congresso Nacional mais ação com relação às reformas políticas.

Certa feita, o Presidente norte-americano John Kennedy disse – a meu ver com propriedade – que governar é administrar pressões. Ele queria dizer que, obviamente, o governo se move em função das pressões que recebe da sociedade. Isso se aplica não só ao Executivo, mas também e sobretudo ao Legislativo. Devemos, pois, agir rapidamente nesse território e, a partir daí, conseqüentemente, melhorar o essencial para o País: as condições de governabilidade.

A questão não se limita apenas ao sistema eleitoral, a esse sistema proporcional com listas abertas, que não induz à vertebração de verdadeiros partidos políticos. Precisamos avançar no fortalecimento da Federação. O Brasil é, desde a Constituição de 1891, uma República Federativa, mas há ainda uma grande concentração de poderes na União, em detrimento dos outros entes federativos, Estados e Municípios. Precisamos, por fim, fortalecer as chamadas instituições republicanas, cujos valores vêm sendo erodidos ao longo do tempo.

Isso não começou agora. No começo do século XX, Joaquim Murtinho, um Senador da República que foi Ministro da Fazenda de Campos Sales, disse que era necessário republicanizar a República. Ele sentia

que a República não estava realizando os sonhos de muitos. Foi quando ele disse essa frase que o tornou bastante conhecido: “É necessário republicanizar a República”. Vivemos um outro momento em que se exige o revigoramento das instituições republicanas enquanto sinônimo de cidadania e respeito à vontade da sociedade brasileira.

Daí, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, encerro as minhas palavras fazendo um apelo no sentido de elegermos as chamadas reformas institucionais ou políticas, se assim preferirem, como a grande prioridade desta Sessão Legislativa e que Câmara dos Deputados e Senado Federal se unam nesse esforço.

Sabemos, Sr. Presidente, que o Executivo fez chegar tanto ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, quanto ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, sugestões sobre uma reforma política. O Executivo não o fez sob forma de projeto de lei, mas como contribuição – assim entendi –, talvez informal, contendo alguns pontos considerados relevantes. Isso é insuficiente. A meu ver, é necessário que não somente o Legislativo e o Executivo, mas a sociedade se envolva nessa discussão, posto que diz respeito ao fortalecimento da democracia do País e, sobretudo, ao bom desempenho das atividades governamentais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com os nossos cumprimentos, o País agradece as preocupações de V. Ex^a com uma reforma política, que seria, segundo o Senador Adelmir Santana, a mãe de todas as reformas. Mas quero crer, Senador Marco Maciel, que ela sairá antes de setembro. Não há “quando setembro vier”? O nosso Presidente, o estadista Presidente Sarney, aqui falou e na Câmara, que se comprometia com quatro itens básicos: primeiro com a reforma política; com a reforma fiscal; com a criação de uma comissão para acompanhar as complicações da economia universal e com austeridade.

Então, ele já cumpriu. Existe já uma comissão para acompanhar os problemas da economia mundial. Foram indicados cinco autoridades no assunto: o Senador Dornelles, o Senador Tasso Jereissati, o próprio Marco Maciel, o economista Mercadante e Pedro Simon. E também a austeridade, ele está cumprindo, Senador João Pedro. Ele, linearmente, já cortou 10% de todas as despesas. Então, sem dúvida nenhuma, não vai faltar esta, que é a mais importante: a reforma política.

Por uma fidalguia toda especial, o nosso Senador Adelmir Santana, que já tinha sido anunciado, cedeu à nossa Senadora Ideli Salvatti. Ela é do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Santa Catarina, e tem título maior: é professora também.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada ao Senador Adelmir Santana pela gentileza. Eu tenho um compromisso agora, às 15h30, então pedi, e ele, gentilmente, me cedeu a vez.

Venho hoje, Senador João Pedro, de vermelho e branco, porque só deu vermelho e branco nesse carnaval. Não sei se as pessoas se deram conta, mas a campeã em Porto Alegre foi a escola de samba Imperadores, que, no caso, homenageou o Inter. A escola é vermelho e branco e homenageou um time cuja bandeira é também vermelha e branca. Em São Paulo, Mocidade Alegre, vermelho e branco; no Rio de Janeiro, Salgueiro, vermelho e branco. E, na minha querida Florianópolis, a escola de samba Consulado do Samba foi também campeã, vermelho e branco. O refrão da Consulado é muito bonito: “É um caso de amor que invade o meu peito”.

Acho que estamos todos nesta virada final do Carnaval, tentando retomar os trabalhos. E eu não poderia deixar de homenagear todos que fizeram do Carnaval brasileiro, em todos os cantos, com a diversidade que há em nosso País, essa grande festa de confraternização e alegria da cultura brasileira, da cultura do povo brasileiro, principalmente aqueles que souberam fazer a festa com a alegria, a responsabilidade e a tranquilidade suficientes para que a violência, que infelizmente acaba acontecendo em vários episódios, não se transforme na marca. Que continuemos a ter, como a marca da grande festa do povo brasileiro, a alegria do Carnaval.

Parabenizo todos que participaram, todos os blocos e escolas de samba. Mas, de forma muito especial, eu queria mandar meu abraço carnavalesco, fraterno e querido para os Batuqueiros do Limão, um dos blocos carnavalescos mais antigos do nosso País – de Florianópolis. Ele completou, neste Carnaval, 40 anos. Para nós, é uma grande alegria, porque é um bloco daqueles bem típicos, que se organiza com a família, com a vizinhança e com todos aqueles que gostam de curtir a alegria do Carnaval.

Tive a oportunidade também de participar, no domingo de Carnaval, do Bloco da Pracinha, que, apesar desse nome, Senador Adelmir, colocou, na tarde e na noite do domingo de Carnaval, em Laguna, mais de 250 mil pessoas na rua. Eu não tenho dúvida de que, indiscutivelmente, o maior carnaval de rua do Sul do País é exatamente o singelo Bloco da Pracinha, de Laguna. Foi realmente algo muito emocionante. Estive lá, acompanhando, participando da brincadeira sadia, com os grupos organizados fazendo a sua fantasia e a sua

brincadeira extremamente alegre e de confraternização, como tem que ser o Carnaval para todos nós.

E esse Carnaval, que é da energia, termina, e eu sou colocada na passarela de várias ações do Governo do Presidente Lula, que tem toda relação com energia. Amanhã, o Presidente, o Ministro Edison Lobão e a Ministra Dilma estarão em Florianópolis, inaugurando uma importantíssima obra do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento. Trata-se da inauguração da linha de transmissão de energia para a Ilha de Santa Catarina, a linha de transmissão do Desterro, que é o antigo nome de Florianópolis. E compõem esse complexo de transmissão de energia duas subestações, uma linha de transmissão que teve características absolutamente inovadoras. A primeira delas é que se compõe de um cabo submarino, o que é inédito; nós não temos, na América Latina, nada equivalente, em termos de tecnologia, a esse cabo submarino, que vai passar, vai ligar, vai fazer exatamente a transmissão do continente para a ilha, por baixo, colocado que foi na baía sul de Florianópolis. A outra novidade é que as torres de transmissão – não todas, mas a grande maioria delas – foram colocadas por helicóptero, exatamente para não prejudicar a Mata Atlântica, que, na ilha de Santa Catarina, ainda é bastante significativa, ou para não causar grande dano ao meio ambiente, não prejudicar com estrada, com a subida dos equipamentos, que foram todos colocados na ilha por helicópteros.

Amanhã, o Presidente Lula vai fazer a inauguração disso. Para nós de Santa Catarina é muito importante essa obra, porque tivemos, em 2003 – acho que todos lembram –, um apagão. A ilha ficou praticamente três dias sem energia, porque a antiga linha de transmissão se dava pela ponte, e houve um acidente, um botijãozinho de gás que foi levado para fazer um determinado reparo explodiu, derrubou toda a transmissão de energia e quase colocou em risco a própria viabilidade de utilização da ponte. A partir disso, ficou sendo muito importante essa obra que agora está concluída. Florianópolis está integralmente livre de qualquer risco de apagão, de corte de energia, até porque as duas subestações e a linha de transmissão vão fazer com que Florianópolis seja a última capital do Brasil a estar interligada ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica.

Hoje, no final da manhã, houve uma solenidade extremamente importante no Palácio, quando o Presidente Lula, a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Edison Lobão e o Presidente interino da Aneel, Dr. Edvaldo, assinaram os decretos de outorga e os contratos de construção da maior linha de transmissão de energia do Planeta. Serão nada mais, nada menos do que

2.375 quilômetros de linhas de transmissão de energia que permitirão que as duas usinas, de Jirau e Santo Antônio, que estão sendo construídas no Estado de Rondônia, possam, por essa linha de transmissão, trazer essa energia, produzida lá em Rondônia, para ser integrada a todo o sistema nacional de distribuição de energia elétrica e, dessa forma, garantir efetivamente que não haja qualquer risco de apagão em nosso País nas próximas décadas.

É muito importante aqui realçar que essa linha de transmissão, que é a maior do Planeta, vai passar por cinco Estados brasileiros: Rondônia, obviamente, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Ela vai ligar Porto Velho a Araraquara, em São Paulo. Esse é o trajeto, o ponto inicial e o ponto final. É uma tecnologia de ponta (estado da arte), com transmissão de energia em corrente contínua e extra-alta tensão.

Portanto, é tecnologia de ponta e coloca inclusive o Brasil na perspectiva de exportar essa tecnologia para outros continentes, para outros países.

Só para ter uma idéia da dimensão, a linha de transmissão maior atualmente existente no mundo é uma linha de transmissão que existe na China e que não chega a ter dois mil quilômetros, e nós vamos construir 2.375 quilômetros de linhas de transmissão.

Algo extremamente importante também é que o leilão para a escolha das empresas que vão fazer os sete lotes da linha de transmissão foi realizado nada mais nada menos do que no dia 26 de novembro de 2008. Portanto, já em plena crise. Portanto, muita gente achando que não ia acontecer o leilão, que não iriam aparecer empresas privadas interessadas em fazer, em participar do investimento e da construção, e nada disso aconteceu. Muito pelo contrário: leilão concorrido, realizado com pleno êxito, inclusive com deságio – deságio médio de 7,5%; deságio máximo de quase 30% – e é um investimento de nada mais nada menos do que R\$7 bilhões. Entre os investimentos na linha de transmissão e nas duas usinas, é um investimento de R\$28 bilhões.

A linha de transmissão vai gerar de imediato, assim que começarem as obras, 17 mil empregos diretos e quatro a cinco vezes esse número de empregos indiretos. Indo, portanto, naquela linha que o Presidente Lula vem insistindo em trabalhar, que é a de nós termos os investimentos, as obras, o andamento daquilo que é importante no País de ser construído, de ser realizado, como forma inclusive de enfrentar e superar rapidamente a crise.

Por isso, eu, que comecei o discurso com a energia do carnaval, estou, agora imbuída da energia daqueles que acreditam no Brasil, que estão apostando que o Brasil é um País que está perfeitamente preparado para

enfrentar e superar esta crise, da qual vai sair com um ganho significativo em infraestrutura, em saneamento, em habitação, em distribuição de renda e em melhoria de condição de vida para a sua população.

Por isso, todos aqueles que se dedicaram à folia nos dias de carnaval tenho certeza de que estão devidamente energizados para que todos nós, todos os brasileiros e brasileiras, estejamos irmanados a continuar fazendo deste País um país que tanto nos orgulha e que tem todas as condições de ser colocado à disposição para o bem-estar da ampla maioria da população.

Por isso, eu agradeço, mais uma vez, a gentileza do Senador Adelmir Santana de me ceder o horário e agradeço ao Presidente também por ter-me dado alguns minutinhos a mais. Vermelho e branco, para comemorar tantas vitórias e tantos campeonatos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, quem diria que nós estaríamos juntos. Também, no Piauí, tem a Brasa Samba, minha escola...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Também vermelho e branco, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vermelho e Branco, está aqui...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, só deu vermelho e branco mesmo no carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...Brasa Samba, bota aí. E eu quero convidá-la para uma vez desfilar na Brasa Samba e cantar. Ela é vermelha e branca. Então, está aí, desta vez, eu estou junto com a Senadora Ideli.

Convidamos para usar da palavra, agora, o Senador Adelmir Santana. Ele é Democratas, aqui, do Distrito Federal.

O Estado de origem dele é uma disputa, ainda está *sub judice*. Piauí e Maranhão disputam o nascimento dele, que é no limite ali. Então, tem duas cidades lá disputando. Mas ele aqui é bem acolhido, os piauienses já o têm como um irmão, e aqui há 300 mil piauienses. Eu sei que há maranhense forte, o Presidente Sarney, mas nós somos mais, aqui tem mais voto piauiense do que maranhense. É hora de você decidir se esse cidadão é do Piauí.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E a predominância, inclusive, na direção da Casa, hoje, é de piauienses.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É. E nós acertamos para o Presidente Sarney porque o avô dele é piauiense de Valença, e nós fizemos essa concessão.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, passado o carnaval, estamos chegando ao mês de março, quando tudo começa a acontecer no País. E, agora, temos pela frente o amadurecimento desta crise econômica mundial...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu peço permissão para interrompê-lo, porque V. Ex^a é tão importante... A disputa se V. Ex^a é piauiense ou maranhense está tão... que o Presidente Sarney adentra. E, ontem, ele deu um exemplo, ele que deu um exemplo na nossa história da democracia, ele que viveu o momento mais difícil da democracia: a transição democrática. Sem morte, sem truculência, só com paciência e tolerância. Trouxe-nos a democracia e paz.

Então, ontem, ele nos deu um grande ensinamento, inclusive a mim. Padre Antônio Vieira segue e diz: “Palavra, sem exemplo, é um tiro sem bala”. O exemplo se arrasta: 14 horas de ontem, Quarta-feira de Cinzas, ele abria o Congresso Nacional.

ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E nós estamos aqui ao lado do Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continua V. Ex^a com a palavra.

ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Então, passado o carnaval, Sr. Presidente, estamos chegando ao mês de março, quando tudo começa a acontecer em nosso País. Agora, temos pela frente o amadurecimento dessa crise econômica mundial, que passa a mostrar suas garras no nosso País.

É preciso reconhecer que o Presidente Lula, depois de minimizar os problemas durante algum tempo, passou a assumir uma postura realista, sem destoar do tom otimista, que sempre adota desde o seu primeiro mandato. Ele acredita fortemente que fortemente que o Programa de Aceleração do Crescimento poderá ser um antídoto para a crise, mas já tem feito declarações públicas, reconhecendo que 2009 será o ano “mais delicado e mais perigoso”.

Nessa linha, numa recente viagem ao Nordeste, defendeu todas as obras do PAC, que puderem ser contratadas, para trabalhar 24 horas por dia em três turnos.

Disse também que a orientação é para contratar, a cada momento, mais trabalhadores, “de preferência as pessoas da cidade, da localidade”, como ressaltou.

De volta ao plano macro, o Presidente e todos nós vemos grave crise que já atinge os setores de *commodities*, de siderurgia, mineração, automotiva, **parte das exportações, calçados, têxteis, carnes, segmentos voltados para a exportação e a aviação, os mais afetados, até o momento, pela redução da demanda global.

O caso mais recente e o mais preocupante é o da Embraer, empresa que, mesmo questionada diretamente pelo Presidente Lula, assegurou que não irá recontratar os 4.200 mil funcionários demitidos na semana passada.

A produção da empresa caiu 30% por causa da crise financeira mundial e precisará de dois a três anos para voltar a contratar. Não haverá novas demissões, mas o impacto da primeira leva será sentido nas estatísticas de desemprego e na vida real.

Nos dias de carnaval, o jornal *Folha de S.Paulo* mostrou que os estoques de carros recuperados pelos bancos brasileiros, por causa da inadimplência, atingem cerca de 100 mil veículos, metade da venda de carros novos no País.

Se todos esses carros voltassem para o mercado, somariam, aproximadamente, R\$3,5 bilhões. Este, pelo menos até agora, é o valor de nossos *subprimes*. Os principais bancos que financiam veículos relatam que o volume de recuperação cresceu de 20% a 30% desde o início de setembro de 2008. Este volume de recuperação é associado à alta da inadimplência.

É um quadro diagnosticado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de Munique, quando essas entidades afirmam que o Brasil entrou em ambiente econômico de recessão, conforme critério adotado pela Sondagem Econômica da América Latina.

A pesquisa consultou 137 especialistas em 16 países da região, que indicaram agravamento da situação atual da economia brasileira e das expectativas nacionais para os próximos seis meses.

O Brasil ficou sabendo, em pleno carnaval, que a Cúpula de Líderes do G-20 financeiro, prevista para o dia 2 de abril, em Londres, testará as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, em busca de remédios contra a recessão. O grupo G20, do qual o Brasil faz parte, concentra 90% do Produto Interno Bruto mundial, o PIB mundial.

Sendo assim, o caminho da luz está nas mãos dos dirigentes desses países. No entanto, vemos que, no Brasil, mesmo sem a CPMF, a carga tributária subiu de 36,48% do PIB, em 2007, para 37,58% do PIB, no ano passado. A informação é da Confederação Nacional de Municípios (CNM), amplamente divulgada pela imprensa e sem contestação por parte do Governo. Nesses percentuais, estão inseridos todos os tributos recolhidos compulsoriamente da sociedade e das empresas, o que inclui *royalties*, taxas e cobranças judiciais.

Apesar disso, constatamos que a arrecadação de impostos e contribuições federais atingiu R\$61,4 bilhões em janeiro de 2009, o que representa uma

queda de 7,26% ante o resultado de janeiro de 2008. Mas, certamente, a carga tributária permanecerá elevada, porque o PIB também tem previsão de queda este ano.

Outro dado paradoxal, que gera impactos preocupantes na economia real, é a manutenção dos preços dos combustíveis em níveis elevadíssimos, quando vemos que o barril do petróleo no mercado internacional caiu para níveis próximos dos US\$40.00. Vale lembrar que, em 11 de julho do ano passado – há menos de um ano, portanto –, a cotação esteve na casa de US\$146.00, mais de três vezes acima da atual.

Mesmo assim, o brasileiro continua onerado pelo preço da gasolina num nível quase único no mundo.

Apresentados tantos dados, entramos na real preocupação a ser expressa neste pronunciamento: a falta de crédito para os micro e pequenos empresários e o custo artificial e perverso desse dinheiro.

Apesar dos limites de créditos especiais abertos nos bancos oficiais, notadamente no BNDES, esses recursos, além de caros, não chegam à ponta.

Dados da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostram que a taxa de juros para empréstimo pessoal passou de 5,6% ao mês para 5,7% ao mês em 2008. A taxa média para os consumidores elevou-se para 7,57%. O CDC (Crédito Direto ao Consumidor) pulou de 3,05% ao mês para 3,14% ao mês e o juro do comércio foi de 6,3% ao mês para 6,37% ao mês.

Tudo isso depois de tanta promessa do Governo de que haveria facilidades nessa área, inclusive tendo liberado R\$100 bilhões dos depósitos compulsórios, na esperança de que os bancos pudessem flexibilizar suas operações. Ainda temos mais de US\$150 bilhões em depósitos compulsórios.

Ao contrário, o que vemos é uma discussão sem sucesso sobre *spreads* e exigências irreais, com pedido de garantias reais de até 130% a empresários de todos os portes, afastando-os do acesso às linhas de crédito.

As pequenas empresas, se tivessem condições de oferecer garantias reais dessa monta, certamente não necessitariam de crédito. Há sempre a esperança de que o Banco Central reduza de forma significativa a taxa Selic, ainda hoje na faixa dos 12,75%.

As previsões especializadas fazem acreditar que, na reunião do Copom do mês de março, a Selic pode cair para 11,75%, e a perspectiva para o fim do ano é de uma taxa próxima da casa dos 10%.

Ainda assim, parece-me tímida essa redução se levarmos em conta termos uma inflação controlada. Portanto, o ganho real é muito elevado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso parece muito pouco. Mais de 90% das empresas brasileiras estão na faixa das micro e pequenas, o verdadeiro motor invisível da nossa economia. Apoiá-las deve ser uma preocupação crescente da Nação, sob pena de agravar ainda mais uma crise assustadora.

No início deste mês, quando tomei posse como Presidente do Conselho Nacional do Sebrae, tive oportunidade de fazer discurso mostrando essa urgência ao Presidente Lula. Em resposta, ele mostrou-se sensibilizado e lamentou que grande parte dos recursos disponíveis no BNDES tenha sido destinada prioritariamente para gigantes da economia brasileira, como a Vale e a Petrobras.

O certo é que, embora as obras do PAC possam efetivamente compensar crises em outros setores, torna-se necessário que o Governo quebre a resistência das corporações bancárias e abra crédito facilitado, desburocratizado, barato e amplo para as micro e pequenas empresas brasileiras.

O Sebrae pode ser instrumento ágil e disseminado para levar informação a esses empresários, desde que haja realmente uma política definida, sem subterfúgios nem barreiras, de apoio à economia do dia-a-dia, real, humana e brasileira.

Lamentar as perdas de emprego na Embraer é justo e necessário, mas o Brasil tem um caminho aberto à sua frente para garantir a dinâmica do mercado interno – e este caminho está nos principais empregadores do País, aqueles localizados nas empresas de menor porte, muitas delas de cunho familiar. É a advertência e o pedido que faço neste momento de graves preocupações.

Em artigo publicado, hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**, o consultor econômico Raul Velloso faz considerações, com o título “Melhor reduzir os juros”.

Diz o consultor:

Na crise atual, em comum com as anteriores, houve o choque cambial e o risco de pressões inflacionárias. Em contraste com aquelas, a demanda externa reduziu-se abruptamente e caiu também a parte da demanda interna que mais depende de financiamento bancário, antes de se cogitar de eventual subida da Selic. Já o setor público continuou gastando do mesmo jeito. Em adição, a queda dos preços externos, que é outra novidade da crise atual, ajudou a impedir que o choque cambial, num primeiro momento, pressionasse os preços internos.

Ainda diz o articulista:

À frente, o sistema financeiro voltara à normalidade, ainda que mais concentrado. Difícil será substituir a demanda externa, que, mesmo temporariamente, desapareceu. Como demandar os excedentes de minérios, aviões, etc, que antes iam para países hoje em forte desaceleração? É por isso que, mesmo reinjetando demanda na economia, será impossível evitar queda de produção (e de emprego) nesses setores.

Daí, Sr. Presidente, a minha insistência, vir insistentemente dizendo isso, da necessidade de darmos atenção especial aos pequenos, às pequenas empresas, com os cuidados especiais na concessão de crédito. Ainda a afirmação do consultor Raul Velloso neste artigo:

A melhor saída para ocupar o espaço temporariamente aberto pela crise é a redução da Selic, que melhor e mais rapidamente alcança os vários setores da economia. Em contraste, medidas de alívio específico, definidas sob pressão política ou sob o calor de campanhas que já se iniciam, nem sempre alcançam as áreas mais afetadas, piorando o desemprego.

Além disso, é um tipo de gasto – esses gastos governamentais –, que deveria se concentrar nos relacionados a investimentos, como são os gastos do PAC. Esses, sim, podem ser, a qualquer momento, suspenso desde que a economia volte à normalidade. Além disso, esse é um tipo de gasto que poderá, se for o caso, ser cortado facilmente no futuro, quando a demanda externa voltar.

Portanto, Sr. Presidente, acho que um dos caminhos para se amenizar a questão da crise é valorizar as micro e pequenas empresas brasileiras e facilitar o acesso das mesmas ao crédito no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo-me hoje de um assunto da mais alta relevância para o Amazonas, Estado que represento, para o Brasil e para a panamazônia.

Refiro-me à recuperação da BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho, capital de Rondônia, e, conseqüentemente, ao Centro-Oeste e ao resto do

Brasil, que interliga o Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia, e consequentemente a malha rodoviária nacional. Essa obra amplia as possibilidades de integração dos países amazônicos, porque Manaus já tem uma conexão terrestre com a Venezuela, através da BR-174, e o Acre com o Peru, através da Rodovia Transoceânica, que liga a capital acreana a três portos daquele país.

Estou certo de que ninguém, honestamente, se opõe ao sistema rodoviário como mecanismo de integração local, regional, nacional e internacional. De igual modo, reconheço as preocupações que alimentam o temor de que as rodovias, quando mal planejadas, podem causar danos sociais e ambientais irreversíveis.

Ora, ao que a mim parece é que os programas e projetos de desenvolvimento na e para a Amazônia sempre terão repercussão expressiva. Mas, a meu ver, temos a obrigação de excluir desse debate os interesses escusos e subterrâneos, embora isso não seja tarefa fácil, porque eles se manifestam por meio de discursos e argumentos bem embalados para a opinião pública.

Aqui, prioritariamente, quero expressar as minhas dúvidas sobre idéias definitivas e até apocalípticas sobre a inviabilidade, por prováveis questões ecológicas, da ampliação dos serviços rodoviários na Amazônia. Tais conclusões agredem a inteligência humana e o avanço científico sobre a compreensão da natureza e da sociedade. Primeiro, porque elas se utilizam de padrões já superados por novas tecnologias e por novas formas de governança e gestão públicas. Segundo, porque elas escondem, na radicalidade, interesses obscuros.

O Brasil já não aceita projetos que gerem impactos ambientais irreversíveis ou que causem exclusão e conflitos sociais. O passado recente, no caso das rodovias, nos deu lições suficientes para fazermos a correção de percurso e não repetir os erros e equívocos. Em outras palavras, a BR-319, construída na década de 70, será recuperada para gerar desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ecológica.

Compreendo, Senador Mão Santa, a preocupação das pessoas e das instituições que exigem a garantia de que essa rodovia não servirá ao desmatamento, à poluição dos rios e à exploração das populações amazônicas que vivem sob sua influência. Considero inadmissível e perversa, entretanto, a defesa da inexistência dela, do não aproveitamento de uma rodovia que já funcionou plenamente e que foi abandonada por irresponsabilidade dos governantes anteriores. Na prática, isso significa oferecer dificuldade de inclusão social a mais de três milhões de pessoas que moram nos municípios que serão atendidos pela obra. Representa,

também, empecilho ao desenvolvimento econômico e social dos Estados do Amazonas e de Rondônia; com maior prejuízo ao Amazonas, que se manteria isolado da malha rodoviária nacional.

Srs. Senadores, se não recuperarmos a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (Rondônia), Manaus estará isolada da malha rodoviária nacional!

O Brasil e o mundo precisam compreender que a Amazônia não é um lugar vazio da presença humana. A região, que representa cerca de 61% do território nacional, abriga aproximadamente de 23 a 25 milhões de brasileiros, nas pequenas e grandes cidades e comunidades tradicionais, como as indígenas, ribeirinhas, quilombolas e tantas outras, cuja organização política e social desafia o entendimento dos gestores do Estado brasileiro.

A reconstrução da BR-319 constitui-se num dos inúmeros desafios do Governo brasileiro, em parceria com a sociedade, para a implantação de novos modelos de integração regional. Para que essa nova prática ocorra sem sobressaltos futuros, serão necessárias paciência e determinação, tanto do Governo quanto da sociedade civil organizada, principalmente das pessoas afetadas de forma direta por esse projeto.

É nesse aspecto que parabenizo o Governo do Presidente Lula, na pessoa do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e a todos os envolvidos no esforço que resultará na construção da BR-319, sob marcos regulatórios ambientais e sociais amplamente debatidos e mais seguros. Evidentemente, os impactos ecológicos mínimos de uma rodovia de 877 quilômetros, que interliga duas grandes cidades amazônicas, necessitarão de procedimentos científicos confiáveis e também de paciência e bom-senso nas negociações com a sociedade.

Essa é a principal tarefa de casa, e ela vem sendo feita sistematicamente. Os estudos de impacto ambiental e social, por meio dos relatórios EIA-Rima, foram realizados por técnicos e cientistas da Universidade Federal do Amazonas. Esse parecer avaliará o licenciamento do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) dos trechos que ainda dependem desse documento para receber os serviços de restauração, terraplenagem, pavimentação, sinalização e de proteção ambiental. Lembro, para reforçar a minha convicção de que essa obra é conduzida com responsabilidade, que o processo de licenciamento está sendo acompanhado pelas populações afetadas e sob influência da obra por intermédio de audiências públicas.

É possível assegurar que, quando concluída, a BR-319 estará blindada ecológica e socialmente, porque, no percurso dela, serão criadas modalidades de

proteção ambiental e programas de inclusão social. Tais medidas exigem maior presença do Estado brasileiro na região e mais envolvimento das populações locais na defesa dos ecossistemas amazônicos. Essa situação é muito diferente daquela em que foram construídas rodovias na Amazônia na década de 1970, quando o Brasil vivia em um estado de exceção.

Aquela época, vivia-se debaixo da determinação de que a integração da Amazônia às demais regiões do País deveria ocorrer a qualquer custo. Atualmente, estamos desejosos dessa integração, mas haveremos de conquistá-la sob orientação de que jamais repetiremos o cenário de terra arrasada do passado recente.

Sr. Presidente, que fique claro: os povos tradicionais da Amazônia sempre tiveram uma relação de baixíssimo impacto ambiental com as florestas, rios e solos da região. Os atuais níveis de destruição foram patrocinados por frentes extrativistas que agiram ao revés da lei ou que foram orientadas por equivocados e erráticos programas de ocupação e desenvolvimento regional.

O que queremos hoje – repito – é muito diferente desse cenário catastrófico apregoado por setores que se movem por ingenuidade ou por intenção criminosa. Queremos a BR-319 para favorecer a economia regional, para dar opção de ampliação e escoamento dos produtos das indústrias já implantadas nos dois Estados, para atrair investimentos que respeitem as leis ambientais estabelecidas pelo Governo e pela sociedade. Queremos a BR-319 para tirar do isolamento milhares de famílias que estão sem escola, sem assistência à saúde e muito distantes de benefícios que chegarão a elas com mais facilidade pela estrada.

Caros Senadores e Senadoras, digo a V. Ex^{as} que a recuperação da BR-319, que também promove serviços ambientais, desempenhará papel decisivo no aperfeiçoamento do manejo dos recursos naturais em benefício das populações locais. É fácil entender que elas reforçarão suas alianças com o Estado e com a sociedade pelo uso planejado da biodiversidade amazônica. O Estado, por sua vez, desenvolverá ações para que sua política de desenvolvimento sustentado não se torne refém da radicalização pela intocabilidade da Amazônia nem dos gângsteres que a veem como a mercadoria da vez.

Quando defendo a reconstrução da BR-319, cujo investimento do Governo Federal atinge a cifra de US\$697 milhões (recursos que estão previstos no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC), penso também na possibilidade do fortalecimento da agricultura familiar nos Estados do Amazonas e de Rondônia. Entre tantos fatores que a emperram estão as dificuldades de escoamento da produção e de prestação

de assistência técnica às pequenas propriedades. A rodovia recuperada permite que a produção agrícola familiar chegue com maior facilidade aos mercados das pequenas e grandes cidades; da mesma forma que o técnico agrícola, o engenheiro agrônomo, o engenheiro florestal poderão assistir, com mais frequência e menor custo, um número maior de propriedades rurais, em menor tempo.

Penso, de igual modo, na opção que terão as indústrias do Pólo Industrial de Manaus (PIM), a Zona Franca, para receber insumos do sul do País e enviar produtos para os centros de distribuição em São Paulo, principalmente. Atualmente, esse transporte é feito através do rio Amazonas e do rio Madeira ou por via aérea. Para efeito de ilustração desta abordagem, lembro que o PIM possui cerca de 500 empresas, que, em 2008, tiveram faturamento recorde de mais de 30 bilhões de dólares. Registro, também, que esse modelo fabril, que emprega mais de 100 mil operários diretamente na linha de produção, contribui para que 98% da cobertura florestal do 1,57 milhão de km² do Estado do Amazonas estejam intactos, ou seja, a Zona Franca funciona, e a floresta no Estado do Amazonas continua praticamente, por consequência do trabalho fabril, intacta.

A ampliação das possibilidades de manutenção da Zona Franca, portanto, contribui para a preservação da floresta amazônica. A BR-319 se enquadra no leque de logística das indústrias instaladas em Manaus.

Por outro lado, qual não deve ser a ansiedade do comércio das duas capitais para ampliar seus negócios? O Amazonas é um dos maiores consumidores de produtos alimentícios do norte do País. Só em Manaus, nossa capital, residem perto de dois milhões de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão se espalham nos demais 61 municípios do interior. Rondônia é um dos maiores produtores agrícolas regionais e terá a BR-319 recuperada como meio eficaz para conquistar mais consumidores.

Eu não poderia deixar de destacar a importância dessa rodovia para o intercâmbio cultural entre as cidades da Amazônia brasileira e os demais países amazônicos. A integração do Amazonas à malha rodoviária nacional representa, também, a inclusão de parte representativa dos povos amazônicos na permanente e necessária troca de bens culturais e sociais.

Quero, portanto, que V. Ex^{as} e o povo brasileiro entendam que as populações amazônicas almejam o acesso a bens materiais e culturais que possam elevar sua autoestima e melhorar sua qualidade de vida, mas, de modo singular, agem para que esses benefícios não signifiquem a destruição do meio ambiente.

Por fim, fica o meu apelo para que o Ibama conceda o licenciamento da reconstrução da totalidade da obra o mais rápido possível, sem comprometer os procedimentos técnicos e sem prejuízo das populações que aguardam, há anos, por melhoria de qualidade de vida.

Era o que eu tinha a dizer hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, em defesa de uma rodovia que, recuperada, só trará o bem para os povos da Amazônia, principalmente para o Amazonas, para Manaus e para o Estado de Rondônia, principalmente sua capital, Porto Velho.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos ao Senador João Pedro, que defende o Estado do Amazonas e a Amazônia e busca despertar a necessidade de estradas.

Quanto a isso, a História nos ensina que Pedro II, em uma de suas viagens à Europa, escreveu uma carta a sua filha e disse: “Isabel, o maior presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Depois, este País teve um Presidente, Washington Luiz, que dizia: “Governar é fazer estradas”. E, por último, Juscelino Kubitschek, que governou tanto a sua prefeitura de Belo Horizonte, o Estado de Minas e o Brasil com o binômio energia e transporte.

Senador João Pedro, convidaria V. Ex^a para presidir, porque eu queria fazer um pronunciamento. Em seguida, o País e São Paulo vão aguardar o Senador Eduardo Suplicy e Geraldo Mesquita, que ainda estão inscritos.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com a palavra o Senador Mão Santa, como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, que preside esta sessão, Parlamentares da Casa, brasileiros e brasileiros aqui, no plenário, e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador João Pedro, lamento ter que vir aqui. V. Ex^a, com muito estoicismo, com muita responsabilidade, defendeu uma estrada para a Amazônia, Rondônia a seu Estado, Amazonas. A história nos ensina a importância de estradas, já diziam Pedro II, a sua filha Isabel, Washington, Juscelino e, agora, V. Ex^a,

que tem até o Presidente do seu Partido, o Ministro dos Transportes, que é o Senador que V. Ex^a substituiu com muita competência. Igual quando Pelé saiu e todos disseram “perdemos a Copa”, mas apareceu um Amarildo, fez gol e acabamos ganhando. V. Ex^a – eu quero dar um testemunho – tem honrado o mandato. Mas Deus escreve certo por linhas tortas.

Este Brasil foi mal dividido geograficamente. V. Ex^a, Senador João Pedro, falava que o seu Estado tem 71 cidades. Minas tem oitocentas e tantas, e olha o Amazonas é grande. Ô negócio grande! Além da grandeza territorial, da riqueza, da gente, da história. O Piauí também é grande porque é muito comprido. O Brasil todo é mal dividido. Doze Sergipes cabem dentro do Piauí, João Pedro. No Amazonas, não sei quantos Sergipes cabem lá dentro. Então, é um país.

Olhamos o mapa dos Estados Unidos da América e vemos que parece azulejo, mais ou menos quadriláteros com as mesmas dimensões, as mesmas proporções.

O Piauí é comprido, vai do mar onde nasci e adentra a Bahia. Então, eu sou favorável à idéia daqueles que moram no sul, que querem dividir o Estado, pois se acham abandonados. Eu tive essa preocupação quando governava o Piauí, porque saíram de Corrente vários pecuaristas montados a cavalo e adentraram o Palácio do Governo, pedindo a divisão do Estado.

É mais perto vir do sul do Piauí para Brasília do que ir de lá para a Capital, Teresina, resolver os problemas médicos, problemas de trabalho e tal. Essa, talvez, seja uma das razões de Brasília ter 300 mil piauienses.

No sul, querem criar o Estado de Gurguéia – o rio Gurguéia nos lembra o rio Nilo. Eles exigiram, por intermédio do Deputado, líder maior da região, Chico Filho, que eu construísse uma ponte que levasse a energia, e eu levei. Fiz a ponte do Gurguéia, levei a melhor energia, 230 KWh, porque tive a visão de futuro de que lá ia haver o plantio de soja – São João, Canto do Buriti, Eliseu Martins... Facilitamos a fixação de muita gente no sul, que nos ensinou a plantar grãos, principalmente os de soja. Só num dia, adentrou no Piauí uma Cotrirosa com 300 famílias, João Pedro, e expandiu-se.

Mas, olha aqui o jornal – mostra aí bem grandão; faz de conta que é o Mercadante e bota um *outdoor* –, um jornal livre, e isso é raro no Brasil, o jornal **Diário do Povo do Piauí**: “Estradas do Sul do Piauí abandonadas”. Então, de repente, o sonho de fazer do sul um Estado produtor de grãos o é. Olha, há tanta gente do Sul lá, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina! Eles são da 3ª geração e não têm mais terra, mas têm a vocação dos seus antepassados, e foram para o Piauí produzir e produzem.

“Estradas do Sul do Piauí Abandonadas.” O jornal é de 26 de fevereiro, de hoje. Então, o Governo brasileiro e o Governo do Piauí fazem muita propaganda. Eles estão ainda acreditando no propagandista de Hitler, Goebbels, que dizia: “Uma mentira repetida se torna verdade”. Um quadro vale por 10 mil palavras. É o Piauí do nosso Presidente Luís Inácio e o Piauí do Governo do PT. Agora, é muita mentira. Como mentem! Eles dizem, na propaganda, que o Piauí tem dois aeroportos internacionais. É mentira! Não tem nem um! Eu vim, agora, do meu litoral, onde tinha avião. Eu era criança e eu ia para o Rio de Janeiro. Tinha a Aeronorte, a AeroBrasil, a Cruzeiro, a Panair, e tinha até uma do Pará: Paraense Transporte Aéreo – PTA. Aí, caiu um avião e botaram o apelido: “Prepara tua Alma”. Não tem mais nada! Não tem mais nem teco-teco. E a mentira descarada é que tem. Fica até chato, mas eu vim de lá agora: não tem nem teco-teco.

E o outro aeroporto é em São Raimundo Nonato, o berço do Homem Americano, onde uma professora Niède Guidon, acreditada na Universidade de Sorbonne, descobriu, através dessas escrituras rupestres, que há 40 mil anos esteve o homem americano lá. Olha, esse aeroporto de São Raimundo Nonato... Um dia eu fui lá e encontrei dois jumentos na pista. Tudo o que dizem é mentira! Está aqui: “Estradas do Sul do Piauí Abandonadas”. O que diz o jornal?

Trecho da rodovia do Sul do Piauí, no “Corredor da Soja”, buraqueira e abandono.

As estradas do Sul do Piauí estão abandonadas. A buraqueira torna as rodovias perigosas, tanto em relação ao risco de acidentes quanto ao de assaltos. Faltam sinalização e policiamento. As precárias condições das estradas atrasam e encarecem as viagens. Os carros quebram com frequência. A região enfrenta problemas crônicos também da falta de energia elétrica.

E lá dentro, na página 9, volta lá, o jornal **Diário do Povo**, um jornal livre – e no Brasil um jornal livre é coisa rara. Esse é porque o empresário é muito rico, ele faz comércio, Zezinho, com a China. Então ele é independente e fez um corpo jornalístico independente.

“O contraste da beleza, riqueza e do abandono”. A foto é de Luiz Carlos.

“A riqueza da região Sul do Estado contrasta com o abandono causado pelos governos estadual e federal.”

E aqui tem, além da beleza da plantação de soja, três fotografias: “Estradas abandonadas no sul do Estado”; “Motoristas convivem com os buracos

na estrada” – é uma buraqueira doida, não sei se dá para ver aí. A buraqueira é igual à mentira dessa gente. Estão concorrendo: a buraqueira das estradas do sul e a capacidade de mentir dessa gente. “Famílias tampam buracos em troca de dinheiro.” E aí aqueles menininhos ficam tapando para receber. Daí os assaltos, as dificuldades, os acidentes e também a reportagem bem feita no jornal, falando que não tem luz, e que é um caos. Como acreditar que essa gente tem esse percentual?

O Governador é do mesmo time. Viu? Bota lá! Olha, se o sul do Estado está aqui sem estrada, sem energia... A corrupção nunca campeou tanto no Piauí.

E isto aqui é que é bom: “Um quadro vale por dez mil palavras” – Confúcio disse isso, mas eu aprendi com um caboclo do meu Piauí o que eles têm que aprender. É o seguinte: é mais fácil você tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade é esse caos; tudo que eles dizem é mentira.

Este País está aí: o Presidente é do Partido dos Trabalhadores, Sua Excelência Luiz Inácio, e o Governador do Piauí é do PT. Pronto! Aí é o diabo!

Olha aí: “Gil denuncia que obras do PAC são um engodo” – bota bem grande aí. Esse Gil é do meu Partido, mas o PMDB é dividido: uns querem que ele tenha vida e independência; outros se entregaram. O Gil é Prefeito de Picos. Picos, Senador Azeredo, é a maior cidade de trabalho do Piauí. Eu quando me refiro a Picos eu a chamo de São Paulo do Piauí. É o lugar onde se trabalha mais, é minifúndio, é... Porque eu sou da praia, praia é como o Rio de Janeiro, é curtição. No Picos não, não tem domingo, é feira igual à de Caruaru, é trabalho, povo trabalhador.

Este Gil Marques de Medeiros, conhecido por Gil Paraibano, é aliado do PT lá. Os Deputados dele são aliados, tem um que é secretário do Governo. Ele é ... Olha o que diz o Prefeito da cidade de Picos. Ô Azeredo, qual é a maior cidade de trabalho e trabalho, você tem... do seu Estado, da gigante Minas? Eu sei que tem, mas tem... No Piauí todo mundo trabalha, mas Picos é a capital do trabalho, é a São Paulo. E a sua lá de Minas? É a capital mesmo? Pois lá no Piauí é Picos e eu digo, está aqui o Prefeito, alinhado, aliado do PT. O PMDB não tem isso. Então, vamos ler o que diz, está aqui, bota o retrato dele aí de óculos. Está vendo? Ô Raupp, este aqui é o Prefeito da cidade onde mais se trabalha no Piauí, a São Paulo do Piauí, Picos.

É aliado, é alinhado, essa junção aí, né? Votou no Luiz Inácio, votou no PT. Estão entendendo? Dos Deputados dele, um é secretário de Governo.

Que diz Gil? *Gil denuncia que as obras do PAC são um engodo.* Aqui tem outros artigos comentando isso, desses e-mails que têm, mas vamos aqui à voz dele, do Prefeito, que está mais forte, aliado do Partido dos Trabalhadores:

Gil Paraibano, do PMDB, aproveitou a assembléia que elegeu o Prefeito de Geminiano, Tony Borges, para a presidência da Ampicos (Associação da Microrregião de Picos) – tem umas trinta a quarenta cidades que vivem em torno de Picos, como que Picos fosse sua capital – realizada sexta-feira, na Câmara de Vereadores, para fazer um longo desabafo e atacar a burocracia do Governo Federal e a ineficiência do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, menina dos olhos do Presidente Lula.

Em mais de 30 minutos de discurso, Gil Paraibano atirou para todos os lados e acabou criticando as gestões passadas da Associação Piauiense de Municípios e a inoperância da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, não libera os recursos dos convênios que são celebrados entre as prefeituras e os ministérios, atrasando o desenvolvimento e o progresso dos Municípios.

Ele disse que assinou convênios no valor de mais de 20 milhões com o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC [os que andam carcarejando aí, galos e galinhas cacarejadoras desse PAC, atentai bem, olhem o que diz o Gil, aliado], em Teresina e até hoje não saiu um centavo para o vale do Guaribas, em Picos. “Agora o Presidente vir para a televisão e anunciar que já está botando não sei quantos bilhões de reais para o PAC, é só conversa, pois o dinheiro não chega nunca”, afirmou. Dizendo que falava com conhecimento de causa, o prefeito Gil Paraibano afirmou que o governo de Lula vai acabar e esse dinheiro do PAC não chega a Picos e região. “Eu pago para ver, pelo menos para Picos eu sei que ele não vem, por isso não vou mais a Brasília só para ouvir mentira”, denunciou.

– Está vendo, Raupp, o Suplicy, é aliado de vocês, não sou eu não!

No meu primeiro mandato – ele foi reeleito –, logo que assumi, fui a Brasília e andei em todos os ministérios com o deputado Paes Landim e por onde passei recebi respostas positivas do que reivindiquei. Voltei para Picos animado e garantindo ao povo que iria deixar a cidade um brinco, mas é só conversa. Até hoje não saiu nada. Lá eles são treinados para dizer que faz, mas é tudo lorota.

Essa é a verdade. Não adianta. Eu aprendi – e a sabedoria popular não erra, os provérbios, que estão até na Bíblia – que a mentira tem pernas curtas. Está aqui.

Segundo Gil Paraibano, quando com muita dificuldade um prefeito consegue celebrar um convênio, a burocracia é tão grande que o dinheiro vem e volta, porque eles não liberam, principalmente se for através da Caixa Econômica.

“Existem recursos do governo federal que deveriam ter chegado a Picos através da Caixa Econômica desde o meu primeiro ano de governo, mas até agora não tivemos acesso ao dinheiro, pois todo documento que a gente manda eles dizem que está errado. Não sei para que tanto doutor na Caixa Econômica se eles não fazem as coisas andarem, ironizou Gil, para delírio da platéia presente.”

Essa é a verdade.

Cristo dizia: “De verdade em verdade eu vos digo.”

Então vamos.

O Piauí tem um porto que se iniciou há mais de 100 anos, por Epitácio Pessoa. Olha, eu votei na primeira vez em Luiz Inácio e no governador do PT. Eu pensei, eu acreditei. Quem está livre de ser enganado? Eu já botei todos recursos, tem dinheiro para o porto. É uma rota. Uma ZPE que o povo quer que foi o Presidente Sarney, já perdeu a validade e eu consegui prorrogar, vai perder e não fizeram nada. Tem uma estrada de ferro que, na campanha passada, eu ouvi o Presidente Luiz Inácio, eu vi o Governador do Piauí, do PT, o prefeito de Parnaíba: com 60 dias, o trem Parnaíba–Luís Correia, uns 15 quilômetros; com quatro meses, Parnaíba–Teresina.

Eduardo Suplicy, V. Ex^a é Engenheiro?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sou formado em Administração e Economia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, é. Mas, então, você sabe, está ali o Eduardo Azeredo; o Raupp também é um homem que faz muita obra. Olha, eles não trocaram nem um dormente... Sabe o que é dormente? Aquele pau que segura os trilhos. Nenhum! Em quinze dias, ia para Luis Corrêa, em sessenta dias... Isso na eleição passada! Eu vi.

E Azeredo é uma planície. Ó Raupp, V. Ex^a conhece, foi por terra. Até mestre-de-obra recupera essa estrada de ferro. É uma planície. Não tem....O Suplicy andou. Não tem acidente geográfico. É fácil. É porque eles gostam de mentir e enganar. Levaram o Alberto Silva, engenheiro, gente boa; engenheiro ferroviário disse que ia. Ele foi e voltou. Ele foi para lá. “Vamos

fazer?” Eu fiquei calado. Enganaram o velhinho. O velhinho está doente, porque foi enganado. Mas ninguém está livre de ser enganado.

Então, tem uma ponte. Azeredo, eu fiz, no mesmo rio, quando governei o Estado do Piauí, uma ponte que botei o nome em homenagem ao Prefeito que era dos tucanos, o Wall Ferraz, em 87 dias, com o engenheiro do Piauí, Lourival Parente, com construtores do Piauí, operários do Piauí, e dinheiro do Piauí. Convidei Fernando Henrique Cardoso para inaugurar. Esse povo tem uma ponte que eles diziam que era para os 150 anos de Teresina. Tem 158; vai fazer 159, e está lá só o esqueleto. O Heráclito Fortes fez no mesmo rio, quando Prefeito, uma ponte em cem dias.

Está lá Teresina, com um potencial extraordinário da medicina, que é relevante: a excelência. Tem quatro faculdades de medicina. Tinha a federal. Eu criei a estadual. Um bem nunca vem só: temos duas faculdades privadas. Eu fiz o Estado entrar na era dos transplantes.

E quero dizer, então, o seguinte: no hospital universitário, tinha uma líder do PT, que está no céu. Era gente boa. Ela morreu. Pedia comigo. E está lá. Só promessa. Nada!

A estrada do transporte de soja está aqui. Então, nós queremos pedir a Sua Excelência o Presidente da República Luiz Inácio, ele que sempre foi consagrado com a votação do Piauí. Não agora, não. Nas vezes em que ele perdeu, teve extraordinária... Nós somos uma gente tão fabulosa e tão grandiosa que esse Rui Barbosa saiu e perdeu em todo lugar; e ganhou em Teresina. Então, isso. Há muito tempo que Teresina e o Estado votam em Luiz Inácio.

Está escrito, no Livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”. Em nome desse povo, Luiz Inácio, que acreditou em Vossa Excelência, acompanhe. Porque eu vi o descaramento, a falta de visão. A ignorância é audaciosa e atrevida. Ô Azeredo, quem me disse essa frase foi um professor meu de cirurgia: Mariano de Andrade. A ignorância é audaciosa e atrevida. Quando a gente é novo, quer operar ligeiro e não sabe as consequências, os malefícios; os nervos onde estão. Aí ele olhava assim e dizia que a ignorância é audaciosa e atrevida.

Eu vi, eu vi. Eu votei na primeira vez no PT. Lá tem uma hidroelétrica, sonho de Juscelino e concluída pelo Presidente Castelo Branco. Ela acabou com a navegabilidade, porque falta concluir as comportas. É a Hidroelétrica de Boa Esperança, fornece energia para o Piauí e para o Maranhão. Nunca concluíram. Eu pensei que essa gente tinha responsabilidade, tinha competência, tinha sabedoria. Eu vi foi o Governador dizer que ia fazer cinco hidroelétricas. Cinco! Cinco! Eu

vi publicamente em São José do Peixe. Estava acompanhado do Deputado Federal Marcelo Castro, que era homenageado comigo. E eu imaginava: Por que não terminarmos a Hidroelétrica de Boa Esperança com a eclusa e garantir a navegabilidade do rio Parnaíba, como no passado?

Então, são essas coisas. Viemos aqui em nome do Piauí, acreditando, sobretudo, Luiz Inácio, em Deus, que é meu, seu, que é do Brasil e que diz: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Olhe com seriedade as obras inacabadas do Governo de V. Ex^a. Desejo que V. Ex^a a conclua e não que fique na história do Piauí como o Presidente de “só palavras, palavras, palavras”, como diz Shakespeare. E eu digo: mentiras, mentiras, mentiras são ditas no Piauí.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, que nos trouxe um relato de como anda a economia no Estado do Piauí.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB, de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Eduardo Suplicy, Sr^s e Srs. Senadores, dando seguimento a assuntos que realmente movimentam as nossas preocupações, quero falar da questão ligada aos acidentes nas estradas brasileiras e especialmente agora neste período do carnaval.

É lamentável que, mais uma vez, as nossas manchetes de jornais reflitam questões que podem ser evitadas ou, pelo menos, diminuídas, tragédias que podem ser reduzidas.

Vejam o que os jornais do meu Estado de Minas Gerais mostram: “Tensão nas estradas”. Diz o subtítulo: “Polícia Rodoviária Federal divulga hoje o balanço dos acidentes, mortes e multas (...) Congestionamentos marcam a volta para casa de milhares de motoristas”. Está nos outros jornais: “Hora de enfrentar o trânsito na estrada na volta para casa”, “Mais acidentes graves em Minas”, “Ocorrências nas estradas devem bater recorde”. E por aí vai... “O total de presos ou multados por dirigir embriagados deve crescer bastante neste ano”. É neste ponto que queria me aprofundar um pouco: “O total de presos embriagados deve crescer bastante neste ano”.

Nós tivemos a aprovação, em meados do ano, de toda uma regulamentação sobre a questão da chamada Lei Seca, que, na verdade, não é uma lei seca, mas uma lei da responsabilidade em relação à bebida no Brasil.

Lamentavelmente, num primeiro momento, tudo bem. Houve uma redução de acidentes, houve uma redução até mesmo de mortes, uma redução de homicídios. E agora o que nós vemos? Vemos que as pessoas começaram a achar que não tem fiscalização e voltaram a beber, voltaram a sair embriagados de festas, colocando em risco não só a sua vida como a de terceiros. O que nós vimos nesse momento de carnaval? Mais uma vez, essa extrapolação. Ou seja, o excesso de bebida alcoólica resultando em excesso de acidentes.

É evidente que precisamos que as nossas polícias tenham condições de fiscalizar e que fiscalizem de fato, que nós tenhamos realmente equipamentos para que se possa verificar se a pessoa está mesmo alcoolizada a ponto de não poder dirigir. Nós sabemos muito bem que, em outros países, a lei é extremamente mais rigorosa do que no Brasil, seja pela cultura, seja pela questão educacional. Aqui no Brasil, não. O Senador Mão Santa, que é médico, sabe bem o custo que isso tem, não só em vidas, mas tem também o custo financeiro.

Temos o exemplo dos Estados Unidos, onde os menores não podem, de forma alguma, beber e o proprietário de um bar ou de um restaurante é preso se servir bebida alcoólica a menores de 18 anos. No Brasil, não! No Brasil, é uma festa, todo mundo serve como quer, bebe como quer, e as consequências estão no trânsito, estão nesses números que eu mostrei aqui, estão nessas manchetes de jornais, mais acidentes. Quer dizer, o sopro de esperança no meio do ano, quando as pessoas começaram a mudar seus hábitos e até a usar mais o táxi para voltar de uma festa, durou apenas um ou dois meses. Depois, com a falta de fiscalização e de divulgação, voltou tudo como era antes. E o resultado está aqui: novos acidentes, muitos deles fatais, neste período carnavalesco.

Temos dados, Sr. Presidente, a respeito do recém-aprovado projeto, de minha autoria, da colocação e da obrigatoriedade do *air bag* duplo em todos os automóveis fabricados no Brasil, no prazo de um ano para aqueles oriundos de projetos novos e no prazo de quatro anos para os oriundos de projetos antigos, tais como a Kombi. Mas os carros de projetos novos, como o Lína, fabricado em Minas, terão apenas um ano.

O que acontece, Sr. Presidente, é que os dados que temos, do Centro de Experimentação e Segurança Viária, são de que, se todos os carros envolvidos

em acidentes entre os anos de 2001 e 2007 – portanto, seis anos – tivessem *air bags*, 3.426 vidas teriam sido salvas. Haveria também a redução de gastos com atendimento médico, uma economia estimada em R\$2,2 bilhões.

É, portanto, uma somatória. Uma coisa é a fiscalização, a educação, para que as pessoas bebam no limite razoável ou que não dirijam quando estiverem bebendo, e a outra é um instrumento tecnológico: uma lei aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados com base num projeto apresentado por mim em 2004, que foi difícil de ser aprovado. Eu me lembro da resistência inicial na Comissão de Assuntos Econômicos. Depois, conseguimos aprovar o relatório do Senador Flexa Ribeiro, com voto em separado. Em seguida, fomos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relatório da Senadora Lúcia Vânia. Foi, finalmente, aprovado no Senado em 2007. Foi à Câmara, onde passou por três comissões, até chegar à votação em plenário, na semana passada. Agora está nas mãos do Presidente da República, para que ele sancione.

Se nós tivermos a fiscalização, a educação e instrumentos tecnológicos como o *air bag*, nós poderemos ter números melhores. Esse número impressiona muito: 3.426 vidas teriam sido salvas se todos os carros envolvidos em acidentes entre 2001 e 2007 tivessem *air bags*. São 3.426 vidas.

Felizmente, a população entendeu bem e toda a repercussão mostra que os consumidores reconhecem que o *air bag* é muito importante para a segurança das pessoas e que, então, não tem problema se aumentar um pouco o preço do carro. “Vale a pena, sim, aumentar um pouco, pela segurança da pessoa. A segurança é imprescindível no trânsito. Com o *air bag*, muitas vidas podem ser salvas”, diz Antonio Silva, militar, nessa matéria que está aqui colocada.

Nós vemos, portanto, que condições existem, Presidente. Existe a necessidade de fiscalização sobre o elevado consumo de bebidas, existe a solução tecnológica, como é o *air bag*, como é também o ABS, mas existe um terceiro porém, que é a qualidade das estradas.

Mais uma vez, temos aí um Brasil que tem situações invejadas, como é o caso do Estado de São Paulo, e outras situações que não são as mesmas. Mesmo em Minas Gerais, um Estado que é a segunda ou terceira economia do País, disputando com o Rio, nós temos ainda muito o que fazer nas estradas. O esforço do Governador Aécio Neves tem sido grande. Ele retomou todo um programa importante, que já tinha sido iniciado em anos anteriores. Inclusive, no período em que fui Governador, tivemos um breve período em

que as obras ficaram praticamente paralisadas. Mas, com a posse do Governador Aécio Neves, foi retomado um programa e a qualidade das estradas mineiras tem melhorado. Mas ainda falta muito, até porque 28% da quilometragem de estradas federais está em Minas Gerais. Por quê? Porque somos um Estado central. Assim, as estradas que demandam ao norte, ao sul, ao leste e ao oeste passam por Minas.

A rodovia Fernão Dias, duplicada recentemente, que teve sua duplicação iniciada pelo Governador Hélio Garcia e concluída por mim, está em bom estado. Das demais não se pode dizer o mesmo. A rodovia que liga Belo Horizonte ao Espírito Santo é uma permanente fonte de problemas, uma permanente fonte de desastres, é notícia permanente nas páginas policiais dos jornais de Minas Gerais.

É inaceitável uma estrada que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro não ser duplicada até hoje. Estou falando das três maiores cidades do Brasil: São Paulo, Rio e Belo Horizonte. A que liga o Rio a São Paulo é duplicada, a que liga São Paulo a Belo Horizonte é duplicada, mas a que liga Belo Horizonte ao Rio ainda não foi duplicada. O que dizer, portanto, das estradas do Nordeste e do Norte?

Esse é outro ponto fundamental. Esforços têm sido feitos... Estive, recentemente, com o Ministro dos Transportes, saí até satisfeito da reunião com ele, mas o que acontece é que, na prática, Sr. Presidente, isso não está se materializando.

Projetos que estavam sendo feitos foram colocados dentro do PAC e outros foram incluídos no PAC.

O fato é que continua muito devagar a ação do Governo Federal na melhoria das estradas brasileiras, na duplicação, no aumento de capacidade. São coisas do tipo de se passar um ano e meio para pagar uma indenização. Aí não adianta: em um ano e meio, o proprietário do terreno não deixa que a construtora contratada faça a obra, porque tem um ano e meio que está no jogo de empurra, joga-se para Belo Horizonte, Belo Horizonte joga para Brasília, Brasília joga para Belo Horizonte, e nunca que se paga a indenização. A obra, então, tendo dinheiro no orçamento, tendo contrato assinado, não anda.

Se formos falar da área de manutenção, o problema é pior ainda. São estradas que não são devidamente mantidas, que não têm condições necessárias, trazendo problemas, mais uma vez, sejam problemas do ponto de vista econômico, com a destruição ou a perda de carga, seja o pior, que são perdas de vidas. Mais uma vez, também está presente a burocracia.

Radars têm o objetivo de diminuir a velocidade, e o que acontece? Também mais uma vez a burocracia não permite. No caso específico de Minas Gerais,

há mais de um ano os radares estão desligados por problemas de licitação: quem perdeu não concorda, quem ganhou fica esperando a decisão, e o Governo, burocraticamente, não toma a decisão, não tem coragem de tomar uma decisão, e, com isso, continuam desligados os radares.

É preciso, portanto, que haja, eu diria, um acordar geral. Que o Tribunal de Contas entenda o objetivo, por exemplo, da questão dos radares; que o Ministério Público entenda que deve se preocupar com questões realmente relevantes; e que o Governo, especialmente o Governo Federal, tenha a coragem de decidir – decidir quando realmente houver cobertura legal para isso, evidentemente.

Aí teremos estradas melhores, teremos instrumentos tecnológicos adequados, como *air bag*, como ABS, teremos fiscalização adequada para evitar o alcoolismo nas estradas e teremos, como resultado, a diminuição tão desejada dos acidentes.

Era isso o que eu queria trazer aqui, Senador Mão Santa: uma reflexão pós-feriado de Carnaval, mais uma vez falando das estradas, mais uma vez realçando a importância da questão da tecnologia. Mas, especialmente no dia de hoje, quero lembrar a importância do controle sobre a questão do consumo de bebidas alcoólicas. Que não se fique apenas naqueles dois meses, julho e agosto, em que houve uma redução efetiva de homicídios, houve uma redução efetiva de acidentes porque as pessoas acharam que aquela lei era para ser cumprida. Passou o tempo, não houve fiscalização, e a lei ficou sendo desrespeitada permanentemente. Vamos partir, vamos retomar, vamos comprar equipamentos, vamos fazer com que as nossas estradas sejam mais seguras no item especialmente ligado à fiscalização, que permite que bêbados matem outras pessoas inocentes nas estradas brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, mostrando as preocupações quanto aos acidentes que aumentam pelo uso de álcool, pelas estradas imperfeitas, e quanto a uma modernização na segurança do próprio veículo, convidamos para usar da palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, que foi o último líder da nossa Bancada. A ele devemos o crescimento do Partido no Brasil e aqui, nesta Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, Sr. Presidente, venho aqui para falar também de transporte e energia.

Eu estava vindo, no carro, para o Senado e ouvi V. Ex^a falar em Juscelino, que foi um grande Presidente desta Nação e que usou o binômio transporte e energia. Até hoje, para desenvolver o nosso País, nós não podemos prescindir desses dois pilares da infraestrutura nacional, que é transporte e energia elétrica.

Ouvi, também, atentamente, o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, que fala sobre transporte, sobre as nossas BRs, as nossas rodovias, e isso já vem de muito tempo. Acho que melhorou muito nos últimos anos, principalmente depois do Governo Fernando Henrique e do Governo do Presidente Lula.

O Governo Fernando Henrique, do PSDB, lançou o programa Avança Brasil e fez muitas obras neste País, inclusive no meu Estado. Eu era Governador do meu Estado, na época, e devo agradecer ao Governo Fernando Henrique por algumas obras inauguradas no meu Estado, como a Usina de Samuel, que foi concluída no Governo Fernando Henrique, a única usina hidrelétrica de grande potência no nosso Estado, de 220MW, e o Porto Graneleiro de Porto Velho, que construímos em parceria, o meu Governo, o Governo de Rondônia, com o Governo Federal, com recursos da Suframa, e que foi inaugurado também pelo Presidente Fernando Henrique, que tive a honra de receber lá, no meu Estado.

Mas agora vejo também que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) vem investindo muito no País, em especial no meu Estado. Quero aqui fazer uma referência ao Estado de Rondônia, que vem recebendo investimentos maciços nessa área. É claro que existe burocracia, burocracias do meio ambiente, burocracia do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e Estadual. Enfim, todos os órgãos de fiscalização acabam, muitas vezes, atrasando um pouco o cronograma dessas obras.

Eu dizia à Ideli Salvatti hoje, pela manhã, que passava, no final do ano, pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para visitar meus parentes – eu mesmo dirigindo meu carro – e pude ver que a obra de duplicação da BR-101 avançou muito pouco de um ano para cá, ou de dois, três anos para cá. E ela me explicou que há burocracia também de obras muito antigas, contratos muito antigos. As empresas mergulham no preço, depois fica uma defasagem e praticamente abandonam a obra. Outras empresas

têm que ser chamadas, a segunda ou a terceira colocada tem que ser chamada para assumir a obra, e isso acaba atrasando o cronograma de obras importantes do nosso País. Isso tem acontecido muito, em escalas maiores em alguns Estados, menores em outros, em obras dos Estados, dos Municípios e da União. Sempre acontece esse tipo de problema.

Mas hoje, pela manhã, a convite do Governo, estive presente a uma solenidade no Palácio do Planalto, de assinatura dos contratos das linhas de transmissão que vão trazer energia elétrica de Rondônia, das usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, para o centro do País ou para o centro industrial do País, que é São Paulo, mais precisamente para a cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, onde vai ficar a subestação receptora da energia das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

Essas obras que estão no PAC são obras grandiosas. Hoje, o empresário que representou as empresas contratadas disse que as usinas do Rio Madeira, depois de prontas, irão gerar energia que dá para abastecer 50% das residências do nosso País. Vejam só: 50% das residências de todo o Brasil. É claro que quem consome muita energia são as grandes indústrias, o comércio, mas 50% das residências poderiam ser abastecidas pela energia gerada no rio Madeira apenas com essas duas usinas, mas há uma terceira e uma quarta, em parceria com a Bolívia, que serão usinas binacionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou satisfeito com os investimentos do Governo Federal. Repito: o Governo Fernando Henrique investiu muito no Estado de Rondônia, mas o Governo do Presidente Lula, nesses seis anos, tem investido muito mais. É claro que, num momento melhor da economia nacional, tem podido investir muito mais do que naquela época, a exemplo dessas linhas de transmissão que foram contratadas hoje, duas linhas mestras de 700KW, que irão transportar essa energia de Rondônia para outros Estados do Brasil. Depois, ela pode até voltar, porque Rondônia, no final deste ano, estará interligada no sistema nacional. A linha que vai do Mato Grosso para Rondônia deve ficar pronta no final deste ano, e vamos deixar de ser sistema isolado e passar a ser interligados ao sistema nacional. Então, a mesma energia que é produzida no rio Madeira poderá retornar, através da interligação nacional, para o Estado de Rondônia. São mais de 6 mil MW. É uma meia Itaipu. Essas duas linhas que foram contratadas hoje, segundo a Ideli – eu não estava aqui, mas ouvi o pronunciamento de S. Ex^a pelo rádio do carro –, são a maior linha do mundo. E é verdade.

Não tem nenhuma outra linha de transmissão de mais de 2 mil quilômetros, e essa terá 2.400 quilômetros de extensão. Como são duas linhas, na verdade, serão 4.800 quilômetros, se fôssemos colocar uma seguida da outra. Como são duas usinas, são duas grandes linhas de transmissão. Mais de R\$7,5 bilhões serão investidos nessas linhas, empregando 16 mil trabalhadores diretos e mais ou menos uns 50 mil indiretos, em todo o trajeto dessas linhas, saindo de Rondônia, passando por Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e chegando ao Estado de São Paulo.

A usinas de Santo Antônio e Jirau terão investimentos, talvez, superiores aos investimentos dessa linha de transmissão, ou seja, em torno de R\$9 bilhões para cada usina. E também vão gerar, seguramente, uns 15 mil empregos diretos, Sr. Presidente, e mais uns 30 mil indiretos. O Estado de Rondônia, sobretudo Porto Velho, virou um canteiro de obras. Na esteira das usinas do rio Madeira já foram inaugurados *shopping center* e o atacadista Macro; e estão indo o Carrefour e tantas outras empresas para Rondônia, atraídos pelas usinas do Madeira. Inclusive uma fábrica de cimento da Votorantim já está em construção na cidade de Porto Velho, gerando também mais mil, dois mil empregos.

Sr. Presidente, esses investimentos estão impulsionando a economia do Estado de Rondônia. Que bom se todos os Estados brasileiros – acho que alguns têm investimentos até maiores do que o Estado de Rondônia, mas outros, não – tivessem investimentos, neste momento, da ordem de R\$30 bilhões, como o são esses do Complexo do Madeira, das duas usinas mais a linha de transmissão; certamente poderíamos segurar um pouco mais a crise, que assola o mundo e já chega de leve ao Brasil.

Sempre falei que a crise vai chegar ao Brasil, mas vai chegar muito mais leve do que chegou em outros países; e, no Estado de Rondônia, também chegará muito mais leve do que está chegando, talvez, em outros Estados do Brasil, devido a esses investimentos.

Além da geração de energia e das obras de energia elétrica em Rondônia, posso citar aqui também obras de restauração de BRs, como a BR–364, que vai receber em torno de R\$300 milhões. O projeto executivo está ficando pronto e, em breve, será licitado para restauração e duplicação da construção da terceira faixa na subida de Vilhena até a divisa do Estado do Acre, contemplando todo o Estado de Rondônia.

Haverá também a construção de pontes, como a duplicação da ponte de Ji-Paraná, que é a segunda cidade do Estado de Rondônia – um recurso até de emenda de minha autoria aqui, no Senado, de R\$20 milhões. Uma cidade de mais de 100 mil habitantes,

que, no período de *rush*, de pico (pela manhã, ao meio-dia e à noite), estava engarrafando o trânsito no centro da cidade, tendo em vista que a cidade é dividida pelo rio Machado, onde está essa ponte. Essa obra, no momento, está causando um pouco de transtorno à população, devido à envergadura da obra, mas, daqui a mais ou menos 30 ou 40 dias, voltará à normalidade, com duas pistas. Em outubro, serão inauguradas as quatro pistas da ponte, duplicadas, de Ji-Paraná.

Da mesma forma, está sendo duplicada a ponte em Candeias, com emenda nossa também de R\$23 milhões. Está sendo concluída uma obra já iniciada de duplicação da BR–364, na cidade de Candeias, até a Universidade Federal, que é depois de Porto Velho, sentido Rio Branco, no Acre.

São obras que vêm melhorar a qualidade de vida da população de Rondônia.

Além dessas obras que citei aqui, ainda temos a construção da ponte, que é um desejo do Presidente Lula e é uma dívida do Brasil de mais de 100 anos – mais precisamente 107 anos –, que é o Tratado de Petrópolis, que dizia que o Brasil tinha que construir uma ponte, lá em Guajará-Mirim, Guaiará, para dar acesso à Bolívia e ao oceano Atlântico, vinda pelo porto do rio Madeira, ainda na época em que havia a ferrovia Madeira-Mamoré, Sr. Presidente; que havia a Mad Maria, transportando borracha pela ferrovia Madeira-Mamoré, de Guajará-Mirim a Porto Velho.

Hoje, a ferrovia não existe mais, mas temos uma rodovia pavimentada. Ao longo dessa rodovia, vão ser construídas as pontes também; pontes de alvenaria, de concreto. E a estrada 425 também será restaurada. A construção dessa ponte, além de pagar essa dívida de mais de 100 anos do Brasil com a Bolívia, vai fazer a integração para o porto de Arica, no Chile, onde há um traçado melhor até do que o que está sendo feito pelo Peru e vai possibilitar o escoamento da nossa produção de Rondônia, do Mato Grosso e de outras partes do Brasil para os portos do Pacífico, trazendo economia e desenvolvimento para toda aquela região. E é uma justiça também a Guajará-Mirim, que é uma cidade muito antiga e que não tem tido muitos investimentos nos últimos tempos.

Falo também de outra estrada – a que já se referiu aqui, hoje, o Senador João Pedro, do PT do Amazonas –, que é a BR–319, uma obra que é a menina dos olhos do Ministro Alfredo Nascimento. Desde que assumiu o Ministério dos Transportes, ele tem dito que vai construir – e está construindo ou reconstruindo – essa BR, tão importante para a integração de Rondônia com o nosso Estado vizinho, o Amazonas, mais precisamente com a capital Manaus, que é hoje uma grande metrópole, um grande centro consumidor.

Então, a construção da ponte, em Porto Velho, no rio Madeira, que é um projeto antigo também e que ficou paralisado por muito tempo, agora deve sair do papel para se tornar realidade.

Falo também da ponte no rio Madeira, no Distrito de Abunã, que vai para o Acre. É a única balsa que temos na BR-364, desde Cuiabá, desde o Mato Grosso até a divisa com o Peru. Essa ponte será construída e está entrando no PAC.

Então, Sr. Presidente, falando sobre essas obras, quero concluir nossa fala agradecendo mais uma vez ao Governo Federal. O Presidente Lula até me convidou para ir no avião presidencial – e deve convidar também o restante da Bancada federal de Rondônia – a Porto Velho. Ele vai no dia 12 de março – está praticamente ajustada essa data – para visitar as obras das usinas de Santo Antônio e Jirau e, possivelmente, inaugurar esse trecho da duplicação da BR-364 de Candeias até a universidade.

São obras que engrandecem o Estado de Rondônia, engrandecem o Brasil, principalmente a geração de energia, que vai tirar, de uma vez por todas, o fantasma do apagão, que já houve no passado.

O Ministro Edison Lobão assumiu o Ministério de Minas e Energia sob ameaça de apagão em todo o País, mas teve muita sorte, porque tem chovido muito. Nunca vi chover tanto! Está chovendo tanto no meu Estado – e tem chovido nos outros Estados também – que está havendo até enchente! Hoje, tem pessoas desabrigadas em Ji-Paraná; já teve em Rolim de Moura, em Jarú. Em Alvorada do Oeste, há outra BR federal, que vai ser pavimentada, que entrou no PAC também – os primeiros 100 quilômetros. Um trabalho da Deputada Federal Marinha Raupp, que, num esforço muito grande com a Bancada federal, conseguiu que a Ministra Dilma e o Presidente Lula aceitassem o ingresso dessa rodovia no Programa de Aceleração do Crescimento. Os primeiros 11 quilômetros já estão licitados, contratados, e a obra deve ser iniciada nos próximos dias, tão importante para aquela região, isolada, do Vale do Guaporé.

Então, como falava, a chuva tem atrapalhado, de um lado, algumas famílias; mas, de outro, tem ajudado no abastecimento dos nossos reservatórios, das nossas hidrelétricas, em todo o Brasil, para gerar energia para a população brasileira.

Sr. Presidente, encerro aqui, na certeza de que essas obras não estão beneficiando apenas o Estado de Rondônia, apenas o querido povo do Estado de Rondônia com a geração de emprego e a melhoria na geração de renda, mas estão dando suporte no que concerne à segurança de geração de energia para todo o País, para todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos cumprimentá-lo por trazer aqui as ações que estão ocorrendo no seu Estado de Rondônia, que vão beneficiar não só o Estado como o País, e também pela sabedoria com que V. Ex^a analisou nosso Ministro Edison Lobão.

Maquiavel, no livro *O Príncipe*, diz que o homem público tem que ter duas qualidades: *virtù* (virtudes) e fortuna (sorte). O Ministro Edison Lobão tem, realmente, essas duas virtudes. Quero dar testemunho de que ele foi extraordinário Governador do Estado do Maranhão, como extraordinário Senador da República, dirigindo esta Casa num dos momentos mais difíceis.

Convidamos para usar da palavra Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. Antes da viagem a serviço, representando o Senado nos Estados Unidos e em Cuba, passa sua mensagem a São Paulo e ao Brasil.

Felicidades na viagem. São nossos votos!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, muito obrigado a V. Ex^a, que hoje preside nossa sessão do Senado.

De fato, sigo hoje à noite para os Estados Unidos da América, onde, em Nova York, participarei do VIII Congresso da USA Basic Income Guarantee Network, onde farei a palestra de encerramento sobre a evolução da Renda Básica de Cidadania no Brasil. Segunda e terça-feira estarei em Havana, para lá participar do XI Encontro dos Economistas da Associação Cubana e do Caribe, um evento que reúne mais de mil economistas de Cuba e de todos os países. Nada menos que 222 economistas, inclusive seis laureados com o Prêmio Nobel, estarão participando. Lá também falarei sobre a evolução do debate da renda básica, instituição em lei que se afigura no Brasil como algo que vai ocorrer, e, inclusive, da experiência pioneira que deverá ser instituída em Santo Antônio do Pinhal, onde estive, no dia de ontem, com o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, muito entusiasmado. Marcamos para 20 e 21 de março as reuniões na Câmara Municipal e na Praça do Artesanato, nesse Município de sete mil habitantes, 50% dos quais na área rural e 50% na área urbana.

Eles querem, Presidente Mão Santa, ali instituir, pioneiramente, para os sete mil habitantes, uma renda básica de cidadania. Quando instituída, faço questão de que V. Ex^a vá ver com os seus próprios olhos, para então dizer ao Piauí: “Está na hora de fazermos aqui também.”

Mas eu, hoje, Sr. Presidente, lerei a carta, conforme anunciei, de Cesare Battisti aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Antes, porém, considero importante aqui dizer que o Sr. Adilson dos Santos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, solicitou-me, através de ofício, que solicitasse ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que possam os trabalhadores e as suas entidades dialogar com a direção do BNDES a respeito das demissões de mais de quatro mil trabalhadores da Embraer. Felizmente, o Presidente Luciano Coutinho, com quem conversei na tarde de hoje, disse que marcará, se não amanhã até segunda-feira próxima, a reunião em que receberá os representantes dos trabalhadores da Embraer, representados no Sindicato dos Trabalhadores de São José dos Campos e região.

Também me informou Adilson dos Santos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que foi definida, hoje, uma audiência de reconciliação entre a Embraer, por sua direção, e os trabalhadores. Essa reunião se dará na próxima quinta-feira, dia 05, às 10 horas da manhã.

Disse-me o Presidente Luciano Coutinho que não está fácil resolver a situação, uma vez que a Embraer vende, de sua produção de aviões de alta tecnologia, 95% para o exterior.

Como houve uma queda acentuada da demanda por aviões, tornou-se muito difícil não haver o corte de trabalhadores. Mas, obviamente, o BNDES constitui-se numa das principais fontes de financiamento, com recursos, inclusive, como instituição oficial, tendo o próprio Presidente Lula observado, nesses últimos dias, que será importante que as empresas que se deram bem nos anos promissores, nos bons anos, agora e em horas difíceis possam também cooperar para que não haja tantas dificuldades para os trabalhadores.

O Presidente Luciano Coutinho informou-me que vai dialogar, sim, com os trabalhadores. Eu disse a Adilson dos Santos que é expectativa de todos nós que possa haver um diálogo o mais construtivo. Mesmo que seja difícil apresentar a solução de pronto, o diálogo, eu espero, será muito proveitoso.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui informar que, conforme eu havia anunciado, ainda hoje estive com Cesare Battisti na prisão Papuda, onde ele entregou-me a carta que concluiu ontem, às 16 horas, dia 25 de fevereiro de 2009, dirigida aos Exm^{os} Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, Presidente, Cesar Peluso, Vice-Presidente, Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Carmen Lúcia e Menezes Direito, uma carta em que ele relata a sua percepção, relata a sua história de vida, de maneira que, eu acredito, será importante para a avaliação dos Srs. Ministros, com respeito à decisão

tomada pelo Ministro Tarso Genro, da Justiça, de lhe conceder a condição de refugiado no Brasil.

Eu, ontem, liguei para o Ministro Gilmar Mendes, que, inclusive, hoje viajou, e pedi a sua autorização para que, uma vez tendo entregue, protocolado essa carta para ele e os demais Ministros, eu pudesse ler a carta, e ele me autorizou.

Aqui mostro, Sr. Presidente, esta carta manuscrita, portanto na letra de... aqui está a cópia, obviamente, porque a original foi ao Ministro Gilmar Mendes. Há alguns lugares em que ele preferiu, depois de escrever, modificar algumas palavras, então riscou, mas isso mostra a autenticidade de sua carta, cujo conteúdo passo a ler.

Quero, inclusive, dizer ao nosso Senador Eduardo Azeredo que achei muito importante quando ele e também o Senador Heráclito Fortes, no dia seguinte, receberam a escritora Fred Vargas, que muito tem colaborado para o desvendar completo da verdade sobre esse assunto.

Então, eis as palavras escritas por Cesare Battisti aos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal:

Tomo a permissão de dirigir-me a Vossas Excelências com a convicção de que, pela primeira vez, terei oportunidade de ser ouvido plenamente pela alta corte deste país, inclusive para expor porque fui impedido de exercer minha defesa de maneira adequada nas ocasiões anteriores em que fui julgado.

Quero dizer a verdade da minha história e esclarecer os episódios relacionados às terríveis acusações lançadas contra mim. Nunca tive a possibilidade, na Itália, de me defender. Nunca um juiz, ou um policial me fez uma só pergunta sobre os homicídios cometidos pelo grupo ao qual pertencia, os Proletários Armados pelo Comunismo, PAC. Nunca a justiça italiana ouviu meu testemunho. Nunca um juiz interrogou-me: “você matou?” Hoje, trinta anos depois pela primeira vez na minha vida, tenho a ocasião de explicar-me perante uma justiça, a justiça do Brasil. E creio sinceramente na seriedade e consciência desta justiça. Agradeço muito Vossas Excelências pela disposição, Senhores Ministros, de ouvir a minha palavra.

Cresci numa família comunista muito militante. O meu pai e os meus irmãos arrastaram-me, muito jovem, para a ação política. Aos dez anos, meu pai já me levava para gritar slogans de revolta, na rua. Mas, aos 17 anos, compreendi que o homem cujo retrato era afixado na nossa casa era Stalin, e lancei-o pela janela. Aquilo abriu uma crise política com o meu pai, e deixei a minha família, para juntar-me à rua, com as centenas de milhares de pessoas que se revoltavam

desde 1968 contra o binômio da política italiana: “Democracia Cristiana – Partido Comunista Italiano, DC-PCI”. Pertencia, então, a um grupo de jovens “autônomos” que vivia em uma comunidade. Eram militantes não armados. É mesmo verdade que para financiar nossa atividade militante, folhetos etc, levantávamos recursos através de roubos.

Para embelezar esses delitos, que foram extremamente numerosos nessa época na Itália, todos os jovens chamavam essas ações não de “roubos”, mas de “reapropriações proletárias”. E devo confessar que detestava essas ações simplesmente porque tinha medo. Esse medo persistiu durante toda minha ação militante, tema ao qual voltarei.

Foi devido a uma dessas “reapropriações proletárias” que fui encarcerado pela primeira vez, mas que realmente devia-se a nossa vida de militantes sem dinheiro. Na prisão, encontrei um homem mais idoso, Arrigo Cavallina, que pertencia a um grupo de luta armada, os PAC. Não gostava de sua personalidade, ao mesmo tempo fria e febril, mas impressionavam-me sua cultura e suas teorias revolucionárias – mesmo se não compreendia tudo o que ele dizia. Quando fui libertado, em 1976, voltei a minha comunidade: havia se tornado um deserto. Certos companheiros tinham morrido, mortos pelos policiais nas manifestações. Os outros estavam devastados pela droga. Nessa época, grandes quantidades de droga barata foram distribuídas maciçamente em todas as grandes cidades para quebrar o movimento de revolta. Em seguida, as entregas foram suspensas, e todos os jovens que tinham caído na armadilha da “heroína” tinham se tornado fantasmas em estado de “necessidade”, pensando apenas em encontrar droga, e não na ação política. Amedrontado por esse espetáculo, fiz o grande erro de minha vida: tomei um comboio para Milão e entrei no grupo armado dos PAC. Sem compreender, nessa época, que lá também caía numa armadilha fatal.

O chefe militar desse grupo era Pietro Mutti. Também era importante Arrigo Cavallina. Descrevi longamente a estranha personalidade de Pietro Mutti no livro que escrevi no Brasil durante a minha fuga: “Minha fuga sem fim”. Este trabalhador tinha tido graves problemas com droga e tinha saído disso graças à ação política. Isto fazia dele um fanático, uma verdadeira máquina de guerra. Apesar de seu caráter muito contido, tornamo-nos amigos. Mas

Pietro Mutti supervisionava-me incessantemente, para ver se estava à “altura”, e eu tentava sê-lo. Os PAC eram especializados sobre a ação social e a melhoria das condições prisionais. O grupo cometia regularmente ações de apropriação aos bancos, para assegurar o seu financiamento e também ações aos locais de “lavoro nero”, trabalho sem carteira. Aquilo sim, eu fiz.

Todo esse ativismo militante nunca o neguei. Pietro Mutti tinha sentido perfeitamente o meu medo, durante estas “ações obrigatórias” que eu sempre detestei. Estávamos armados – embora uma boa parte das armas não funcionasse. Temia sempre que um dos companheiros atirasse sobre o vigia do banco, se este vigia levantasse a mão com a sua arma. Havia desenvolvido uma técnica para evitar aquilo: lançava-me com as mãos nuas sobre o vigia e punha-o no solo de surpresa porque sabia que, uma vez por terra, ninguém atiraria nele. Fiz aquilo numerosas vezes. Conto esta pequena história que pode parecer anedótica para assegurar-lhes, Srs. Ministros, que não sou, de maneira alguma, “um homem sanguinário”, como tem sido escrito incessantemente, mas ao contrário. V. Ex^{as} podem também pedir a informação aos meus irmãos, Vincenzo e Domenico, como eu reagia quando era jovem e matavam um animal em nossa pequena exploração agrícola, mesmo que fosse um frango. Essa aversão ao sangue nunca diminui na vida de um homem. Pelo contrário, aumenta. E nunca matei e nem quis matar qualquer pessoa.

Quero deixar claro a Vossas Excelências o que sei sobre os quatro homicídios pelos quais fui acusado na minha ausência, sob alegações diversas. As acusações foram de que eu teria cometido os assassinatos de Santoro e Campagna, que eu teria sido cúmplice sobre o lugar no caso da morte de Sabbadin e que teria organizado a ação que matou Torregiani, morto no mesmo dia de Sabbadin. Sabem, Senhores Ministros, que fui preso em 1979 com outros militantes clandestinos e que fui julgado na Itália durante o primeiro processo dos PAC, onde estava presente. Houve numerosos casos de tortura durante este processo, com suplício da água, mas eu mesmo não fui torturado. Nenhuma vez durante este processo fizeram-me uma só pergunta sobre os homicídios. Os policiais sabiam perfeitamente que

não os tinha cometido. Por conseguinte, fui condenado em 1981 por “subversão contra a ordem do Estado”, o que era verdade e o que eu não negava no processo. Fui condenado a 13 anos e 6 meses de prisão, porque, naquela época, as penalidades, de acordo com as novas leis de urgência, era multiplicadas por três para os ativistas. Esse tempo foi, depois, reduzido para 12 anos.

O meu processo, único e verdadeiro processo ao qual tive direito na Itália, foi concluído. Estava numa das “prisões especiais” que tinham sido construídas para nós, chamados de “terroristas”. Como prova de que a justiça italiana reconhecia, àquela época, a minha inocência quanto às acusações de homicídio, fui transferido para uma prisão para “aqueles cujos atos não causaram a morte”. Mas o Procurador Armando Spataro, que chefiava o esquema de torturas pela região de Milão, continuava a se incomodar comigo e bloqueou a minha correspondência com a minha família. Soube com três meses de atraso, por uma visita da minha irmã, que o meu irmão Giorgio tinha morrido num acidente de trabalho. O choque para mim foi imenso. Aquilo e o fato de que, a cada dia, no passeio, prisioneiros desapareciam sem razão para seguidamente retornarem meses após, embrutecidos e mudos, ou não retornarem fez-me tomar consciência de que as leis não seriam nunca normais para nós. Por causa disso e apenas por isso, tomei a decisão de fugir, e não para “fugir da justiça”, dado que o meu processo estava terminado. Evadi-me em 4 de outubro de 1981 e deixei folhas em branco assinadas aos meus antigos companheiros para o caso de um processo por minha evasão. Fui para a França. Antes de ir, em 1982, ao México. E porque ignorava completamente que a justiça italiana movia um novo processo contra os PAC, esse famoso processo na minha ausência, onde fui condenado à prisão perpétua sem luz solar. Fiquei sabendo disso com estupefação quando retornei à França, mesma data em que soube do falecimento do meu pai há dois anos atrás. Tal fato, a perda do meu pai, foi mais relevante que qualquer decisão da justiça, pois pensei que nenhum juiz consciencioso poderia considerar com seriedade um processo como esse.

Devo recomençar a minha história em 1978, quando era ainda membro dos PAC. Desculpem-me, por favor, por me prolongar, Senhores Minis-

tros, mas é a primeira vez, repito-o, que posso explicar na frente de uma justiça digna desse nome e desejo dizer a Vossas Excelências tudo o que sei. Em maio de 1978, eu soube, como todos os italianos e o mundo inteiro, do sequestro e assassinato de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas. Olhava horrorizado essa imagem da mala do automóvel, um KL, na televisão. Posso dizer que esse dia tornou-me outro homem. Há na minha vida “antes de Aldo Moro” e “após Aldo Moro”. Nesse dia, senti duas coisas: o horror que me inspirava aquele ato, a náusea na frente de todo aquele sangue vertido por todos os lados. Compreendi também que o uso das armas era uma armadilha, na qual a extrema esquerda tinha caído. Decidi nesse dia romper com a luta armada, definitivamente. Em toda a Itália, a morte de Aldo Moro suscitou enorme discussão em todos os grupos armados. No que respeita aos PAC, decidimos por uma nova palavra de ordem segundo a qual estaríamos armados para defender-nos, mas nunca para atacar pessoas. Estupidamente fiquei tranquilizado por esta decisão, votada pela maioria. Mas um mês depois, em junho de 1978, um grupo autônomo dos PAC, dirigido por Arrigo Cavallina e chefiado por Pietro Mutti, sem consultar a totalidade dos membros responsáveis, matou o chefe dos agentes penitenciários, Santoro. Houve imediatamente uma reunião muito agitada [...]

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quantos minutos V. Ex^a precisa para ler a carta de defesa de Cesare Battisti?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que mais vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Rapaz, hein... Vai demorar o tempo do julgamento de Nuremberg.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou empatar com o tempo que concedi a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi não...

V. Ex^a tem e eu quero crer que a Itália aprendeu com os ensinamentos de Nuremberg, ela que foi junto com os alemães a causa da guerra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, eu estou lendo esse trecho tão importante da transformação que houve com Cesare Battisti, quando se deparou com o seqüestro e assassinato de Aldo Moro.

[...] Compreendi também que o uso das armas era uma armadilha na qual a extrema esquerda tinha caído. Decidi nesse dia romper com a luta armada, definitivamente. Em toda a Itália, a morte de Aldo Moro suscitou enormes discussões em todos os grupos armados. No que respeita aos PAC, decidimos por uma nova palavra de ordem, segundo a qual estaríamos armados para defender-nos, mas nunca para atacar pessoas. Estupidamente, fiquei tranquilizado por essa decisão votada pela maioria. Mas, um mês depois, em junho de 1978, um grupo autônomo dos PAC dirigido por Arrigo Cavallina e chefiado por Pietro Mutti, sem consultar a totalidade dos membros responsáveis, matou o chefe dos agentes penitenciários, Santoro. Houve imediatamente uma reunião muito agitada. Pietro Mutti e Arrigo Cavallina defenderam esse homicídio com grande vigor. Nesse mesmo dia, deixei o grupo, como uma boa parte dos membros antigos que se opunham a todo ataque contra pessoas. Pietro Mutti ficou furioso contra mim, considerava que o traía.

Juntei-me, então, ao que era chamado um “coletivo de grupos territoriais”. Também armados, mas não ofensivos. Vivia com muitos outros clandestinos, num velho prédio de Milão. Sabíamos quase tudo o que se passava e se dizia na cidade. E é assim, que, no início do ano de 1979, soubemos que os PAC preparavam ação contra homens de extrema direita que praticavam autodefesa, que andavam sempre armados (espécie de milicianos). Eu não sabia quem era a pessoa visada e não sabia que realmente os PAC tinham decidido matar dois desses justiceiros de extrema direita, Torregiani, em Milão, e Sabbadin, na região de Veneza. Eu quis impedir esses atos sangrentos, estúpidos e contraproducentes para a resistência. Um verdadeira suicídio político, posto que indefensável. Pedi a autorização, em nome do “grupo territorial”, para participar de uma reunião dos PAC, na casa de Pietro Mutti. Cheguei com dois outros companheiros. Havia lá muitos membros novos que eu não conhecia e que tinham substituído as nossas partidas do ano precedente. Expliquei a Pietro Mutti e aos outros a estupidez e a loucura do seu projeto. Muito rapidamente, a reunião caminhou mal e o tom se tornou muito elevado. Os membros dos PAC disseram-me que eu não tinha mais direito de dar o meu pare-

cer, dado que não pertencia mais ao grupo, e a reunião terminou sob forte tensão. Eu não sabia quem devia ser morto. Cerca de um mês depois, ou menos, soube pelos jornais que Torregiani tinha sido assassinado e que, durante o ataque, uma bala de revólver de Torregiani tinha atingido seu próprio jovem filho Alberto. Recordo que fiquei gelado na calçada ao ver o jornal. Soube também que um outro membro da milícia havia sido morto no mesmo dia na região de Veneza, Sabbadin. Fiquei chocado e também envergonhado, muito perturbado, porque eu tinha pertencido a esse grupo, que se tornou assassino.

E dois meses após, em abril – mas não me recordo da data – um policial do Digos, Campagna, foi morto também. O Senador Suplicy interrogou-me para saber se tinha álibis às datas destes homicídios. Mas penso que podem compreender, Senhores Ministros, que, até mesmo por não os ter cometido, sou incapaz de recordar as datas desses crimes. Além disso, vivíamos escondidos nos apartamentos, e os dias eram vazios, intermináveis e muito semelhantes. É-me impossível recordar, 30 anos depois, onde estava naquelas datas, certamente no apartamento, que praticamente nunca deixávamos.

Seguidamente no verão houve uma grande operação no norte da Itália e fui preso com todos os ocupantes do prédio. Sim, é exato que havia armas no lugar, mas a própria justiça italiana estabeleceu, por uma avaliação balística, que eram virgens, que nenhuma delas nunca tinha sido usada para dar um único tiro.

Muitos dos fatos que conto agora não os vivi, dado que estava no México. Soube deles em 1990, na França, quando fui informado do conteúdo do segundo processo que começou com a detenção de Pietro Mutti em 1982. Soube, na França, que Pietro Mutti tinha sido torturado e tinha se constituído “arrepentido”, que aceitava colaborar com a justiça italiana em troca de sua liberdade e uma nova identidade. Soube que ele estava sendo acusado, com base em inquéritos policiais, de ser o atirador sobre Santoro e que acusou-me no seu lugar. Durante esse longo processo, Pietro Mutti fez tantas acusações que muito frequentemente ficou atrapalhado em suas declarações impossíveis ou contraditórias. Por exemplo, para salvar sua namorada, acusou outra mulher, Spina, de ser cúmplice no aten-

tado contra Santoro. Mas, em 1993, a justiça foi obrigada a reconhecer a inocência da Spina e libertá-la. Não tenho os documentos comigo, e devo dizer que a escritora e pesquisadora francesa Fred Vargas conhece muito melhor o meu processo do que eu mesmo. Mas sei que, em 1993, segundo creio, a própria justiça percebeu, por seus atos e suas palavras, que Pietro Mutti era “habitado aos jogos de prestidigitação” e que, freqüentemente, dava o nome de uma pessoa em lugar de outra. À parte a tortura, a única desculpa que se pode dar a Pietro Mutti por ter-se sujeitado a fazer suas terríveis e falsas acusações é que seguiu uma regra: proteger os acusados presentes, lançando a culpa sobre os ombros dos ausentes. Como quanto acusou Spina até que se reconheceu sua inocência em 1993.

Mutti não foi o único arrependido acusador. Quero explicar aos Senhores Ministros que, nessa época, durante os processos nos anos de chumbo, o sistema das torturas e dos “arrependidos” foi utilizado correntemente (ver relatório da Anistia Internacional e da Comissão Européia) e com uma intensidade específica pelo procurador Spataro.

Sabíamos todos que era terrível a ver Spataro como procurador. O sistema dos “arrependidos” não funcionava sobre o único testemunho de um só homem. Era necessário obter outros “testemunhos” de arrependidos de modo que a acusação fosse “confirmada” e parecesse sólida. Houve por conseguinte outros membros dos PAC que me acusaram, juntamente com Pietro Mutti, como Memeo, Masala, Barbeta, etc. Todos eram arrependidos ou “dissociados”, e todos ganharam reduções de pena ou liberdade imediata, ou evitaram a prisão perpétua. Assim, por exemplo, Memeo, o que matou Torregiani e Campagna, Cavallina, o “ideólogo” dos grupos dos duros, Fatone, Grimaldi, Masala, que fizeram parte do comando contra Torregiani, Diego Giacomini, que executou Sabbadin. Todos estes obtiveram sua liberdade em troca da confirmação de Pietro Mutti.

No que respeita à morte de Santoro, já contei da reunião que se seguiu e que decidi a minha saída do grupo. Sei apenas que Arrigo Cavallina e Pietro Mutti defenderam ardentemente esse crime durante aquela reunião e que a polícia os acusava de tê-lo cometido.

Não pertencia mais ao grupo [diz Cesare Battisti] quando foram cometidos os três outros assassinatos, por conseguinte os meus conhecimentos precisos estão limitados. Mas a mídia que me acusa incessantemente de, voluntariamente, “ter atirado sobre Torregiani” e mesmo de ter “atirado sobre seu filho” [o que alguns Senadores aqui afirmaram] sabe efetivamente que isso é totalmente falso. A justiça italiana reconheceu que os quatro homens do comando eram Grimaldi, Fatone, Masala e Memeo, que atirou sobre o joalheiro. E foi também a justiça que confirmou que a bala que feriu o filho Alberto vinha do revólver de seu pai. Creio que, no início, Mutti acusou-me desse crime. Mas como acusava-me também do homicídio Sabbadin, cometido no mesmo dia a centenas de quilômetros,[...]

Eu verifiquei: entre Milão e a região de Veneza, são 280 km. E o intervalo de um para outro crime foi de 1 hora e 50 minutos aproximadamente. Então, era impossível a mesma pessoa estar em ambos os assassinatos.

[...] disse que eu era “o organizador”. Expus já o que se passou na reunião quando tentei impedir esta ação. Quanto ao Sabbadin, Giacomini (sub-chefe para a região de Veneza) confessou ter atirado sobre ele. Como Mutti primeiro tinha dado o meu nome como “atirador”, transformou-me, após as confissões de Giacomini, em motorista, do lado de fora. Só que nem assim funcionou, pois resultou posteriormente que o “motorista” era uma mulher. Senhores Ministros, nem mesmo sei onde é esta aldeia onde foi morto Sabbadin.

Por último, sei que Mutti acusou-me ainda ter atirado sobre Campagna. À época, nada soube sobre a preparação deste crime, não mais que sobre o de Sabbadin. O que sei é que uma testemunha ocular descreveu o agressor como um homem muito grande, de 1,90m, enquanto que eu meço vinte centímetros menos. O resto a escritora e pesquisadora Fred Vargas explicou-me: a balística provou que a bala vinha da arma de Memeo, o que atirou sobre Torregiani, e que uma testemunha diz que tinha acreditado entender pelas palavras de Memeo, que ele que tinha atirado. Mas esta testemunha é talvez um arrependido, e não tenho certeza sobre o responsável pela morte de Campagna.

Não sou responsável por nenhum dos homicídios de que sou acusado, Senhores Ministros. Constantemente fui utilizado no processo como um bode expiatório, por arrependidos. A melhor prova de que digo a verdade é que falsos mandatos foram fabricados, como a perícia grafotécnica comprovou, de modo que os advogados Gabriele Fuga e Giuseppe Pellazza “representaram-me” no processo na minha ausência. Por quê? Certamente não para defender-me, certamente não para o meu bem, dado que foi condenado a prisão perpétua com privação de luz solar. Mas certamente para tornar a acusação contra mim mais aceitável e criar cenário favorável para uma pena mais rigorosa. Até muito tempo depois da simulação de julgamento eu não sabia que existiam falsas procurações. Esta descoberta, devo-a a Fred Vargas e à minha advogada francesa, Elisabeth Maisondieu Camus. Foi Fred Vargas que me deu a informação, quando foi visitar-me na prisão em 2007, em Brasília. Um antigo companheiro (quem? Pietro Mutti? Bergamini?) deu aos advogados as folhas brancas que tinha assinado em 1981, antes de minha fuga. Duas destas folhas foram preenchidas depois em 1982, com “minha” letra, aparentemente. Fred Vargas explicou-me que o mesmo texto o do verdadeiro mandato que assinei em 1979 foi copiado duas vezes, e que os dois textos estão sobrepostos por transparência, enquanto que foram escritos com dois meses de intervalo, “datados” de maio e julho de 1982.

Uma perícia francesa provou, em janeiro de 2005, que as três assinaturas dos três mandatos foram efetuadas no mesmo momento e que, por exemplo, o texto do mandato de 1990, supostamente enviado do México (mas o envelope não existe) foi datilografado acima da minha assinatura de nove anos atrás. A perícia provou também que as datas não foram escritas por minha mão, assim como também o escrito nos envelopes nos dois primeiros “mandatos”.

Quando os meus advogados franceses souberam disso, comunicaram imediatamente, em janeiro de 2005, ao Conselho de Estado francês. Assim procederam porque a França não tem o direito de extraditar um condenado em ausência, que não foi informado de seu processo. Estes três falsos mandatos provaram que eu não havia sido informado (se sim, teria escrito os mandatos eu mesmo). Muito infelizmente, o Conselho de Estado, submetendo-se à vontade do Presidente Jacques Chirac, recu-

sou-se a examinar a falsidade dos mandatos. Aceitaram a extradição afirmando que “tinha sido informado e representado, como se os mandatos fossem verdadeiros”. Em seguida, os meus advogados franceses apresentaram a comprovação dos três falsos documentos à Corte Européia, mas lá também foi inútil, pois, certamente por interferência do governo francês, como esclareço em seguida, a Corte Européia fechou os olhos, ignorou a prova pericial e disse que os mandatos eram verdadeiros. O meu advogado francês Eric Turcon informou-me em Brasília que essa “Corte Européia” tinha sido constituída exclusivamente por magistrados franceses, muito vinculados a Jacques Chirac. Este único fato, Senhores Ministros, prova que o meu processo italiano foi viciado, sendo esse um dos elementos que o Ministro Tarso Genro reconheceu. E que a aprovação da extradição pelas três Cortes francesas, e em seguida pela Corte Européia, foi sempre fundada sobre a existência daquelas procurações, que são absolutamente falsas, o que fica evidente num exame a olho nu. Por que estas Cortes, informadas da falsidades desses documentos, se recusaram a considerar esse ponto da mais alta relevância?

O Secretário Nacional de Justiça do Brasil, Romeu Tuma Jr., por solicitação do Ministro da Justiça, Tarso Genro, teve a oportunidade de examinar detalhadamente os documentos apresentados pela historiadora e arqueóloga Fred Vargas, em diálogo de duas horas, em companhia do Senador Eduardo Suplicy, documentos nos quais se evidencia que houve a falsificação das procurações, conforme a análise técnica, com reconhecimento oficial, feita pela responsável por estudos de grafologia na França, Sr^a Evelyn Marganne. Será muito importante que Vossas Excelências também possam examinar com atenção essas provas, que muito contribuíram para fundamentar o que foi expresso na decisão do Ministro Tarso Genro. Por esse motivo, anexo aqui os documentos levados pela pesquisadora Fred Vargas a Dr. Romeu Tuma Jr. e encaminhados ao Ministro Tarso Genro, pois eles mostram a evidência da falsificação das procurações e apóiam as explicações detalhadas das folhas nas conclusões da Justiça italiana a meu respeito.

Assinalo que todas as testemunhas arroladas que contaram que eu teria participado dos quatro assassinatos foram beneficiárias pela “delação premiada” com consequente diminuição de suas penas e/ou de sua libertação.

O Sr. Walter Fanganiello Maierovitch afirma em seus artigos que a Justiça italiana não aceita o depoimento de um “arrependido” que use da delação premiada, se porventura não falar a verdade. Entretanto, a própria Justiça italiana não invalidou a denúncia contra mim feita por Pietro Mutti, apesar das contradições acima assinaladas. Observo também que, na entrevista dada por Pietro Mutti à revista Panorama, na qual se baseou a revista Veja para concluir que eu era culpado dos quatro assassinatos, diferentemente do que se deu a entender, não há foto recente de Pietro Mutti. A foto lá mostrada é do tempo em que nós convivíamos e suas palavras são exatamente as mesmas que pronunciou à época da denúncia. De minha parte estou disposto a confirmar pessoalmente perante Vossas Excelências tudo o que estou dizendo. Assim como estou disposto [é o que assevera Cesare Battisti, que, hoje, confirmou a mim que está disposto a dialogar e inclusive a responder a toda e qualquer pergunta que os Ministros do Supremo Tribunal Federal fizerem a ele] a afirmar aos familiares das quatro vítimas, olho no olho, que não matei seus entes queridos. Sei que a Justiça do Brasil tomará em consideração todos os elementos que, postos juntos, provam a minha inocência e a maneira tremenda como foi utilizado como bode expiatório durante esse processo tão cheio de falhas na Itália. A cólera desproporcionada de alguns setores da Itália decorre, em grande parte, do fato de que não querem, ou não lhes convém, reconhecer que o meu processo foi totalmente falseado, como tantos outros desse mesmo período (houve 4.700 processos contra a extrema esquerda durante os anos de chumbo).

Espero, Senhores Ministros, que me tenham entendido, apesar do ataque irracional e desmedido de setores muito influentes de um país – a Itália – contra mim. Sobre a minha vida e sobre a minha honra, posso afirmar que lutei sempre contra as ofensas físicas durante a revolta italiana e que nunca atentei contra a vida das pessoas. Essa é a verdade, que nenhuma prova contrariou.

Solicito a Vossas Excelências, Senhores Ministros, receber as expressões de meu respeito e da mais elevada consideração.

Cesare Battisti.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero muito agradecer a V. Ex^a a gentileza de me permitir ler essa carta completa de Cesare Battisti. V. Ex^a há de con-

vir que se trata da expressão de quem aqui procura transmitir a verdade, segundo sua perspectiva. Quero que a justiça seja feita.

Hoje ainda, o parlamento italiano aprovou uma moção, pedindo ao Brasil que extraditasse Cesare Battisti. E quero aqui conclamar os membros do parlamento italiano a que verifiquem, em profundidade, aquilo que está escrito nessa carta: se houve ou não as torturas mencionadas durante o primeiro processo; se houve ou não perseguição aos que estavam presos, o que levou Cesare Battisti a fugir da sua prisão, segundo ele disse, e não a fugir da Justiça. Ali ele se via ameaçado e viu muitos de seus colegas terem sua saúde inteiramente estragada, quando não desapareciam. Isso é importante. O Senador Del Fiore, que mora no Brasil, que foi eleito durante o último governo e que esteve representando o Senado na Itália, está de acordo em que houve, nos anos 70 e 80, fortes perseguições à Esquerda e que, muitas vezes, mesmo que houvesse ali um regime democrático, houve abusos.

Sr. Presidente Mão Santa, mesmo em um regime democrático como o de De Gaulle, houve, a certa altura, fatos terríveis, da parte de responsáveis franceses na Argélia – crimes de perseguição e de tortura e outros –, até que houve a independência da Argélia. O fato de um país viver sob a democracia não significa que ali não possam ter ocorrido abusos.

Convido os parlamentares da Itália a examinarem em profundidade os abusos cometidos. Por que não examinam como houve as três falsas procurações que caracterizaram o julgamento de Cesare Battisti? Esse é o ponto essencial, e convém ao parlamento italiano, com dignidade, observar esse fato, antes de solicitar ao Ministro Tarso Genro, ao Governo brasileiro, ao Supremo Tribunal Federal que modifiquem a decisão tomada, porque dúvidas houve, inclusive as de que Cesare Battisti estava e está sendo perseguido pela Itália por muitos que não querem examinar em profundidade os fatos que precisam vir à tona completamente.

Eu, como descendente de italianos, que tenho um bisavô e um avô que me honram – Francesco Matarazzo, pioneiro da industrialização brasileira, e Andrea Matarazzo –, quero que a verdade venha à tona. Se houver uma prova concreta, se houver uma testemunha ocular, que não seja dos arrependidos! Mas isso não há! Faz 30 anos, e não apresentaram até hoje uma testemunha ocular qualquer dos quatro assassinatos. Todos que acusaram Cesare Battisti foram beneficiados com a delação premiada, com o prêmio da sua própria liberdade. E, se alguns estão tão incomodados, que procurem mais a fundo!

Mino Carta e Walter Fanganiello Maierovitch tiveram a oportunidade de conversar com Fred Vargas – eu mesmo encaminhei artigo de Fred Vargas à

Carta Capital – e se recusaram, porque disseram que já estavam com seu ponto de vista firmado. Lamento isso, porque considero Mino Carta um dos maiores jornalistas brasileiros; é um homem que muitas vezes se caracterizou por procurar a verdade inteiramente. E ele escreveu, no seu *blog*, em despedida, que a cidade de Milão se distancia da outra cidade, Santa Maria, uma pequena vila na região de Veneza... Na verdade, de Veneza a Milão são 280 km; de qualquer forma, é mais do que uma hora e cinquenta minutos. Então, ficava difícil. E a própria Justiça observou que não poderiam ter ali sido cometidos pela mesma pessoa os dois crimes. Mas ele insiste, como se não fosse um jornalista que quer saber a verdade completa. Já Walter Fanganiello – aqui está assinalado – diz que o depoimento de arrependidos, quando incidissem em mentiras, seria anulado, mas o de Pietro Mutti, diversas vezes, foi caracterizado por inverdades, e seu depoimento em que acusa Cesare Battisti não foi devidamente anulado.

Assim, Sr. Presidente, se quiserem provar, que mostrem para valer! Mas, se for para condenar Cesare Battisti da forma como fizeram, quero dizer aos queridos deputados italianos, muitos dos quais aqui recebemos com todo respeito, com amizade e com dignidade, que procurem saber exatamente dos fatos, porque foram diversos outros parlamentares, durante os anos de chumbo, que averiguaram que aconteceram, sim, abusos extraordinários pela Justiça italiana. Nas prisões italianas, inclusive, houve torturas, naquela época dos anos de chumbo.

Sr. Presidente, muito obrigado por sua atenção, pela compreensão e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimos V. Ex^a, e nossa paciência redundava naquele que ali está, Cristo, que disse “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados”. Em respeito a Marco Maciel, que adentra aqui, cito outro filósofo, Montaigne, que disse que “a justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”, e nosso Rui Barbosa, que disse que “só há um caminho e uma salvação, a lei e a justiça”. Então, daí estarmos aqui. Só justifica nossa presença o fato de garantirmos o equilíbrio dos Poderes. Lerei até a carta que V. Ex^a mandou para o nosso Ministro Gilmar Mendes. Quero lê-la e dar o testemunho de que saí muito cedo, hoje, de Teresina e de que lá já estava o Ministro Gilmar Mendes, fazendo uma campanha de moralização na Justiça do Piauí e, consequentemente, do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a por poder lê-la.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Diz a carta:

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme expliquei a Vossa Excelência em nossa conversa telefônica de ontem, encaminho correspondência na qual Cesare Battisti expõe os fatos ocorridos ao longo de sua vida, que acredita demonstram sua inocência com respeito aos assassinatos a ele atribuídos. Também solicitou que lhe enviasse outra correspondência, datada de 18/02/2009, dirigida ao povo italiano e ao povo brasileiro, em que expressa os seus sentimentos acerca da maneira distorcida com que foram divulgados fatos não verdadeiros sobre suas ações.

Requeiro, ainda, que Vossa Excelência verifique a possibilidade de fazer chegar aos demais Ministros desta Corte os documentos anexos.

Cordialmente, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Aviso nº 9, de 2009** (nº 120/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 241/2009, proferido nos autos do processo nº TC 002.811/2006-6, referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviço de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho compreendido entre os Municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A matéria vai às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República, que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 38, DE 2009 (Nº 87/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Os méritos do Senhor José Vicente da Silva Lessa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2009. – **Luiz Inacio Lula da Silva**.

EM Nº 44 MRE – APES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** de José Vicente da Silva Lessa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ VICENTE DA SILVA LESSA
CPF.: 02037947534
ID.: 7881/MRE

1949 Filho de Vicente da Fonseca Lessa e de Carmen da Silva Lessa, nasce em 9 de abril, em Salvador/BA

1977 Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia/BA

1978 Centro de Educação Tecnológica da Bahia, Plano Departamental e Subsistema de Utilização da Capacidade Docente, Consultor técnico

1978 Universidade Federal da Bahia, Análise da Estrutura Organizacional da Universidade, Consultor técnico

1979 CPCD – IRBr

1980 Terceiro Secretário em 2 de setembro

1980 Divisão do Oriente Próximo, assistente

1982 Embaixada em Paramaribo, Terceiro Secretário

1983 Segundo Secretário em 22 de junho

1983 Embaixada na Haia, Segundo Secretário

1984 CAD – IRBr

1986 Embaixada em São José, Segundo Secretário

1989 Divisão Econômica da América Latina, assistente

1991 O Mito do Poder e o Poder do Mito nas Relações Internacionais, in Revista Humanidades, UnB

1991 Divisão de Integração Regional, assistente

1991 Primeiro Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro

1992 Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1995 Embaixada em Bonn, Primeiro Secretário

1998 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Subsecretaria de Análise e Avaliação, Coordenador de Planejamento e Articulação Institucional

1999 O Capitalismo Pós-Nacional e os Riscos da Inserção Desigual do Brasil, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 42, nº 1

1999 Será o Desemprego Necessariamente um Mal?, in Idéias & Debate, Instituto Teotônio Vilela, nº 25

1999 Divisão de Atos Internacionais, assessor e Chefe

2001 Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro

2003 XLIV CAE – IRBr, A Paradiplomacia e os Aspectos Legais dos Compromissos Internacionais Celebrados por Governos Não-Centrais

2005 O Auto-Engano Coletivo, uma Crítica do Ideário Nacional Brasileiro, Editora Editco/SP

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de dezembro

2006 Embaixada em Berna, Ministro-Conselheiro – **Silvana Polich**, Diretora, Interina, do Departamento do Serviço Exterior.

Informação Sobre a República da Namíbia

DAF-II/4-2-2009

A República da Namíbia situa-se na África Austral e está limitada, a oeste, pelo Oceano Atlântico; a leste, por Botsuana; ao norte, por Angola e Zâmbia; e ao sul pela África do Sul. O território do país é de 825.418 km². Sua população é de 2,1 milhões de habitantes (estimativa de 2008), que tem por idiomas o inglês, o africâner, o alemão e outras línguas locais.

A origem do país remonta à colônia do Sudoeste Africano, cujo domínio, segundo os arranjos estabelecidos durante a Conferência de Berlim (1885), coube à Alemanha. Após a derrota desta na Primeira Guerra, o Sudoeste Africano tomou-se protetorado da União Sul-Africana, conforme decisão da Liga das Nações. Em 1946, a África do Sul não conseguiu renovar o seu mandato sobre o Sudoeste Africano junto à recém-criada ONU. Assim, tornou-se potência ocupante. Em 1960, é criada a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO). Em 1966, a SWAPO inicia luta armada contra a ocupação sul-africana, sob a liderança de Sam Nujoma. Em 1968, o Sudoeste Africano é oficialmente renomeado Namíbia pela AGNU. Em 1972, a ONU reconhece a SWAPO como único representante

legítimo do povo da Namíbia. Em 1989, realizam-se eleições constitucionais supervisionadas pelas Nações Unidas, com vitória da SWAPO. Em 1990, a Namíbia se torna independente e Sam Nujoma o seu primeiro Presidente.

Desde então, a Namíbia vive clima de estabilidade e consolidação das instituições democráticas. O País destaca-se por figurar entre os principais investidores de todo o continente na área social e por seus esforços de combate à corrupção. Cerca de 30% do orçamento nacional é destinado à área social, especialmente educação e saúde. No relatório de 2008 da Transparência Internacional, o país obteve o sexto melhor índice de corrupção na África (atrás de Botsuana, Maurício, Cabo Verde, África do Sul e Seicheles).

Juntamente com o problema da AIDS, a questão agrária tem constituído a maior ameaça à estabilidade na Namíbia, assim como em toda a região da África Austral. Cerca de 4 mil fazendeiros detêm fazendas comerciais cujas terras equivalem, em extensão, à área de propriedades comunais administrada por 150 mil famílias. O Governo instituiu um programa de venda voluntária de terras, cujo sucesso tem sido limitado, e anunciou desapropriações, voltadas sobretudo às terras de proprietários absenteístas. A reforma agrária tem sido uma das bandeiras da SWAPO desde que assumiu o poder.

A Namíbia é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e tem interesse na dinamização de suas atividades. Para a Namíbia, a Organização é importante garante da desnuclearização do oceano e pode induzir o crescimento da cooperação e o intercâmbio regional, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes.

As prioridades da política econômica do Governo namibiano permanecem basicamente as mesmas desde a independência: criar empregos e reduzir as desigualdades sociais e de renda por meio do crescimento sustentável, da diversificação da economia, e de políticas de ação afirmativa (Black Economic Empowerment – BEE). Há também a preocupação de melhorar o desempenho das empresas estatais.

Em 2007, a taxa média de crescimento da economia namibiana foi de 3,8%, e a expectativa é de que tenha caído para 3,6% em 2008. Para 2009, espera-se que o crescimento seja ainda menor, refletindo as condições recessivas da economia.

O comércio exterior, que responde por quase 60% do PIB, está concentrado na exportação de produtos primários (pescado, carne e, sobretudo, minerais, entre eles diamante, urânio, ouro e cobre), o que deixa o país em situação vulnerável em face das flutuações dos preços internacionais de **commodities**. O principal parceiro é a África do Sul, que absorve 32% das exportações e fornece 80% do total das importações.

As relações do Brasil com a Namíbia tiveram início, formalmente, com a independência desta, em 1990. Desde a década anterior, no entanto, a SWAPO contara com o apoio brasileiro nas Nações Unidas, ao longo das negociações para a emancipação do país.

Em outubro de 2003, a Namíbia abriu Embaixada em Brasília. No mês seguinte, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou viagem oficial ao país. A visita a Windhoek constituiu marco nas relações bilaterais, ao integrar a Namíbia ao esforço diplomático brasileiro de estreitar o relacionamento com a África. Na ocasião, foram assinados 9 instrumentos bilaterais, todos já em vigor.

Em junho de 2004, o então Presidente Sam Nujoma esteve no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e altas autoridades do Governo, entre elas, o então Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação e hoje Presidente, Hifikepunye Pohamba. Em março de 2005, o Vice-Presidente José Alencar realizou visita à Namíbia, por ocasião da posse do Presidente Hifikepunye Pohamba. Em setembro do mesmo ano, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hifikepunye Pohamba encontraram-se à margem da 60ª AGNU. Encontro que se repetiu em 2008, durante a 63ª AGNU.

Em setembro de 2008, o chanceler da Namíbia, Ministro Marco Hausiku, realizou visita oficial a Brasília. O Ministro cumpriu programação que incluiu, além de reunião de trabalho no Itamaraty, encontros nos Ministérios das Minas e Energia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; no Comando da Marinha e no Senado Federal. O Ministro também realizou visita de campo à Embrapa Cerrados e proferiu palestra no Instituto Rio Branco.

Para o Brasil, as relações políticas com a Namíbia têm o atrativo de ensejar diálogo sobre temas regionais e continentais, além da construção de consensos diplomáticos no conjunto de temas de interesse para países atlânticos e do Sul. O Governo da Namíbia confere alta prioridade, em todas as áreas, ao aprofundamento das relações com o Brasil.

O Presidente Hifikepunye Pohamba tem profunda admiração pelo País. É seu objetivo declarado ampliar o relacionamento bilateral, sobretudo na vertente econômico-comercial. Pohamba ficou impressionado com a pujança industrial de São Paulo e tem reafirmado desejo de receber investimentos brasileiros e disposição de fazer da Namíbia a porta de entrada do Brasil para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O Presidente Pohamba deverá visitar o Brasil em fevereiro de 2009. A visita constitui a reafirmação do desejo namibiano de manter com o Brasil relações mais estreitas e de intensificar a cooperação bilateral.

É mostra também da expectativa de que o Brasil amplie a cooperação já prestada à Namíbia.

As iniciativas de cooperação brasileira abrangem as áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e, sobretudo, a área naval. O Projeto “Assistência à produção de frutas subtropicais e leguminosas na Namíbia” propiciou treinamento a pesquisadores namibianos em metodologias e tecnologias agrícolas na produção de frutas subtropicais e no processamento de leguminosas, bem como em irrigação para pequenas áreas. O Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano na Namíbia”, auxiliou o Governo daquele país na formulação de políticas de habitação para população de baixa renda; na transferência de metodologias de construção não-convencionais adequadas à realidade local; e na formulação de plano-piloto na área de gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico.

A cooperação naval se destaca no relacionamento bilateral. A Marinha do Brasil mantém Missão Naval na Namíbia desde 1994 e a cooperação bilateral Brasil-Namíbia em Defesa ocorre essencialmente na área naval. Como marco legal para o estabelecimento de colaboração entre os países na área, foram firmados dois instrumentos: o Acordo Naval, de 1994, e o Acordo sobre Cooperação Naval, de 2001. As demandas namibianas concentram-se, sobretudo, nas áreas de treinamento de pessoal; construção naval; e delimitamento da plataforma continental (LEPLAC).

Quanto à formação de pessoal, cabe ressaltar que todos os postos de comando das forças navais da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Uniformes, regulamentos e procedimentos adotados seguem aqueles da Marinha brasileira. Os primeiros oficiais namibianos formados pela Marinha brasileira foram graduados em 1998. Desde então, 478 namibianos receberam treinamento da Marinha e 162 encontram-se em formação neste momento.

A contribuição brasileira inclui ainda a construção de navio-patrolha de 250t e de quatro lanchas-patrolha de 45t para a Marinha da Namíbia, no valor total de US\$31,6 milhões. O primeiro navio-patrolha, construído no estaleiro Inace, no Ceará, foi entregue em janeiro de 2009, em Fortaleza, em cerimônia que contou com

a presença do Ministro da Defesa namibiano, General Charles Ndaxu Namoloh. Quanto às lanchas, há previsão de entrega de duas em agosto de 2009 e outras duas em setembro de 2010.

Além disso, por ocasião da visita do Presidente Lula à Namíbia, em novembro de 2003, foi feita doação de embarcação brasileira às Forças de Defesa namibianas. A doação foi efetivada em 2005. Antes disso, o navio passou por reforma, orçada em cerca US\$450 mil, paga pelo governo namibiano, e sua tripulação recebeu a programação de treinamento concebido pela Marinha brasileira.

No que respeita ao LEPLAC, o Governo da Namíbia solicitou apoio do Governo Brasileiro para realizar, à luz dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o delineamento de sua plataforma continental jurídica (PCJN). Ressalta-se o grande interesse namibiano no tema, visto que suas maiores riquezas (além do gás natural), localizam-se, sobretudo, na costa do país e tem ainda grande potencial inexplorado.

O comércio entre Brasil e Namíbia, desde 2002, cresceu 600% (de US\$3,8 milhões, em 2002, para US\$23 milhões, em 2008). Apesar do notável incremento, os valores ainda são pequenos em termos absolutos. As importações da Namíbia permaneceram ínfimas e equivalem a cerca de 0,2% da corrente de comércio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são: móveis de madeira; pedaços e miúdos de galinha; bombons e caramelos e garrações e garrafas de vidro. Os principais produtos importados pelo Brasil são: carne de turbarão; plantas medicinais para perfumaria e semelhantes; aparelhos de telefonia e telegrafia e circuitos integrados.

Empresas brasileiras estão envolvidas em projeto de hidrelétrica no rio Cunene, entre Namíbia e Angola. Em junho de 2008, firmou-se a contratação de consórcio formado pela Engevix, Furnas, Eletrobrás e Odebrecht para a elaboração de estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Baynes, no rio Cunene. Em consequência desse projeto, a Odebrecht abriu pequeno escritório de apoio em Windhoek.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ FOB) – Fonte: MDIC

Intercâmbio Comercial Brasil ↔ Namíbia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	3.790.056	9.923.366	11.462.966	12.874.401	12.643.470	16.534.772	22.988.370
Importações	2.602	157.817	89.454	18.568	111.822	67.322	65.827
Saldo	3.787.454	9.765.549	11.373.512	12.855.833	12.531.648	16.467.450	22.922.543
Intercâmbio	3.792.658	10.081.183	11.552.420	12.892.969	12.755.292	16.602.094	23.054.197

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Aviso nº 89 – C. Civil.

Em 18 de fevereiro de 2009

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV
Do Senado Federal

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....
LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....
Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto

a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 39, DE 2009
(Nº 88/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os méritos do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM Nº 45 MRE – APES

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Minis-

tério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** de Arthur Vivacqua Correa Meyer que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **ARTHUR VIVACQUA CORREA MEYER**

CPF.: 042271151-91

ID.: 5329/MRE

1948 Filho de Arthur Maciel Correa Meyer e He-loisa Vivacqua Corrêa, nasce em 12 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

1967 Medalha Prêmio Correia Lima do Exército Brasileiro, Brasil;

1969 CPCD – IRBr;

1970 II Tenente da Reserva do Exército;

1970 Ciências Econômicas pela Universidade Estado da Guanabara;

1971 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata;

1971 Terceiro Secretário em 12 de março;

1972 Prática Diplomática e Consular, IRBr;

1974 Divisão da Europa II, assistente;

1975 Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral Adjunto;

1975 Segundo Secretário em 29 de maio;

1977 Mestrado em Economia, Universidade de Chicago/EUA;

1978 Embaixada em Caracas, Segundo Secretário;

1978 CAD – IRBr;

1980 Primeiro-Secretário em 17 de dezembro;

1981 Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Andrés Bello, Caracas;

1981 Divisão da Ásia e Oceania II, assessor;

1986 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assessor;

1987 Divisão da Europa I, Subchefe;

1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho;

1992 CAE – IRBr, A Comunidade Européia no contexto internacional dos anos 90;

1992 Embaixada em Tóquio, Conselheiro;

1994 O Grupo dos Sete (G-7) e os países em desenvolvimento, in Revista Política Externa/SP;

1994 Comendador da Ordem do Mérito Melitense, Ordem Soberana e Militar de Malta;

1995 A região da Ásia-Pacífico, in Revista Política Externa/SP;

1996 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretário;

1998 Entendendo o processo decisório norte-americano, in Revista Parcerias Estratégicas, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR);

1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho;

1999 Embaixada em Bissau, Embaixador;

2003 Ordem de Rio-Branco, Brasil, Grã-Cruz;

2005 Diploma de Honra da República da Guiné-Bissau;

2005 Embaixada em Georgetown, Embaixador;
– **Silvana Polich**, Diretora, Interina, do Departamento do Serviço Exterior.

Informação Sobre a República de São Tomé e Príncipe

DAF-II / 4-2-2009

O território da República Democrática de São Tomé e Príncipe é composto por arquipélago com área de 1.001 km², situado no Golfo da Guiné, na África Equatorial. A população é estimada em 160 mil habitantes. O português é o idioma oficial. Os poderes repúblicanos são compartilhados por Chefe de Estado (Presidente Fradique de Menezes, que detém a maioria deles); e pelo Chefe de Governo (Primeiro-Ministro Rafael Branco).

A colonização portuguesa do arquipélago teve início no século XVI, quando lá foi introduzida a cultura da cana-de-açúcar, baseada no trabalho escravo. Nesse período, São Tomé torna-se importante entreposto do tráfico negreiro, inclusive para o Brasil. Em 1800, a cultura do cacau é introduzido na colônia, que se torna um dos principais produtores do mundo. Em 1960, forma-se grupo nacionalista que, posteriormente, se transforma no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de orientação marxista. Em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, o novo governo português reconhece o direito a independência de São Tomé e Príncipe e o MLSTP como interlocutor legítimo. Em 12 de julho de 1975, São Tomé e Príncipe torna-se independente. Manuel Pinto da Costa (MLSTP) torna-se Presidente e Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro.

A economia de São Tomé e Príncipe é historicamente dependente do cacau e, portanto, esteve sujeita a flutuações de preço e safra. Nos últimos anos, no entanto, houve um esforço de diversificação da economia, com a adoção de políticas e programas governamentais de promoção de novos setores produtivos.

O investimento público em infra-estrutura, o turismo e a pesca foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico registrado nos últimos três anos.

A economia santomense, depois de atravessar a segunda metade da década de 1990 com retração do PIB, cresceu aceleradamente nos últimos sete anos, quando as taxas estiveram sempre acima dos 5%. Como o crescimento populacional estabilizou-se em cerca de 2% ao ano, houve importante aumento do PIB *per capita*, que praticamente dobrou nos últimos sete anos.

Em que pesem aos avanços dos últimos anos, a economia santomense ainda depende fortemente de doações internacionais, que ajudam a equilibrar o Balanço de Pagamentos, pois o *déficit* comercial continua alto, tendo atingido quase 50% do PIB em 2007.

O país beneficiou-se do Instrumento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) do FMI, visando ao perdão de US\$ 200 milhões da dívida externa. O benefício foi concedido pelo Fundo em 2000, no âmbito do Programa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).

Em 2007, foi anunciada a decisão do Banco Mundial e do FMI de perdoar a dívida externa do país. O perdão significou o cancelamento de mais de 90% da dívida santomense, até então avaliada em US\$ 360 milhões.

O Governo estima que a redução do endividamento, associada à perspectiva de exploração de petróleo no mar territorial, facilitará a obtenção de financiamentos e poderá alavancar a concretização de obras de infra-estrutura. Desdobramentos recentes, contudo, indicam que apenas após alguns anos se poderá dimensionar a receita advinda do setor petrolífero.

A falta de abastecimento regular de energia também é um entrave ao desenvolvimento econômico. A necessidade de energia em São Tomé é hoje da ordem de 12 MW; o país produz 8 MW, dos quais cerca de 40% são perdidos por conta da obsolescência das linhas de transmissão. Tendo em conta que a projeção do consumo de energia para os próximos vinte anos é de cerca de 20 MW, uma pequena central hidrelétrica seria capaz de atender às necessidades do país pelas próximas duas décadas.

Em 2007, o fluxo de comércio exterior santomense somou US\$ 88,7 milhões, com um *déficit* de US\$ 73,2 milhões. Dados parciais de 2008 indicam que, até junho, o *déficit* comercial estava em US\$ 43,2 milhões, e o fluxo comercial somava US\$ 49,2 milhões. O principal fornecedor do país continua sendo Portugal, de onde vem mais de 60% de tudo que o país importa. Em seguida, apareceram, em 2007, os EUA (11%), o Gabão (4,5%), e a Bélgica (3,9%). São Tomé importa praticamente tudo o que consome.

As exportações, que somaram US\$ 7,8 milhões em 2007, ainda dependem fortemente do cacau, que responde por mais de 50% da receita obtida. O produto é vendido sobretudo a países europeus, em especial Bélgica e Países Baixos, os quais, em 2007, se constituíram no destino de quase 50% das exportações santomenses.

O Presidente Lula já esteve duas vezes em São Tomé e Príncipe, em 2003 (visita bilateral) e 2004 (Cimeira da CPLP). O Presidente Fradique de Menezes visitou o Brasil em agosto de 2005.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros Carlos Tiny realizou visita oficial ao Brasil em janeiro de 2009, com o objetivo de preparar a visita do Primeiro-Ministro Joaquim Rafael Branco, prevista para março de 2009.

A parceria com Brasil é vista como meio de acelerar o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, tanto a visita do Chanceler como a provável visita de Rafael Branco têm por objetivo criar condições para a intensificação da cooperação oferecida pelo Brasil e para o incremento dos investimentos brasileiros em São Tomé.

A agenda de encontros e reuniões solicitada pelo MNE santomense contemplou as prioridades estabelecidas por seu governo. De um lado, Carlos Tiny tratou com autoridades brasileiras da cooperação nos campos de capacitação profissional (com destaque para a implantação de Centro de Formação Profissional do SENAI e do SENAC em São Tomé), desenvolvimento agrícola (por meio de colaboração da EMBRAPA e do MDA, no que tange a microcrédito agrícola) e ampliação da infra-estrutura de seu país. De outro lado, o Ministro estabeleceu contatos com empresários, visando à ampliação dos investimentos em São Tomé e Príncipe.

As manifestações das autoridades locais mostram que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o Brasil proporcione, por meio da cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização do país.

O Brasil participa das Mesas Redondas de Doadores organizadas pelo PNUD e mantém projetos de cooperação, bilaterais e no âmbito da CPLP, em benefício de São Tomé e Príncipe, em áreas como educação (alfabetização de adultos e formação de professores), capacitação de mão-de-obra, saúde pública, segurança alimentar (merenda escolar) e gestão. Com destaque para os seguintes projetos:

Projeto de Governança Eletrônica e Intranet Governamental – Data Center

Em 2008, a cooperação brasileira; por meio do SERPRO, viabilizou ao Governo santomense uma infra-estrutura de rede local (LAN) e de redes de longa distância (WAN) para a interligação dos órgãos do

Poder Executivo, bem como um ambiente centralizado de servidores corporativos, serviços de rede, ambiente para absorção de aplicações web e banco de dados. Além disso, o projeto contemplou o treinamento e a capacitação de técnicos, permitindo gerenciar e garantir a manutenção das estruturas fornecidas. Prevê-se ainda a assistência do SERPRO para a estruturação de uma área de informática ligada ao Governo, para fomentar, normatizar e prestar suporte local.

A referida iniciativa terá grande impacto para São Tomé e Príncipe, tendo em vista a carência do país na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Em maio de 2008, com a presença do Ministro Celso Amorim, foi inaugurada a estrutura do Centro de Processamento de Dados do Governo de São Tomé e Príncipe (CEPRO-STP), que tem proporcionado a otimização da utilização da Intranet governamental.

Projeto Merenda Escolar

Prevê a estruturação de um programa de alimentação escolar para o Governo de São Tomé e Príncipe, para suprir a retirada do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, prevista para 2012. Com o apoio do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, planeja-se a implantação do projeto, a título de teste, em quatro escolas santomenses. Missão de avaliação esteve no país em novembro de 2008. Seu parecer servirá ao planejamento de possível expansão da iniciativa.

Centro de Formação Profissional

Em dezembro de 2008, atendendo a demanda santomense, foi realizada missão conjunta ABC/SENAI/PNUD ao país para tratar da viabilidade da instalação do Centro de Formação Profissional. Como resultado, definiu-se o imóvel apropriado, e o Governo local está tratando da cessão do prédio.

O projeto seria implementado em quatro fases, sendo a primeira reservada a ações básicas de formação profissional; a segunda a ações de formação direcionadas a obras e investimentos; a terceira tra-

balharia em ações de fortalecimento institucional; e, na última fase, ocorreria a transferência do Centro ao Governo santomense.

Projeto Trilateral da Malária

Como fruto da reunião dos Presidentes Lula e Bush em Camp David, em março de 2007, foi acordada cooperação conjunta dos países para combate da malária em São Tomé e Príncipe. O objetivo da cooperação é prover o país de programa sustentável de controle da malária, por meio da capacitação do Ministério da Saúde local para a implementação e gestão das atividades de controle da doença. A parte brasileira, como meio de atingir os propósitos do programa, promoveu a associação com o Projeto de Governança Eletrônica, passando a utilizar a rede de Internet implantada para permitir a incorporação dos dados de saúde para o geo-referenciamento de casos de paludismo no país. Esta atuação na área de combate ao paludismo é ilustrativa da inter-relação entre os diversos projetos de cooperação que o Brasil mantém com o país.

O comércio bilateral, embora ainda modesto, vem crescendo fortemente nos últimos anos. As exportações brasileiras aumentaram mais de 700% entre 2003 e 2007, quando alcançaram a marca de US\$ 2,2 milhões, impulsionadas sobretudo pelo incremento nas vendas de açúcares e laticínios. Em 2008, no entanto, houve redução do volume exportado, para US\$ 1,2 milhão, principalmente porque ocorreu significativa diminuição das vendas de açúcar.

Já as importações oriundas de São Tomé e Príncipe diminuíram sistematicamente desde 2004, até caírem a zero em 2007. O principal item da pauta de exportações santomense para o Brasil eram os pescados. A queda nas vendas ao Brasil insere-se em contexto maior de redução das exportações santomenses a todos os países, em razão de problemas de competitividade e de dificuldade de escoamento da produção. Em 2008, as importações de São Tomé e Príncipe somaram apenas US\$8mil e corresponderam à compra de peças e acessórios para motocicletas.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL)

BRASIL ↔ STP	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Intercâmbio	103,2	387,9	789,3	830,3	794,6	2.149,9	1.212,6
Exportações	103,2	262,4	371,6	725,3	791,5	2.149,9	1.204,5
Importações	0	125,5	417,6	105,0	3,1	0	8,1
Saldo	+103,2	+136,9	-46,0	620,3	788,4	2.149,9	1.196,4

Aviso nº 90 – C.Civil.

Em 18 de fevereiro de 2009.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV
Do Senado Federal

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de

8 dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nº 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....
Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que defere o **Requerimento nº 122, de 2009**, do Senador Inácio Arruda, lido na sessão do dia 20 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 124, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a Caixa Econômica Federal, seus Diretores e Corpo

de Funcionários, em especial aos 986 empregados de outros Estados que foram para Santa Catarina, participar da Força Tarefa destinada ao pagamento do FGTS aos atingidos pelas enchentes.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2009. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos, ao encerrar esta sessão, cumprimentar aqueles do meu Estado que fizeram o carnaval, sobretudo as sociedades e os Governos de Floriano, de Bocaina, de Água Branca, de Barras, de Luís Correia, Parnaíba, onde a imprensa especializada disse que se realizaram extraordinários carnavais. Sobre tudo, gostaria de cumprimentar a Escola Brasa Samba, que comemora o título de campeã. A Brasa Samba é uma escola tradicional, e temos muita simpatia pela sua história. É campeã do carnaval. No Piauí, passei em Luís Corrêa e vi o esforço do Prefeito e do seu Vice-Prefeito, Luís Neto, que fizeram um extraordinário carnaval, com trio elétrico, com *shows* privados e com festa pública. O bairro de Coqueiro também mostrou sua euforia carnavalesca. A eles, nossos parabéns!

Em homenagem ao Marco Maciel, que aí está, encerraremos a sessão, dizendo: “Igreja lança a Campanha da Fraternidade. A campanha deste ano pretende promover o debate sobre a segurança pública para contribuir com a cultura da paz nas pessoas”. O Jornal **Diário do Piauí**, do povo do Piauí, traz uma reportagem:

Dom Sérgio: apresenta hoje a campanha para a imprensa.

O Arcebispo de Teresina, Dom Sérgio Rocha, realiza hoje entrevista coletiva, às 8h, no Palácio Episcopal, na Avenida Frei Serafim, durante a qual falará sobre a Campanha da Fraternidade 2009, que este ano tem como tema “Fraternidade e Segurança Pública” e como lema “A paz é fruto de justiça”.

Que essa mensagem do nosso Bispo Dom Sérgio se irradie por todo o Brasil! Aqui, o povo cristão é muito bem representado por Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada esta sessão, coordenada pelos competentes Secretários Executivos João Pedro e José Roberto, nosso companheiro que chegou de férias e que estava deixando saudade. Eles garantem o bom funcionamento do Senado da República. Eu os convido para participar, amanhã, sexta-feira, às 9 horas, da nova sessão do Senado da República do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta 14ª sessão não deliberativa de quinta-feira, 26 de fevereiro de 2009, iniciada às 14 horas.

Ao José Roberto, dou as boas-vindas! Que continue com sua competência e com sua obstinação de servir à República do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

SENADO FEDERAL**ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 001**, de 3, 4 e 5 de fevereiro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Na página 31, primeira coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador José Agripino. Sabe V. Ex^a o grande apreço, a grande admiração e a grande estima que lhe devoto. Eu quero agradecer aos Democratas o apoio que deram à minha eleição, o apoio construído em justamente idéias, o apoio construído em confiança, o apoio construído numa relação das mais altas possíveis. E hoje nós comemoramos juntos o resultado que alcançamos. Terei responsabilidades nesta Casa. Nunca tomarei nenhuma decisão sem ter presente também a lembrança do que representou o apoio do seu Partido, da confiança, sobretudo. Não estou falando em votos porque essa etapa, como foi dito, já acabou, essa etapa terminou. Agora, vamos começar um novo momento na Casa. Transmita a todos os Senadores e a todas as Senadoras do seu Partido a minha gratidão e a minha admiração, certo de que terei sempre, da parte do seu Partido, o maior espírito público na solução dos nossos problemas.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Quero agradecer as suas palavras e dizer que, ao longo da sua vida, acompanhei o crescimento de V. Ex^a, que conheci bem jovem, com o seu talento, a sua inteligência, o seu espírito público e a longa e respeitável vida pública que construiu. Eu devo confessar que fiquei muito triste por não ter o apoio do PSDB – já disse isso e quero repetir. Não só pelo apoio do Partido, mas, sobretudo, pelos homens que o Partido tem, os quadros que ele tem e que, sem dúvida alguma, virão nos ajudar na tarefa que nós vamos enfrentar. V. Ex^a, sobretudo, será uma pessoa fundamental na ajuda a que nós tenhamos o maior êxito para esta Casa.

Comissão Parlamentar de Inquérito, Criada Pelo Requerimento nº 200, de 2008, de Autoria do Senador Magno Malta e Outros Senhores Senadores, Composta de Sete Titulares e Cinco Suplentes, nos Termos do § 4º do Art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, Para, no Prazo de Cento e Vinte Dias, Apurarem a Utilização da Internet na Prática de Crimes de “Pedofilia”, Bem Como a Relação Desses Crimes com o Crime Organizado.

ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião, realizada em 18 de dezembro de 2008, às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, na sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 214/08, requer a convocação do Sr. Adail Pinheiro, Prefeito de Coari-AM, e convida os senhores Sérgio Fontes, José Olegário Coelho e Ana Célia de Souza; Requerimento nº 215/08, requer nos termos regimentais que a CPI da Pedofilia forme delegação de parlamentares e técnicos para conhecer os departamentos norte-americanos de combate à pedofilia, incluindo as instituições estaduais e comunitárias que tratam do tema nos Estados Unidos da América, por um período de 15 dias, a ser realizada no 1º semestre de 2009 e Requerimento nº 216/08, requer a realização de diligência desta CPI ao Pará, a fim de esclarecer denúncias e acompanhar investigações sobre exploração sexual de menores naquele Estado.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: – **Magno Malta** (PR – ES), Presidente – **Demóstenes Torres** (DEM – GO), Relator – **Sérgio Zambiasi** (PTB – RS) – **Virgínio de Carvalho** (PSC – SE).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Havendo número regimental, declaro, em nome do Deus, abertos os trabalhos da CPI que visa investigar a pedofilia no Brasil, saudando o nosso querido Senador Virgínio, sub-relator geral.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da sessão anterior, 33ª reunião. Os senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Temos, sobre a mesa, requerimentos a serem votados. Requeiro, nos termos regimentais, regimento interno do Senado Federal. Comissão que visa investigar a pedofilia, conforme delegação de parlamentares e técnicos, para conhecer o departamento norte-americano de combate à pedofilia, incluindo as instituições estaduais e comunitárias, que tratam do tema, nos Estados Unidos da América, por um perí-

odo de 15 dias, a ser realizada no primeiro semestre de 2009. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requeiro a convocação do Sr. Adail Pinheiro, Prefeito de Coari, Sérgio Fontes e os senhores... Convido os senhores Sérgio Fontes e Olegário Coelho e Sra. Ana Lúcia de Souza. Em depoimento à Polícia Federal, a mãe de uma menina de 12 anos de idade – portanto, menor –, Sra. Célia, revelou que sua filha foi violentada e sofreu graves abusos sexuais na cidade de Coari, no Amazonas, pelo Sr. Adail Pinheiro. Ela afirma, ainda, que tem sofrido ameaças de autoridades locais, para não denunciar, que pode enfrentar grande perigo de vida.

E essa é uma proposta do Senador Arthur Virgínio, senador líder do PSDB, subscrita pela mesa da CPI. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

E, certamente, ele será ouvido na primeira semana de fevereiro, quando nós voltarmos. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta CPI ao Pará, a fim de esclarecer denúncias e acompanhar a investigação sobre exploração sexual de menores naquele estado. Há uma denúncia muito grave, que envolve um deputado estadual, médico, e já a assessoria da CPI fez contato com a delegada do caso. Nós queremos conhecer a peça do inquérito. E, a partir daí, também, na primeira semana, em havendo... Nós ouviremos o médico. Há lá, também, o caso emblemático, que é o caso da região do Marajó, lá eu já estive.

Há uma CPI instalada lá, que, certamente, aquilo que temos conhecimento podemos ajudar. Mas eu pretendo ouvir, no depoimento, sem dano, essa menina que faz esse depoimento.

Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Aprovado. Comunico que, Senador Virgínio, irei a tribuna. E, mais uma vez, quer dizer, falei à imprensa, mas vou me pronunciar a respeito do termo de cooperação, assinado ontem. Mais uma vez, ressaltando e aplaudindo a Brasil Telecom, a Oi e a Tim, que vieram de forma desarmada, entendendo que, embora sejam empresas capitalistas – e o País é a capitalista, nosso regime é capitalista –, cumpriu um papel social com a cidade brasileira.

Que telefonia é concessão pública e que há que se entender que a causa da vida humana é maior do que todo e qualquer capital, e a causa da criança é absolutamente maior. Essa é uma CPI de combate a abuso contra a criança, e a nossa intenção é tão-somente proteger a criança e criar mecanismos que todos possamos fazer os nossos esforços.

Um termo de ajuste de conduta que foi discutido por quatro meses, onde esses cidadãos estiveram do lado o tempo inteiro, onde eles participaram de forma deliberada, e, ao final, um argumento absolutamente mentiroso. Mas isso não me choca, não, o que mais me choca foi, em seguida à assinatura do termo, eles terem soltado uma nota na imprensa, a nota diz assim: “Pedofilia, Claro, Vivo – quero que se registre em ata – e a Telefônica assinam cooperação”.

Olha que coisa mais descarada, coisa mais vill! Com todo o respeito que eu tenho aos diretores dessa empresa, isso não é coisa de homem? Isso não é coisa de homem. Isso é coisa de moleque, isso é coisa de canalha, de gente ruim, que quer enganar quem, afinal de contas?

Em comunicado distribuído à imprensa, as empresas de comunicação: “Claro, Vivo e Telefônica informam que entregaram, nessa quinta-feira, ao Presidente da CPI da Pedofilia, Senador Magno Malta, o documento em que se expressa sua integral contribuição – cambada de... – para o termo de mútua cooperação entre as prestadoras de serviço, de telecomunicação. O Ministério Público, o departamento de Polícia Federal, Ministério Público da Justiça, o comitê gestor da internet e SaferNet.

O documento contempla as orientações do relatório da CPI, ao mesmo tempo em que adéqua à realidade das operadoras de telefonia e aprimora o atendimento das atividades de telecomunicação dos processos de fornecimento de informações –molecagem!

Manifesta, também, a disposição das empresas em colaborar com as autoridades – me engana que eu gosto! – na investigação com a solução dos problemas decorrentes do tema proposto pela comissão”.

Eu quero ouvir falar sentado aqui. Eles estão convocados para vir, não farei mais coletivamente. Eu propus um casamento às operadoras de telefonia, no Brasil, um casamento na igreja, um casamento bacana, com véu e grinalda, eles não quiseram. A TIM quis casar na igreja, a 01 quis casar na igreja e a Brasil Telecom. Mas eles vão ter que casar, nós vamos casar na delegada, mas nós vamos casar. Não quiseram casar na igreja, vai casar na delegacia.

“Anexado a esse documento, as empresas encaminharam, ainda, uma carta, onde defendem o trabalho desenvolvido pela comissão – olha que generosidade! – e qualificam o resultado proposto pelo grupo de trabalho como de notável relevância para o futuro de nosso país, que eles não quiseram assinar.

“Na carta, as empresas valorizam a liderança decisiva do senador Magno Malta – poxa eu estou agradecido, presente de Natal! – no combate aos crimes de pedofilia e na promoção e na garantia dos

direitos de crianças.” E são crianças vocês, são os filhos de vocês.

Deus queira que vocês não tenham que pagar um crime desses, dentro da família, para você sentirem a dor de quem sente, para vocês terem que ocorrer a uma Telefônica, a uma telefonia qualquer, que a autoridade judicial queira ajudar vocês, e precise de um sigilo em duas horas, e a telefonia solicitada negue essa informação em favor de alguém da família de vocês. Porque pimenta só arde se é no olho dos outros.

É isso mesmo. A assessoria está me dizendo que recebeu da GVT, GVT, né? GVT é o quê? E uma operadora, né? Está pronta para assinar o termo, só não conseguiram chegar a tempo. Claro, pô, por que veio de ônibus, deveria ter pego um avião. Estão a favor da CPI. Emocionado eu recebo. Eu estou aguardando a GVT.

Nada mais a tratar. Senador, gostaria de se expressar? Vocês me desculpem, porque a indignação do justo eu não posso perder. A minha indignação, o dia em que eu perder a minha indignação, eu vou morrer. Eu vou morrer.

Então, eu posso conviver com isso, com pessoas que só pensam no capital, só pensam no dinheiro, só pensam no dinheiro, e a causa não é nossa, ninguém está pedindo a esses caras para dar telefone celular para senador; ninguém está pedindo a esses caras para a gente não pagar conta de telefone; ninguém está pedindo um favor para os pobres, dizendo assim: “Gente, pelo amor de Deus”. Até porque aquela taxa fixa de 30 reais, que todo mundo pagava telefone fixo, eu dou graças a Deus porque eu sou o pai daquela luta. Eu era o Presidente, o primeiro Presidente dessa comissão, Legislação Participativa e Direitos Humanos, e foi na minha comissão que caiu aquela taxa.

Mas, se eu vivesse aqui dizer: “Gente, pessoa que ganha até dois salários mínimos, vocês poderiam não cobrar conta de telefone deles”, mas não era injusto, não, sabia? Mas ninguém está pedindo nada disso, é capitalismo, é empresa, para gerar emprego e ganhar dinheiro. Ganhe seu dinheiro! Agora, cumpra o papel social.

Nós estamos pedindo para os caras armazenarem dados e entregar quando há necessidade da polícia, da Justiça, para socorrer criança em iminente risco de vida. Agora, isso é muito caro, não é problema nosso. Vocês estão ganhando dinheiro, isso aqui é concessão pública.

O termo dá 12 meses para se adequar, 12 meses, um ano, e, depois de um ano, vêm às sanções, que podem ser multas de 5 a 25 mil, e 25 mil reais, realmente, pode quebrar uma telefônica; eu acho que 5 mil eu acho que pode quebrar a claro, eu acho.

E o termo ainda diz assim: “Que a empresa ainda pode se justificar”. Se ela se justificar, e for uma justificativa convincente, porque não cumpriu, mesmo depois dos 12 meses, por questões operacionais e técnicas, o tema ainda fala em compreensão, olha só. O sujeito faz uma molecagem dessa e me manda esse troço, aqui, que eu vou ler, daqui a pouco, na tribuna.

Senador Virgínio, desculpa aí a minha indignação. A V.Exa a palavra.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sr. Presidente e demais senadores. Na verdade, eu acho que essas empresas, elas têm ultrapassado os limites, porque, de não poder comparecer, a gente aguarda uma justificativa, mas, de fazer divulgação que compareceu, eu creio que isso é extremamente grave. E isso cabe a processos.

Mas nós vamos esperar, já foi feita a convocação. E eu creio que, na próxima, certamente eles estarão aqui, porque ninguém quer vir debaixo de varas. Então, nós vamos dar continuidade a esse trabalho, e eu creio que a CPI da Pedofilia tem sido uma CPI que tem dado continuidade ao seu trabalho, que tem chocado muita gente, mas que, por outro lado, também tem deixado muitas pessoas agradecidas.

Então, nós vamos, aqui, diante de todos, nos comprometermos dessa continuidade, e eu creio que nós temos mais é que levar isso à frente, e não deixar que essas pessoas queiram brincar com aquilo que é tão sério, tá? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço ao Senador Virgínio. Junto tivemos, dez dias atrás, no Congresso da Governança da Internet, em Hyderabad, na Índia, com a participação absolutamente significativa do Brasil. As posições que aqui tomados, nesses nove meses, em termo de ajuste de conduta, quebra de sigilo, abertura do sigilo dessa página de relacionamento, o acordar da sociedade a tomar providência de uma rede de proteção às crianças, a posição brasileira na legislação proposta, que foi já sancionada pelo Presidente Lula, e não é muito fácil você aprovar lei, nessas duas Casas, e ter ela sancionada no tempo recorde de apenas oito meses, de algo tão significativo, esse termo de ajuste, aqui, agora, com [ininteligível]. E também teremos o termo de ajuste... Tá legal!

E nos esperamos, realmente, que essas empresas façam uma revisão, pensem e ponham a mão na consciência. E gostaria muito bem de estar comentando com todas elas, com o respeito que lhes dei o tempo inteiro, durante esses quatro meses, com o respeito com que tratei, entendendo o papel de cada uma e entendendo a necessidade de que todos estivéssemos juntos, mas revelo, com muita tristeza, a minha insatisfação pelo respeito e pelo desrespeito pela postura

que essas empresas tiveram. E, em seguida, uma nota absolutamente mentirosa, descarada, safada que botaram na imprensa, como se tivessem se comprometido com alguém que não se comprometeram. – **Senador Magno Malta, Presidente.**

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 17h02.

Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5 de março de 2008, aditado pelo Requerimento nº 1.356, de 2008, aprovado em 11 de novembro de 2008, composta por seis membros, destinada a apresentar Projeto de Resolução para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2008, realizada em 10 de dezembro de 2008, às cinco horas e treze minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade houve o debate de propostas para revisão do Regimento Interno do Senado Federal, com a presença dos (as) Senadores (as): Gerson Camata (PMDB), César Borges (PR) Papaléo Paes (PSDB), Antonio Carlos Valadares (PSB) e Marco Maciel (DEM). Esteve presente ainda a Presidente da Comissão Especial de Assessoramento à Reforma do Regimento Interno do Senado Federal e Secretária-Geral da Mesa, Sra. Claudia Lyra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª reunião da Comissão temporária interna, criada pelo Requerimento nº 208/08, aprovado em 5 de março de 2008, aditado pelo Requerimento nº 1.356/08, aprovado de 11 de novembro de 2008, composta por seis membros destinada a apresentar no prazo de 90 dias projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho, como, aliás, é uma rotina aqui nas duas casas do Congresso, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, ou seja, da segunda reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada. Conforme convocação, a presente reunião destina-se a debater as propostas para a revisão do Regimento Interno do Senado Federal. E eu gostaria, antes de mais nada, de passar cópia de uma síntese de questões que precisamos ou que deveríamos pôr os nossos olhos. E gostaria de também dizer que agora acaba de chegar o Senador Papaléo. Paes, e já se encontra no recinto da Comissão o nobre Senador Antônio Carlos Valadares. Então, temos quórum, quórum até bastante significativo para as nossas

deliberações, sem contar que contamos também com a presença da Dra. Cláudia Lira, a quem gostaria de convidar para vir também aqui ao Plenário, e podemos iniciar, portanto, a análise das questões que materialmente nos dizem respeito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só para um esclarecimento.

Eu lamentavelmente não pude estar na sessão anterior, acho que foi a primeira sessão da Comissão, e me sinto aqui impelido a lhe fazer uma indagação com relação à condução dos trabalhos, se nós Comissão terá, por exemplo, um relator indicado pela Presidência que vai ficar encarregado na responsabilidade de apresentar um relato, se Vossa Excelência tem esse tipo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): (pronunciamento fora do microfone) relator. E o Senador Gerson Camata... Sugiro o nome de Vossa Excelência.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Acho que prerrogativa de Vossa Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas acho que foi uma boa sugestão. Tanto é que a endosso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas o Senador Gerson Camata, pelo menos eu tenho aqui as notas da reunião passada, pelo número de intervenções e idéias que tem com relação a regimento, eu acho que ele... Que está realmente muito interessado nessa questão da reforma do regimento. A prerrogativa é de Vossa Excelência, mas acho que para a boa condução dos trabalhos seria necessário um relator, um prazo para ele apresentar o trabalho em cima desse trabalho nós pudéssemos apresentar emendas ou proposições, discutirmos... Porque se ficar sem um relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O relator é peça essencial. Logicamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas eu pessoalmente eu declino de qualquer possibilidade, porque estou com muitos outros afazeres. O Senador Gerson tem uma... Eu sinto que ele tem um pendor, uma queda por esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Inclusive devo mencionar que ele recentemente visitou o Congresso americano...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está cheio de boas idéias.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Antes que a sessão comece de verdade, o Mussolini dizia que não é difícil Governar a Itália, não. E inútil. Então acho que a gente vai fazer um... Eu disse isso aqui outra vez. Esse atual regimento é ótimo. Se ele fosse obedecido. Nós vamos fazer outro regimento para não ser obedecido também... Pra quê? O grande problema vai ser esse. Tivemos um Presidente que se desgastou um pouco no início do mandato dele para impor o regimento, e se a gente fazendo o regimento mandasse a cada Senador, a esposa dele, aos filhos, pra mostrar pra família inteira a importância que é o regimento, talvez valesse alguma coisa. Senão será inútil, como dizia o Mussolini com relação à Itália. Não é difícil Governar a Itália, é inútil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu faria um apelo, acho que é também do Senador César Borges e quem sabe do Senador Antônio Carlos Valadares, um apelo para que o Senador Gerson Camata aceitasse relatar o referido projeto. Na forma do regimento.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu vou acabar fazendo um relatório tão revolucionário que vocês vão fazer um voto vencido e vão derrubar o meu relatório. Mas eu topo fazer o voto revolucionário se a Dra. Cláudia me ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Vice-Presidente da Comissão, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom, eu tenho aqui mais algumas sugestões, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Mas eu pergunto--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Posso entregar a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, deve. Público. Agora, gostaria apenas para encenar esse item primeiro, se Vossa Excelência também está de acordo...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tudo bem. Estou de acordo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sub-relator? Claro, já sou sub aqui do Presidente. Eu já sou o sub Presidente. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Então, eu vou... Homologando a escolha à unanimidade dos membros Senador Gerson Camata, eu vou conceder a palavra ao nobre Vice Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares... Ah, sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, só pra... Ainda com relação a essa Questão de Ordem dos trabalhos, efetivamente já foi avançado esse trabalho com um relatório que foi preparado por uma Comissão designada pela Mesa, de funcionários de alto nível do Senado, que assinaram aqui uma... Na verdade é um relatório sintético das atividades da Comissão especial de assessoramento à reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Foi presidido pela Dra. Cláudia Lira Nascimento, Vice-Presidente Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Gilberto Guerzoni filho, que inclusive tem me assessorado, é assessor de excelente nível nessa Casa, aliás, como de regra são todos. Gustavo Pôncio de Leôncio Lago, João Pedro de Sousa Lobo Caetano, José Roberto de Matos, Paulo Fernando Sousa, Rogério de Mello Gonçalves e Tiago. Então, me parece que já há um trabalho alentado feito, por favor, esses funcionários de alto nível do Senado Federal, inclusive eu tive o cuidado de pegar uma nota informativa com relação a esse trabalho e não tenho dúvida que aqui pode ser uma base muito sólida para o trabalho que o relator com certeza fará, mas são pessoas que vivem o dia-a-dia do Senado e que tiveram essa tarefa de realizar esse árduo trabalho e compilação de várias propostas, tudo muito bem aqui esquematizado. Eu acredito que esse é um trabalho que deverá nortear também o trabalho da Comissão e do relator. Apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Eu estou de acordo com a observação feita pelo Senador César Borges, é um subsídio extremamente valioso, e depois eu indagaria... Passaria a palavra ao Vice-Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, porque depois eu iria submeter à consideração dos membros da Comissão uma pauta de assuntos do Regimento Interno, agrupando por temas. Foi uma sugestão da Dra. Cláudia Lira, e também ao relator. E já vou acrescentar, antes de ouvi-los sobre essa questão, gostaria também de propor o adiamento, a prorrogação da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Pra quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Nós estamos cogitando aqui algo como 30 de abril. Porque temos que considerar dezembro, janeiro e fevereiro, praticamente... Descartável, porque não há condições de fazer reunião posto que o Congresso esteja de recesso. Então... Não havendo... Tem março e abril para trabalharmos. Aí gostaria que nós pudessemos então assinar...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Final de abril?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): 30 de abril, colocamos. Então, com a palavra nobre Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Presidente, eu já dei algumas sugestões na... Na sessão anterior, e eu colhi outras... Mais três sugestões, pelo menos, e que nós temos conhecimento, pela experiência vivenciada aqui no Senado Federal, que muitas vezes um partido grande indica um Senador como membro da Comissão e dificilmente aquele Senador comparece. Ou se comparece, não comparece com regularidade. Falta praticamente a todas as reuniões. Mas ele é mantido ali em função da proporcionalidade que lhe dá direito de integrar uma Comissão indicada pelo seu partido. Eu estou propondo, até em nome da... Do processo democrático, que os partidos que não atingirem a proporcionalidade exigida pelo regimento possam participar efetivamente de um determinado número de comissões. Eu não digo que participar de todas porque isso é impossível. Mas, suponhamos, uma Comissão como a de Justiça, uma Comissão como a Assuntos Econômicos, e tem assuntos os mais variados, das mais diversas tendências, e que envolvem interesses nacionais. Os mais diferentes. Por que então não dar oportunidade a um partido pequeno, de participar, de integrar tais comissões? Quer dizer, nós estabeleceríamos no regimento que um partido que tivesse apenas um Senador, ou dois Senadores, ou três Senadores pudessem participar de até tantas comissões. De uma Comissão, de duas comissões... Constante que participasse e não ficasse à deriva. Porque no Regimento Interno da Câmara dos Deputados os partidos, por favor, menores que sejam, participam das comissões. Então, eu gostaria de sugerir à Comissão e à Dra. Cláudia, que está anotando, que verificasse como é que o procedimento nesse caso, na Câmara dos Deputados. Pra gente... O que for bom, a gente deve copiar. Eu acho isso realmente uma atitude muito democrática da Câmara dos Deputados. E quando os líderes não indicarem membros para as comissões, porque pode ocorrer, de um líder ser vagaroso nas decisões e as comissões precisam funcionar e o Presidente ou o líder do partido não indica. Ora, então precisa estabelecer um prazo. Então, o prazo é até o funcionamento... A instalação da Comissão. Se durante a instalação da Comissão o partido ainda não decidiu, é porque não tem interesse. Então, o que eu proponho? Que o Presidente do Senado designe os membros da Comissão cujo partido são omitidos de fazê-lo. Não é uma atitude ditatorial. É uma atitude prática. Porque as comissões precisam funcionar, e só funcionam com Senador. Vamos supor que num determinado momento o líder tenha dificul-

dade de realmente escolher dois ou três membros da Comissão porque está havendo uma briga dentro do partido. Então, para ele é até melhor que o Presidente do Senado assuma essa responsabilidade. Mas isso só em casos especiais. Que se estabeleça quais são os casos especiais em que o Presidente possa nomear os membros da Comissão. E quanto aos partidos que se juntam em blocos, como é que está essa situação? Se está... Se estão explícitos... Quer dizer, por exemplo, os direitos do parlamentar de falar... Né? Em dar a palavra...

Quer dizer, o líder do bloco. Está explícito isso daí? Pronto. Então era isso. Se já está escrito

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

E o Senador que faltar três vezes seguido na reunião da Comissão?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE): Sim. Olha aí. Outra idéia magnífica. Se ele faltar sem motivo justificado a tantas sessões. Não vou dizer três. Mas reiteradamente ele falte a tantas sessões. Pode ser três, pode ser cinco... Sem uma justificativa plausível, eu acho que ele tem que ser o... Ele sai imediatamente, automaticamente, e o líder do partido vai indicar outro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Senador Valadares, vou dar só uma informação. Já foi adotado isso na Comissão Mista de Orçamento. Foi feita uma resolução onde o parlamentar que faltar três sessões consecutivas ou parece que cinco alternadas, ele será desligado da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE): Podemos adotar a mesma norma da Comissão de Orçamento.

SENADOR CESAR BORGES (PR – BA): Automaticamente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Sem contar que o líder não pode indicar ele mesmo de novo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE): Pronto. A Cláudia já anotou ali a sua sugestão que é apoiada por todos nós. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Agora gostaria de ouvir a manifestação do Senador César Borges, não sei se teria algo a acrescentar em função dos temas que foram suscitados pelo trabalho feito pela Dra. Cláudia Lira.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Sr. Presidente, todos os temas são extremamente importantes. Eu não tive a oportunidade de me debruçar sobre eles. Agora, acho que todos têm que ser motivo de reflexão profunda aqui nessa Comissão, junto com o trabalho já realizado, e não tenho dúvida, Sr. Presidente, que

a decisão aqui será política. Qualquer decisão que tomarmos com relação a esses temas vai desagradar a uns e agradar a outros. Nada será inteiramente consensual com relação a essas questões. Agora, eu acho todas elas extremamente pertinentes. Eu já fui Deputado Estadual, não fui Deputado Federal. Vossa Excelência que eu acho que tramitou com todos os cargos eletivos tem experiência, Deputado Federal, presidiu a Câmara... Muito mais. Agora, eu confesso a Vossa Excelência que o regimento que existia na Assembléia Legislativa da Bahia, pra mim, era um regimento onde o andamento das sessões se dava de forma muito mais rígida, e que dava mais segurança tanto à situação como à oposição.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Porque obedeciam ao regimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Porque

obedecia ao regimento, número mínimo para manter a sessão. Por exemplo, número mínimo para manter a sessão funcionando. Tem que manter no mínimo um terço, senão você pode pedir verificação de quórum e derrubar a sessão. É claro. Senão você fica com o Plenário vazio. Certo? Havia, por exemplo, prerrogativa de líder, ele tinha um horário de liderança. Mas ele só falava naquele horário de liderança. Ele não tinha a prerrogativa de estar falando sempre. Havia um pequeno expediente que todos se inscreviam por cinco minutos, um tempo determinado, depois um grande expediente que vinha a Ordem do Dia, antes da Ordem do Dia, e aí as lideranças falavam por 20 minutos, até 20 minutos. As lideranças. Então, era algo muito mais disciplinado. Então, tanto a nível de número... Outra coisa, Mesa... Só se senta à Mesa e só preside a Casa quem é da Mesa Diretora. Quem é da Mesa Diretora.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE): Caso contrário a sessão cai.

SENADOR CESAR BORGES (PR – BA): E ainda

mais, na assembléia era assim, eram três membros da Mesa Diretora que tinham que estar presentes. Você não podia ter só o Presidente isoladamente presidindo, não. Você tinha o Presidente e mais dois outros componentes da Mesa que estavam presente para compor a Mesa. A Mesa no mínimo de três. Nunca poderiam ser menos que três Deputados na Mesa. Então, isso dá um outro tipo de segurança e respeitabilidade. Porque senão fica o Presidente isolado e um único orador falando. Então, apenas eu trouxe essa experiência lá da Assembléia Legislativa e achei que o Senado era muito flexível com relação a essas posturas, e o cumprimento do horário que eu acho que isso é um tema que todos concordam. Então, esses são temas que eu acho...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Era bastante rígido. E inclusive era... A sessão cai se não

tiver o mínimo de um terço. Qualquer um poderia pedir verificação de quórum e...

SENADOR ANTONIO CARLOS ALADARES (PSB – SE): Senador César Borges, me permita.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Outra coisa, só um minuto, que eu me recordo aqui. Qualquer prorrogação de sessão, sessão tinha tempo certo e definido para começar e pra concluir. E qualquer prorrogação só se dava após votação. Votação. O Plenário tinha que estar presente ou pedir a prorrogação de sessão. Senão, não se prorrogava a sessão. Então... Isso exige que o parlamentar esteja dentro do Plenário. Apenas é uma experiência pessoal, eu... Achava que funcionava... Tinha que exercer. Porque a função do parlamentar é importante na Comissão, é importante no gabinete, mas é importantíssima no Plenário. Inclusive pra dar quórum para as votações. Porque nós estamos aqui fazendo uma série de trabalhos, nós temos que estar presentes para as votações. Tanto em Comissão como em Plenário. Agora, tem que ter o regimento que permita também apartar trabalho de Comissão com trabalho de Plenário. Porque acho trabalho de Plenário muito importante. Comissão também. Mas reservam-se as manhãs para as comissões e a tarde para o Plenário. Porque senão uma esvazia a outra ou vice-versa. São apenas observações genéricas que estou fazendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Aliás, eu quero dizer que secundando as opiniões que me antecederam, que a mesma experiência eu vivi na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Eu só fui Deputado Estadual uma legislatura. Mas fui os quatro anos líder com o partido. E tenho a experiência nessa ótica de líder de partido e líder de Governo. Aí o que eu observava era isso que está sendo dito. Havia um rigor muito grande. Um rigor muito grande. E a mesma coisa eu podia aplicar com relação à Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados com a Casa extremamente numerosa, tem um certo rigor no cumprimento. Até porque muito numerosa, se não for rigorosa não se consegue avançar. A Câmara dos Deputados tinha um regimento que é muito mais... Muito mais cumprido do que do Senado, atualmente. E graças a isso a Câmara tem deliberado muita coisa. Até em termos relativos mais do que o Senado. E olha que o Senado hoje tem mais atribuições... Tem atribuições privativas, algo que quase não acontece com relação à Câmara. Então, eu estou rigorosamente dentro dessa linha também. E me preocupa muito também a preocupação do Senador Gerson Camata com relação ao cumprimento do regimento. Não basta ter a lei, se a lei é lei morta. Se ela está sendo frequentemente atropelada e desconhecida, etc. Acho que tem

que ter algumas medidas também que eu não imagino quais, mas que devam trabalhar

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Presidente, por exemplo

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Só um parêntese aqui. Eu não sei se está havendo votação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Vai ter agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): É, estou ouvindo o barulho da campanha.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Tem autoridades.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, então me permite aqui...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Relator, somente o seguinte.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Você podia me dar aquele papel com as sugestões?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Está aqui. Olha, é o seguinte. As propostas, projetos ou PECs que sejam manifestamente inconstitucionais. Muitas vezes a gente passa horas e horas aqui na Comissão de Justiça discutindo uma PEC que é manifestamente inconstitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Bom, se... O senhor ainda tem mais assuntos?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Não. Acho que podíamos então...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Podíamos encenar, né? Porque... Pra encenar, eu só queria dizer o seguinte, Cláudia, que nós devíamos ter mais rigor na tramitação, na aceitação de propostas. Porque ter um mecanismo, seja através do Presidente, seja através da própria Mesa, que selecione, faça uma seleção das propostas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Matérias semelhantes...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Semelhantes. Porque não é possível, a gente passa horas e horas definindo uma proposta, a gente já sabendo que ela é inconstitucional. A gente está perdendo tempo. Consultoria gasta papel e a gente aqui gasta tempo pra derrubar uma proposta que todo mundo sabe que é inconstitucional. Deveria ter um dispositivo no regimento que não permitisse dar andamento a essa proposta. Agora, o Senador teria direito a recorrer para a Comissão de Justiça. Entendeu, Senador? Então, o Senador que se sentisse prejudicado

na proposta, recorria para a Comissão de Justiça. Aí é outro caso. Sei lá, a Mesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Então nós vamos encerrar a presente reunião convocando a próxima para a próxima semana. E possivelmente quem sabe quarta-feira à tarde. Se não houver votação no Plenário. Pronto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Diz que quarta-feira vai votar o orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Mas aí talvez seja até possível.

Sessão encerrada às 17h37m.— Senador **Marco Maciel**, Presidente.

Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5 de março de 2008, aditado pelos Requerimentos nºs 1.356, de 2008, aprovado em 11 de novembro de 2008 e 1.622, de 2008, aprovado em 10 de dezembro de 2008, composta por seis membros, destinada a apresentar Projeto de Resolução para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

ATA DA 4ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2009, realizada em 17 de fevereiro de 2009, às dez horas e vinte e seis minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade houve o debate de propostas para revisão do Regimento Interno do Senado Federal, com a presença dos(as) Senadores(as): Gerson Camata (PMDB), Papaléo Paes (PSDB), Antonio Carlos Valadares (PSB) e Marco Maciel (DEM). Esteve presente ainda a Presidente da Comissão Especial de Assessoramento à Reforma do Regimento Interno do Senado Federal e Secretária-Geral da Mesa, Sra. Claudia Lyra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Declaro aberta a Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 208 de 2008, aprovada em 5 de março de 2008, aditado pelos Requerimentos nºs 1.356 de 2008, aprovada em 11 de novembro de 2008, e 1.622 de 2008, aprovada em 10 de dezembro de 2008, composta por seis membros, destinada a apresentar no prazo de 90 dias projeto de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Desejo registrar que já se encontram presentes os Srs. Senadores Antônio Carlos Valadares e o Gerson Camata relator da matéria.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A ata está aprovada.

E conforme convocação a presente reunião destina-se a debater as propostas para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu concederia, inicialmente, a palavra ao relator para saber se Sua Excelência deseja tecer considerações sobre o objetivo desta Comissão?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Sr. Presidente, nobre líder do PSB, Senador Antônio Carlos Valadares e membro desta Comissão. Primeiro nós temos aqui e acho que está em mãos tanto de V. Excelência como Presidente quanto do Senador as sugestões que até agora foram encaminhadas por membros ou não da Comissão. Têm sugestões encaminhadas por V. Excelência, encaminhadas por Antônio Carlos Valadares que estão aqui e que a gente depois deve discutir se elas farão parte, efetivamente do Regimento. A outra, a Cláudia então conseguiu fazer aqui, eu acho que o principal problema que a gente tem que discutir e devemos começar por ele, a Cláudia Lira com a experiência que ela tem ficando ali na assessoria da mesa, o grande problema nosso que emperra, que amarra as sessões é o problema do uso da palavra, quer dizer não há regras atualmente, quer dizer, há regras, mas elas não são obedecidas quanto ao uso da palavra.

Então houve um levantamento em que se colocou os principais pontos do atual Regimento e os principais pontos que a gente pretende modificar com base nas opiniões ou nas sugestões que foram oferecidas pelos membros da Comissão, no sentido de que haja uma disciplina no problema do uso da palavra, do tempo do uso da palavra disciplinando para que as sessões possam fluir com mais efetividade, com mais resolutividade.

O outro ponto que eu tenho notado é que eu quando comecei provocar esse problema da necessidade de mudar o Regimento, de melhorar o Regimento, a minha idéia era conduzir o Senado para mais eficácia, mais decisão, votação de maior número de Projetos de Lei. Entretanto, eu noto que a maioria, pelo menos, com quem eu tenho conversado não quer isso, eles entendem que o Senado não é para votar lei, é para discursar, fazer discursos ou votar pouca lei, até uns acham até que o Senado tem lei demais, o Brasil tem lei demais. Não precisa mais fazer lei. Eu entendia e às vezes eu vejo a imprensa cobra quantos Projetos de Lei se votaram? Quantos Projetos de Lei se mandaram para a Câmara? E eles analisam muito e a opinião pública também, não é pelo número de discursos que foram feitos aqui, analisam muito pelo número de Projetos de Lei.

Eu acho que o mundo hoje é muito dinâmico. Nós podemos ter muitas leis, mas devia ter até uma comis-

são para acabar com tanta lei e diminuir o número de leis, as leis mais antigas serem retiradas e modernizar a legislação. Porque se tem muita lei, se isso pesa e é ruim, a gente tem que mudar e transformar as leis.

E eu dou um exemplo interessante, quando na época da Constituinte estava examinando as constituições do mundo todo e eu vi um artigo da Constituição da Suíça lá de 1600 e pouco, é proibido entrar, viver, passar pelo território da Suíça qualquer cidadão que seja membro da congregação dos jesuítas. Eu vi aquilo e falei: não é possível que um artigo desse esteja em vigor. Estava e aí um dia eu fui naquela reunião da OIT em Genebra e o cara oficial lá da polícia da Suíça que examina o passaporte eu perguntei a ele: tem um artigo aí na Constituição que proíbe? Ele falou: tem. Não pode. Eu falei: mas e se passar um jesuíta aqui? Eu nunca pergunto e nós não devemos perguntar. Mas se ele chegar aqui e gritar assim: eu sou jesuíta. Eu o prendo. Não pode transitar, morar, residir em território suíço.

Então são coisas interessantes. Eles conservam aquelas leis antigas até na Constituição. Mas eu acho que a gente tem que modernizar, flexibilizar, mudar.

Então com isso aí e dizendo que, Senhor Presidente, que o principal problema nosso, por exemplo, é o uso da palavra. Eu vou pedir a Cláudia Lira que dali também me ajude. Por exemplo, então vamos ver. Ela levanta o primeiro artigo que disciplina o uso da palavra, é o art. 3º que trata das reuniões preparatórias, aquelas que nós tivemos há poucos dias ali. Nesse dia nós vimos. Eu falei: nós estamos tratando ali da eleição da mesa, da eleição dos cargos da mesa que acabou sendo fatiado. Mas inúmeros Senadores pediam a palavra para comunicar que o Flamengo ia jogar e não sei o que, que o Ronaldinho tinha lá em Londres sido alvo de algum problema. Mas está escrito aqui no Regimento Interno: nas reuniões preparatórias não será lícito o uso da palavra, salvo para declaração pertinente à matéria que nelas devam ser tratadas. Que é a eleição da mesa e o cargo da mesa. Então a gente mantém: nas sessões preparatórias não será lícito o uso da palavra, salvo para declaração pertinente à matéria que nelas devam ser tratadas. Eu acho que é um artigo interessante de se manter. Porque o que está se tratando desse assunto não é um artigo. Agora não adianta nada a gente manter se depois ele não for obedecido. Por isso que eu como dizia o Mussolini: não é difícil governar a Itália, é inútil. Então não é difícil fazer um Regimento, só pra fazer ser cumprido é inútil.

Depois ela levanta lá no art. 14. O art. 14 é fundamental. Vamos dar uma olhada nele aqui. Diz aqui: o Senador poderá fazer uso da palavra nos 120 minutos que antecedem a ordem do dia por dez minutos

nas sessões deliberativas e por 20 minutos nas não deliberativas. E aqui na direita está então como nós pretendemos disciplinar. Ele fica um pouquinho mais extenso e fixa o tempo que ele pode usar, fixa quantas vezes um líder poder falar nas sessões, uma vez só. Não estava no Regimento atual, mas por sugestão do Antônio Carlos Valadares. Continua aquele artigo que permite que o líder delegue a fala da liderança para outro filiado do Partido e depois fixa também o tempo das sessões não deliberativas dos líderes quando eles podem falar dez minutos intercalados com os oradores escritos.

Então eu acho que restringe um pouquinho, de certo modo, também flexibiliza no direito do líder indicar os seus liderados.

Mas o que é que tem de novo aqui, Cláudia que você ressaltaria? Eu acho que torna... A ordem do dia vai para o horário dela. Por aqui eu acho que é melhor por causa da câmera ali. E a ordem do dia... Fica mais fácil se chegar à ordem do dia porque é improrrogável, fixa o tempo do líder, fixa o tempo dos oradores.

Aí lá na página 5 tem aquele problema do “pela ordem”. O “pela ordem” está servindo para tudo aqui. Para voto de pesar, para voto de congratulações, para comunicar que um ex-Senador chegou à Casa. Então tem realmente sido uma licença que está sendo usada de uma maneira abusiva, atrasando as sessões. Eu vejo, por exemplo, na hora da ordem do dia há essas intervenções pela ordem que não são pela ordem para comunicar um fato e tal. Então eu sugiro aqui que se revogue esse “pela ordem”. Porque diz aqui o Regimento antigo: pela ordem para indagação sobre o andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da ordem do dia; vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela presidência. Mas como lá na frente tem questão de ordem que trata quase da mesma coisa, nós estamos tornando um pouco mais rígido, lá na frente os senhores vão ver o que é uma questão de ordem. Quando levantou a questão de ordem tem que dizer: questão de ordem com base no art. 3º do Regimento Interno, § 4º. Ele vai dizer o que é que ele está levantando uma questão de ordem. Não é para levantar uma questão de ordem para comunicar que o ex-Senador, o fulano de tal acaba de entrar no plenário. Não é uma questão de ordem. E disciplinar um pouco esse tipo de... Então eu acho que esse artigo “questão de ordem” é talvez a coisa mais revolucionária, é revogá-lo. E depois tem... Daí tem suscitar questão de ordens. Devendo indicar o dispositivo regimental em que se baseia e o caso concreto a que se refere nos termos do art. 401 e 404. E proíbe. O presidente

decidiu, acabou. Ninguém mais pode levantar naquela sessão questão de ordem relativa àquilo ali.

Depois a explicação pessoal continua. Tem aquele problema, faltando dois minutos para o fim da ordem dos oradores, do orador falando. Ninguém mais pode pedir aparte, porque esses apartes vão montando em cima e depois citam o nome de um e vem o orador contando que foi citado e às vezes vai e tempo e a ordem do dia acaba indo para as cucuias.

Mas acho que o fundamental é isso aí. Ah, tem a réplica e a tréplica do líder que não tem previsto, embora aconteça. Então agora ele entra no Regimento. Um líder fala, se outro reaplicar o líder que falou tem direito à tréplica. Eu acho um pouco perigoso porque quando tinha dois partidos acontecia isso. Num júri acontece. Tem um advogado do lado de acusação e da defesa. Como aqui atualmente tem uns 15 líderes ou mais, vai começar um tal de réplica e tréplica que deve fazer uma sessão especial só para réplica e tréplica. Mas eu acho que se souber disciplinar isso é até um avanço para o andamento da sessão. O que é que tem mais aqui, Cláudia?

Lá depois ainda na seção das palavras tem as tais das sessões solenes. Porque atualmente, antigamente era o presidente que indicava: na sessão solene homenagem aos 60 anos de Brasília. O presidente indica: vai falar fulano e fulano. Pronto. Depois aqui passou, sem que esteja no Regimento uma indicação pelo líder. Agora passou e não tem indicação para ninguém. O cara passa lá. Opa! Tem uma sessão. Para que é que é? Homenagem à Universidade Federal. Corre lá e faz um discurso e de lá vai embora.

Teve uma sessão um dia, eu fiquei observando, em homenagem aos aposentados, quase que eles desmaiaram todos aqui. Porque os oradores foram passando, passando, falando e embora 4h da tarde estavam os aposentados lá e não tinha um lanche. Socorreram e buscaram lanche para os senhores já de certa idade que estavam ali e a sessão foi embora por horas e horas. Então tinha que ser disciplinado. E outra coisa, proibir o aparte na sessão solene, porque às vezes a sessão solene, uma coisa importante, um orador prepara um discurso, vai lá bonito. O outro não se inscreveu, não foi indicado, o líder não indicou, ele vai lá e mete um aparte lá no meio. Eu acho que a sessão solene tem que ser efetivamente solene, ela não é um debate. Então proibir. Agora se for cumprido seria bom, se não for cumprido não adianta proibir.

Projetos e código ficam como estão. Não tem grande coisa. Ministros de Estado. É àquela mesma coisa, o ministro tem a meia hora para falar, depois tem a pergunta de 5, resposta de 5, e a réplica e a tréplica do ministro. Tem funcionado e fica do mesmo jeito.

Depois tem a questão de ordem. Já está lá então no 403 que ela precisa ser muito bem disciplinada. Onde é que eu botei 403? Qual a página que está? Aí essa do 403 é onde regulamenta a tal da questão de ordem. O que é uma questão de ordem? Quando que cabe a questão de ordem? E quando é que ela pode ser feita? Questão de ordem. Então já está lá a questão de ordem suscetível em qualquer fase da sessão pelo prazo de 5 minutos. Qualquer dúvida sobre a interpretação e aplicação do Regimento. Então vai disciplinando, nós introduzimos então mais uns artigos aqui que é, por exemplo, nenhum Senador poderá falar na mesma sessão sobre questões de ordens já resolvidas pela presidência. O presidente decidiu, não pode mais puxar esse assunto na mesma sessão. Havendo recurso para o plenário sobre a decisão da presidência em questão de ordem, é lícito a essa solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Solicitada a audiência ficam suspensos os efeitos da decisão quando se tratar de interpretação de texto constitucional. O parecer da Comissão será proferido 24 horas. Porque normalmente essas questões de ordem, nós tínhamos recentemente na medida provisória, elas vão para a Comissão de Justiça e fica lá um ano, pára, não cria... Como é que chama? Uma legislação ou senão um hábito ou senão uma disciplina gerada na Comissão de Constituição e Justiça.

Então se acrescenta no 407 um § 4º que vai tratar sobre quando é regime de urgência e prazo de tramitação. E considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem só adquirindo força obrigatória quando aprovado lá na Comissão de Justiça que ela vai pára lá e costuma não voltar. Você vê do uso da medida provisória que o presidente devolveu, até hoje não voltou, ela já foi à Câmara, já derrubou e a Comissão de Justiça não se pronunciou. Negócio interessante. Mas era, mais ou menos por aí.

Então eu acho que o nosso objetivo, para se reformar o Regimento é: primeiro tinha que fazer um regimento, temos que fazer um regimento que ele seja obedecido. E dois: fazer um regimento para dar eficácia às sessões, para que funcione, para que se vote matéria, se discute, se fala, mas também se votem as matérias que dão. E eu dou vários exemplos: na Comissão de Justiça nós temos quase dois mil projetos parados, sem relator ainda por quê? É que é projeto demais também. Não chega a isso. Mas já teve isso. Levantaram-me no ano passado uma estatística que tinha isso no começo do ano.

Então, primeiro é claro que tem muita coisa, porque tem também, às vezes o Senador é medido pela imprensa, pelo menos no Estado pelo número de projetos que ele apresenta, e não pela eficácia desses

projetos. Então a gente nota muito o Senador faz uns dez projetos aí para dar um número lá. Então não são assim tão importantes, mas eu acho que eles tinham que ser apreciados ali. E eu vou dar um exemplo, no caso é um projeto meu, e eu tenho um projeto que regula a ortotanásia. Todos os países do mundo... Não é eutanásia e nem a distanásia, a ortotanásia. Os médicos brasileiros não conseguem diante de um paciente terminal, até onde eles podem ir ou não podem fazer. Eles têm medo. Aí o que é que aconteceu? O Estado de São Paulo fez uma lei legislando matéria federal a pedido da Associação Médica de São Paulo disciplinando o que é ortotanásia e como se procede para aplicá-la. Como não tem lei nacional o Conselho Federal de Medicina baixou uma lei, só que os médicos têm medo de obedecer à lei porque não é uma portaria, não é uma lei; eles têm medo de incorrer numa penalidade criminal dentro daquilo. Então se vocês olharem na Internet há mil dúvidas toda hora. Esse projeto meu tramita há nove anos aqui. Nem um parecer foi exarado ainda na Comissão. Pedi até um dia, mas o relator deu uma engavetada nele nove anos. Então é omissa: ah, não pode fazer muita lei, mas essa lei a sociedade demanda por ela, os médicos demandam por ela, e claro, que os pacientes não querem nunca chegar nela, mas há um ponto em que essa e outras coisas, serviço militar obrigatório, casamento de pessoas do mesmo sexo; são dez leis importantes para o País modernas que tramitam há 15, 20 anos. Eu até quis colocá-la num plebiscito, mas não deu passou também. Então eu acho que se a gente tiver resolutividade, eficácia. E a gente nota também sempre que, por exemplo, a lei dos consórcios, a lei dos consórcios passou aqui, eu fui o relator dela aqui, uma lei importante, dá garantia aos consorciados. Foi para a Câmara, foi aprovada, houve uma mudança no Senado. Como é que é? Manteve as alterações produzidas na Câmara, foi para o Presidente da República. Sancionou a lei. Um mês depois que o presidente sancionou a imprensa descobriu que tinha uma lei nova para con consórcio há uns 20 dias. Todas as televisões, jornais, consórcios, as garantias que são dadas e tal. Isso aí é uma medida efetiva que o Legislativo faz em defesa do consumidor, em defesa da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de ouvir agora a manifestação do Vice-presidente da Comissão, o Senador Antônio Carlos Valadares. Sua Excelência tem a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Sr. Presidente, Sr. Senador Gerson Camata o Regimento é um instrumento importante depois da Constituição Federal, possivelmente, seja um instrumento mais relevante para o funcionamento normal

do Poder Legislativo. É através da boa observância do Regimento Interno que as discussões e os debates são regulamentados, as matérias são discutidas e há um respeito mútuo entre os Senadores, dos mais diferentes partidos.

No meu ver a mesa que comanda os trabalhos da Casa é que deve ter um cuidado muito grande na direção dos nossos trabalhos, ou seja, a mesa deve dar o exemplo, observando os dispositivos regimentais. Por exemplo, é costume que se engendrou no funcionamento das sessões de uns tempos para cá, de o Presidente interferir com a sua palavra nas discussões ou nos debates até apartear.

O art. 50 do nosso Regimento diz que o Presidente somente se dirigirá ao plenário da cadeira Presidencial. Certo? Não lhe sendo lícito dialogar com os Senadores, nem os apartear, podendo, entretanto, interromper-los nos casos previstos no art. 18-1. Suponhamos que um visitante ilustre entre no plenário, ele pode naquele momento interromper o orador que está na tribuna e anunciar que está visitando o plenário do Senado o Ministro tal, o Presidente tal e convidar até para, por alguns minutos, chegar até a mesa e cumprimentar o Presidente e os demais componentes da mesa. Então eu acho que isso é muito importante que tem que ser observado porque tira, sem dúvida alguma, um pouco da dignidade do Presidente. Se ele está ali no alto da Presidência da mesa, a única coisa que ele tem que fazer é direcionar, presidir os trabalhos, porque presidir o nome já está dizendo. Ele não tem nada que interferir e nem bater boca, nem debater sobre um assunto relacionado com o orador que está na tribuna. Acho que isso aqui a gente tem que pedir, quem sabe, à Dra. Claudia Lyra, lógico que a mesa não vai se ofender com isso, mas tem que se fazer uma palestra para aqueles que presidem freqüentemente as nossas sessões. Essa questão, por exemplo, de “pela ordem”, isso já virou um desrespeito, um lugar comum. O “pela ordem”, “pela ordem Sr. Presidente”, às vezes a gente está discutindo, na espera de discutir um assunto importante e um Senador, normalmente, é um líder, pede pela ordem e aí fala que alguém morreu no seu Estado, que houve uma festa, um evento no seu Estado e passa a fazer uma comunicação que nada diz respeito àquele momento da sessão. Quem tem que promover essa disciplina não somos nós que estamos lá no plenário, é a mesa, e o Presidente, é aquele que está presidindo, no momento, a sessão. Está havendo, realmente um abuso quanto à utilização do termo “pela ordem”, e está no art. 14: pela ordem para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do regimento e indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da ordem do

dia. Vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência. Quer dizer, o Regimento é conciso e bem preciso. Ele diz o que significa “pela ordem”. Mas, na verdade, esse “pela ordem” se presta a tudo, até para fazer homenagem a pessoas que faleceram no Estado, a eventos ou a festas comemorativas que estejam sendo realizadas em qualquer Estado do Brasil.

Eu acho que, Senador Camata, que se dê outra redação, mas que “pela ordem” deve continuar, inclusive, porque suponhamos que num determinado momento o Presidente, por equívoco, colocou uma matéria em regime em segundo plano. Então o líder, o Senador pode pedir pela ordem Sr. Presidente por que motivo...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Com uma questão de ordem. Está lá na frente, está a questão de ordem. Aí ele cita artigo tal. V. Excelência se confundiu aqui.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Mas o pela ordem é mais rápido, é mais objetivo. E não precisa maiores indagações, só um equívoco a ser corrigido naquele momento do funcionamento da sessão. E lógico que a observância do regimento está já contida na questão de ordem.

Então nós poderíamos propor uma nova redação aqui a este artigo e colocar a palavra: “ficando proibida a utilização do “pela ordem” para o anúncio de fatos que não digam respeito à sessão”.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V.

Excelência me permite? Eu várias vezes...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Acho que se colocar a palavra “proibido” aqui, ficando proibido assunto alheio a funcionamento da sessão ou... O Senador é favorável a retrain não é?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Já

está aqui: é vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia para concessão da palavra. Já está aqui. Só que ninguém obedece. V. Excelência não conhece a história...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Fica aonde?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Está

la no art. 14 § 1º página 6. Já está lá. Já está hoje.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Mas vamos colocar a palavra proibida. Proposta pela nossa Claudia Lyra.

Eu fiz uma sugestão e eu acredito que os membros da Comissão vão aceitar que se deve permitir que os senadores que compõem a bancada possam falar em nome do líder, como hoje é permitido. Naturalmente que seja por escrito, que haja uma autorização

expressa do líder para que um dos membros da sua bancada possa falar em seu nome.

E eu falei aqui que o requerimento de louvor que geralmente passa nas Comissões não é lida? As comissões hoje apreciam requerimento de louvor, de aplauso e não sei o que. Que um requerimento de louvor que é uma coisa simples seja apresentado no plenário, imediatamente votado no instante que o Presidente achar mais adequado, colocar o requerimento em votação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Permite-me só uma... Eu omiti na hora. Atualmente, por exemplo, a tal da explicação pessoal quando o Senador é citado. Então a gente está enfatizando aqui que é por uma única vez, por 5 minutos, se nominalmente citado de maneira caluniosa, injuriosa ou difamatória na ocasião para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído e discurso aparte não sendo a palavra dada com essa finalidade a mais de dois oradores na mesma sessão. Por quê? As vezes um Senador elogia o outro. Fui citado. É só a explicação pessoal quando é uma explicação difamatória, injuriosa que aí restringe um pouco esse... Que eu posso combinar, eu vou lá e elogio o Antônio Carlos Valadares, ele pede para explicar, aí ele me elogia e eu peço para reaplicar. A gente devia pedir pela ordem, só para quando é difamatória que eu esqueci na hora, me desculpe, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): O que nós temos que discutir, na realidade, hoje, Presidente é só o uso da palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Ou pode ser outros assuntos também?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): A gente já discutiu isso, o uso da palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Pode ser tudo, não é?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se

o principal entrave é o uso da palavra, então nós focamos isso. Não tem limite.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): As sessões solenes, por exemplo, elas têm tomado muito tempo aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Está

ali já disciplinando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Como é que está regulamentada agora?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A

sessão solene?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): A proposta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então não tem mais horário de expedientes em homenagem, só a sessão, hoje são quatro por mês, nem domingo não está muito ainda não. A idéia é limitar...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Não está grande não quatro por mês?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É muito não é. Hoje são duas. Mas duas. As vezes acontecem dez, quinze. Novembro que nós estávamos precisando votar tanta matéria houve umas sete, oito. Então eu acho que tem que disciplinar e ela tem que ser... E depois o problema do número de oradores, quem indica os oradores, o líder indica o orador, ele não pode ser apartado. E uma sessão solene.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para isso o Senador Jarbas Vasconcelos propôs semana passada que fosse vedada a realização de reunião solene nos meses de junho que antecede o recesso e no mês de novembro que antecede dezembro que é o período...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Isso é muito bom. Mas a gente copia o projeto e manda com autorização.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): — quando era chamado a votar muitas proposições, inclusive, algumas importantes e etc. E tem, inclusive, na sessão do Congresso a votação do Orçamento Geral da União. Então isso é uma maneira também de conter um pouco a realização de sessões solenes, porque algumas, às vezes a instituição ainda não é efemérica, ainda não tem um período muito dilatado de tempo de sua existência.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Presidente, não seria melhor estabelecer um quantitativo máximo de sessões?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ou dia. Lá na Câmara o Chinaglia botou que só podia ser dia de segunda-feira às 10h da manhã. Pronto, acabou.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Ninguém vai. Olha, há um problema importante aqui, principalmente, que prejudica o funcionamento dos partidos menores, é a questão da alternância das relatorias. Eu achava que deveria ser uma coisa mais democrática que se nós verificarmos os relatores que são designados pela Presidência no plenário e também nas Comissões, a exceção da Comissão de Justiça onde há hoje na Presidência do Senador Marco Maciel uma alternância natural que ele está promovendo. E salvo em casos especiais não há nenhuma preferência partidária na indicação de relatores. Entretanto, a gente vê lá no plenário que não há uma alternância, porque o Regimento Interno determina uma alternância, mas dando prioridade aos partidos maiores.

Então eu acho que de alternância não devia ser por partido, devia ser por senador para que todos... Alternância ao invés de ser por partido político fosse por Senador, para que todos tivessem o direito de opinar e debater matérias importantes. A não ser que o senador designado não quisesse. Suponhamos que o Senador...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas pela ordem alfabética, ordem de atividade?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Não, pela ordem, sei lá, alfabética.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O Z não vai relatar nunca.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Mas aí se não tiver Z? Vai para o A novamente. Que haja um critério de alternância entre Senadores por partido, vamos dizer. Por partido, vamos supor que o PMDB já foi contemplado com a relatoria, o próximo seria o PSDB. O PSDB já foi contemplado com a relatoria, o próximo seria... Suponhamos por quantidade de bancada, pode ser até assim. As bancadas maiores...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O mesmo critério das comissões que seguem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): As bancadas maiores, quer dizer, indicariam, em primeiro lugar, mas isso não impediria que as bancadas menores pudessem indicar lá no fim, porque realmente fazem um rodízio tal que os senadores de partidos menores dificilmente têm condições de relatar a matéria. Isso está acontecendo, não é Presidente, principalmente, no plenário. Pois é. Eu faço parte do PSB, sou um partido pequeno, mas sempre estou relatando na Comissão de Justiça, mas isso por liberalidade do presidente. Na hora que entrar um presidente...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas do outro lado...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Vamos dizer assim: concentrador de poder, aí isso não vai acontecer nunca, de um partido pequeno, um integrante de um partido pequeno participar de uma relatoria.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite um aparte. Para as comissões estamos colocando aqui o seguinte: a delegação de relator para as comissões e, independentemente, da matéria e de reunião da comissão obedecerá à proporção das representações partidárias ou dos blocos parlamentares nela existente. Será alternada entre os seus membros e far-se-á em dois dais úteis após o recebimento do projeto, salvo nos casos em que esse regimento fixe outro...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Mas essa redação é restritiva.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não. Aplicar para o plenário?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Ela é proporcional.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É proporcional.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Pelo que está aí é proporcional às bancadas. Eu acho que seria muito melhor que fosse, vamos supor, um senador como, eu vou dar um exemplo, o Senador do Rio de Janeiro, o nosso do PP Dornelles é uma pessoa versada em economia. Então hoje ele está num bloco. Então como ele está num bloco ele poderá ser beneficiado. Mas suponhamos que ele fosse sozinho por uma liberalidade dos partidos ele fosse para uma comissão, Comissão de Assuntos Econômicos, então por aí ele jamais seria relator de uma matéria como, por exemplo, reforma tributária, o Regimento não permitiria que ele fosse, porque ele é um Senador que só tem... E de uma bancada que só tem um Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Unoria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Unoria. Então eu acho que deveria, o melhor critério para sermos mais democráticos seria um revezamento entre senadores por bancada, quer dizer, começaria por partido e de tal modo que todos tivessem direitos a um dia participar de uma relatoria tanto no plenário como...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ai prejudicaria o partido da maioria, porque raramente um senador da maioria um dia relataria um projeto. Onde a minoria relataria mais projeto do que o da maioria. Seria injusto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Sabe o que é que acontece? E que poderia se estabelecer também um limite para isso, para não prejudicar os grandes partidos. Fazer uma redação de tal forma que todos tivessem direito a relatar um dia uma matéria. Você pode verificar dos 81 Senadores quantos já relataram no plenário uma matéria importante. Pouquíssimos.

Eu estou aqui, por exemplo, há 14 anos, eu acho que eu relatei umas três matérias no plenário, nas comissões, sim, já relatei muitas, mas eu acho que isso é uma discriminação que tem que ser evidenciado aqui que é um momento que a gente está fazendo o regimento. Entendeu, Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nós temos que encontrar uma fórmula matemática para isso, por exemplo, vamos supor, o PMDB tem oito membros numa comissão, o PT tem seis e o PP tem um. Aquele

um vai relatar mais matérias do que os senadores do Partido que tem dez, doze, porque se rodar por partido, raramente um que tem oito vai ser chamado oito vezes menos do que um partido que só tem um senador para relatar. E aí onde é que está a justiça do critério? Aí mais injusto do que o atual.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Colocaríamos um parágrafo onde esse senador que o senhor está falando, um único senador ele fosse designado para relatar matérias, pelo menos, tantas vezes num semestre. Pelo menos. E aí ressaltava a questão do uso desses partidos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ou quando ele foi designado para uma matéria, ele só poderia ser designado de novo quando os outros oito do partido majoritário tivessem todos relatado uma matéria. Ele ia ficar encostado lá no fundo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Aí vai ficar no fundo. Aí é pior ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Rodízio entre os partidos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Rodízio entre os partidos, mas proporcionalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exato.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ai é o sistema atual. O sistema atual o PMDB tem oito, o PT tem seis, o outro lá tem um. Se você estabelecer que aquele que tem um tem o mesmo direito de relatar do outro que tem oito, o do oito está prejudicado, porque o Dornelles, no caso, não é o fato, mas esse senador do partido único, da uniminoria, ele relataria muito mais, oito vezes mais projetos do que o PMDB que tem oito lá.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Então coloca uma exceção aí do presidente poder ter a prerrogativa de indicar o relator em casos especiais, porque dentro contrário vai ficar só PMDB e PSDB.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É. É preciso estudar uma fórmula matemática.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Dar uma autoridade ao Presidente de em casos especiais escolher o relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fazer um problema de dízimas periódicas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-ES): Mas leva a sério, porque o nobre Senador é membro de um partido grande, o PMDB. Não sente essa dor. Vamos estudar essa questão. É isso aí.

(Soa campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Eu gostaria de em rápidas palavras colocar algumas questões. Primeiro o seguinte: a idéia que eu acho que é um consenso na Comissão é dotar o Senado de um novo Regimento. Quando nós falamos aqui reforma de Regimento Interno é porque o ato que criou a comissão fala em reforma do Regimento. Apenas esse é um esclarecimento. Segundo lugar, eu considero importante e a Dr^a Cláudia já falou que foi providenciado que nós consigamos agregar o pessoal da área de informática para dar mais celeridade ao processo decisório. Acho que nós poderíamos aproveitar essas novas tecnologias da informação para, talvez modernizar, se assim podemos dizer, modernizar o processo deliberatório e imprimir maior velocidade das decisões.

Nós falamos freqüentemente em reforma do Judiciário, reforma do Executivo etc. e tal, mas a gente, muitas vezes, nós nos esquecemos de fazermos reformas nas próprias Casas, quer dizer, tanto isso é válido para a Câmara dos Deputados como para o Senado Federal. E eu considero que essas novas tecnologias podem ajudar e muito como vem ocorrendo, inclusive, já ocorreu em relação a outros assuntos, por exemplo, a criação do Prodasen que foi uma coisa muito importante, eu queria dar muitos outros exemplos em que o Congresso, de modo especial, o Senado, sobretudo, eu me refiro ao Senado já se vale dessas novas tecnologias e, de alguma forma, a mesma coisa acontece na Câmara.

Agora, eu também gostaria de insistir na necessidade de não fazermos grande esforço para concluirmos o processo de apresentação de novo Regimento este semestre, o ideal seria isso. Porque eu fico com receio que o segundo semestre, como para o ano é um ano de eleições gerais, que o processo, o debate sucessório e essas coisas mais terminem predominando e fazendo com que a questão regimental passe para um segundo plano que não seria algo desejável e até algo que, a meu ver, ia fazer com que praticamente entrássemos o ano de 2010 com o Regimento atual. E o próximo ano, então, o território é[ininteligível], é muito mais difícil ainda. Eu sei que o tempo corre veloz e nós devemos fazer um esforço para concluirmos esse semestre.

Agora uma questão muito tópica. Eu, às vezes, fico pensando que o Senado e isso se estende também à Câmara, mas não vou no assunto Câmara e nem nos cabe fazer isso. Eu, às vezes, fico pensando que esses requerimentos de louvor e etc., eu não sei se devia existir, porque isso devia ser algo a ser contemplado no Regimento. Eu penso que o Senado tem e a Câmara também formas de reconhecer o lou-

vor através quando concede a medalha do mérito do Poder Legislativo e etc., isso é um reconhecimento. E também só se dá de forma parcimoniosa e reconhecimento dos méritos e tal do agraciado. Porque eu fico pensando que grande número de proposições nesse sentido que tramitam em Comissões e tomam algum tempo, e quando, na realidade, aí você não se compadece com a natureza do processo legislativo. Não sei, eu sei que isso é uma matéria que, certamente, há muita reação, mas eu não vejo razão. E temos ao final do ano geralmente a concessão de encomendas e etc., então eu acho que isso resolve um pouco. E quando se trata de um efemérico isso é feito até em sessão solene, quando realmente um efemérico, um evento de grande relevância, uma epanáfora, uma coisa assim muito forte para justificar.

Agora eu gostaria de perguntar à Dr^a Cláudia Lira se ele gostaria de fazer alguma colocação, já que o Senador César Borges deve estar prestes a chegar, e ele, certamente, gostaria de aduzir também algumas considerações com relação ao tema. E também depois eu gostaria de observar aqui um processo que desse maior velocidade e as decisões aqui tomadas, para não voltarmos a temas já deliberados. Isso seria uma forma de queimar etapas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, por exemplo, hoje nós tratamos, Sr. Presidente do problema da... Os líderes, qual a competência do líder? Até onde ele vai? O que é que ele fala? O que é que ele pode? O que é ele não pode? O que é que ele delega? E mais outro assunto, além de líder para gente correr, porque eu acho que no final de março está pronto, se a gente der... Igual hoje assunto tópico, hoje foi uso da palavra. Terminamos. Vamos pegar competência do líder. Mais o que, Cláudia, o que você sugere? Os colegiados dos partidos. Fazer assim por tema que aí já esgotamos esse e vamos esgotar o outro.

Eu achava, dentro da fala do Presidente Senador Marco Maciel, que uma coisa mais radical seria fazer igual muitas Câmaras Legislativas hoje no mundo estão fazendo que é ter uma comissão, tipo uma Comissão de Justiça, aonde tivessem assento os líderes. Dessa comissão vai para o plenário a redação final.

Pronto, foi a redação final. O plenário se derrubar um artigo volta para essa Comissão, o líder tem dois dias para devolver. Viu agora a proposição do Obama? Foi “pum” e “pa”, vai porque vai nessa comissão. Essa comissão tem um líder. Aqui sabe o que é que está acontecendo? Passa o projeto, vai para a Comissão, passa na CAE, passa na Justiça, vai para a pauta. E aí os líderes vão 4 horas da tarde na mesa do presidente, lá na sala do presidente e decidem hoje: tira isso, bota aquilo, bota aquilo. E a gente vê, os Senadores estão

com notebook e a proposição está lá há 40 dias eletrônica. Só que ele fala: "Não pode votar, parece que é hoje, em cima de um... n o bater da caixa, está votando rápido demais. Está há 40 dias, é uma eternidade, não é rápido demais. Está lá. Mas não acessa aquele notebook, não olhou lá e não viu. E o líder também, às vezes, pegou uma matéria que ainda está lá na Comissão e a joga para votar naquele dia. Que diabo! É uma ditadura. Não é do presidente. Já é da liderança. Esse povo que quiser duas horas antes... Quando não fazem a ordem do dia começar 7h da noite. O Regimento diz que ela tem que começar às 4. Então eu acho que tem que ter uma limitação nessas coisas sobre o líder. E até ter uma comissão, por exemplo, fosse vice-líder de todos os partidos.

Naquela comissão, praticamente, no lugar de fazer no dia, na mesa do presidente, uma semana antes. Aí eu saberia, não, quarta-feira eu vou votar essa matéria, e eu vou querer derrubar esse artigo aqui, vou pedir um destaque no plenário. Se pedir destaque volta para a comissão imediatamente. Não é lá no plenário que vai decidir emenda para cá empurra para lá. Praticamente o plenário o que é? E o local onde se efetua a solenidade da consagração de uma coisa que já está praticamente decidida. O plenário soleniza aquilo lá para.

Não sei se com tantos líderes que tem no Senado aqui caberia uma proposição que se pratica muito em países que tem um, dois ou três partidos. Mas eu acho que seria muito interessante.

A outra boa notícia que eu acho...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Só um minutinho, porque vai passar para outro assunto. Na proposta de reforma do Regimento Interno, da apresentação do novo Regimento Interno já se cogita da criação do colégio de líderes. Aí talvez pudesse se pensar em definir atribuições desse colégio de líderes. E aí conferindo esse papel que V. Excelência sugere que outros parlamentos se adotem. O Congresso americano tem isso. E há outros também. Mas o Congresso americano isso eles já deliberam...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Em partidário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): É muito mais simples.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Agora, aqui, por exemplo, a maneira seria também de se colocar que nenhuma matéria poderá ser votada se não for colocada na pauta uma semana antes, ou na semana anterior, ou cinco dias, cinco sessões, quer dizer, ela entrou. Não pode chegar em cima da hora, jogar lá uma matéria porque os líderes decidiram, ou porque o Lula telefonou e quer votar aquilo naquele dia.

Eu acho que tem que ter uma disciplina nossa aqui de colocar as matérias. Por exemplo, o Presidente Sarney, na reunião da mesa, disse duas coisas importantes, ele vai designar durante a semana quem abre a sessão, até que horas preside... A ordem do dia é sempre ele. Terminou a ordem do dia quem preside. Então vai ter uma escala. Eu sei que segunda-feira vai ser o Senador Antônio Carlos Valadares, terça-feira vai ser... Então vai ter uma escala de quem vai presidir às sessões, e aquele membro da mesa vai ter que estar lá.

Não é novidade. A Assembléia Legislativa do Espírito Santo se não tiver 1/3 de parlamentares não abre a sessão. Se não tiver três membros da mesa sentados à mesa não pode abrir a sessão. Lá faz isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): A Bahia faz isso também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Então veja, a Bahia também tem isso. E o Presidente Sarney disse que ele quer, quando ele senta que todos os membros da mesa estejam sentados lá em cima com ele. Outra coisa interessante que eu achei, medida provisória passou os dois dias do acordo, bota na pauta e chama para votar. Tem acordo, não tem acordo. Quem tem maioria ganha, quem não tem maioria perde. Mas vota. E ele vai botar para votar. Agora a gente vê medidas provisórias aí que ficam um mês para esperar acordo.

Nós reclamamos das medidas provisórias. No mês de dezembro nós votamos uma. Dava para votar uma por semana. Dava, mas não se vota. Então eu acredito que se o Presidente Sarney fizer isso eu acho que vai fazer com que os líderes aprendam, primeiro, no lugar de fazer pauta na última hora, ter liderança, efetivamente, sobre os seus comandados e fazê-los ir ao plenário votar de acordo com a posição que eles estão pregando ou perdem a votação. Então eu acho que nós temos que observar que seria muito boa essa medida do presidente...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – ES): Senador Camata para gente atender um pouco da celeridade do andamento da reforma do Regimento e atendermos essa preocupação do presidente que no próximo ano será um ano de eleição, quer dizer, vamos dividir essas discussões por títulos e capítulos como regimento. Por exemplo, na próxima semana quais os títulos e capítulos que nós vamos discutir, debater? Porque a gente pode se preparar e já trazer algumas sugestões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Eu não sei se a Dr^a Cláudia gostaria de...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Fala alguma coisa, Cláudia, se você tem alguma idéia mais...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): A gente podia relacionar aqui. Aqui não tem o título do regimento e nem o capítulo a que se refere às matérias que serão discutidas. Seria mais prático a gente colocar, por exemplo, aqui tem título 7º das sessões. Esse título 7º tem cinco capítulos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Então esse dá para discutir tranquilamente junto com outro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Exatamente. Então aí daria para discutir tudo. Então quando o título é pequeno a gente pode...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Funcionamento das sessões. Pronto. É um que entra na próxima. Depois, por exemplo, Estatuto dos Senadores, colegiados partido... Dá para entrar três itens na próxima: funcionamento, Estatuto dos Senadores e colegiados, partidos, líderes e tal. Depois na outra sessão vai ser comissões, tudo que a comissão, e na outra proposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Então...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Pronto, com cinco sessões nós terminamos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-ES): Senador Camata, então veja, na próxima o senhor fala que é o título 3 da mesa, o título 4 dos blocos, o título 5 da representação externa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Ela vai botar por bloco aqui, por dispositivo lá do Regimento antigo...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Do Regimento atual. Não é isso?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

É. Do atual.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Das comissões será uma discussão só, porque é mais complicado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Mais complicado. Depois outro: proposições. Como é que tramita? Como entra? Qual vai, procedimento, urgência, rito e tal. Depois escolha de autoridades, convocação de ministro. Isso faz tudo num dia.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Então a gente pode fazer isso em quantas sessões?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Quatro. Uma é para redação final.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Ouvia, Cláudia? Dividir os nossos trabalhos, que a gente possa fazer isso de quatro a seis sessões. Seis. Eu acho que seis, seis sessões está de bom tamanho.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Isso aí. Pronto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Agora o ideal também seria que ficasse definido o horário das reuniões da comissão por uma razão muito simples: essa semana é uma semana soft, assim podemos dizer, que não tem reunião de comissão e etc., mas é possível que após o carnaval seja definido...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

A gente podia fazer uma quinta de manhã, quem sabe?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Quinta de manhã, às vezes tem reuniões de comissões...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Tem comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Relações Exteriores se reúne quinta de manhã e etc.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não,

aqui. Eu estou falando... Essa semana não reúne.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Ah, sim, fazer esta semana?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): O

Presidente Sarney pediu até que as comissões podem funcionar. E só o mais velho de cada comissão convocar, ir lá e reunir a comissão. Não está acontecendo. Então esta semana na quinta...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE): Não está acontecendo porque não houve acordo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Não houve acordo. Mas nesta semana, na quinta, não vai ter Relações Exteriores. A gente podia fazer uma reunião aqui. O que você acha Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Pela manhã?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

É nesse horário.

SENADOR ANTONIO CARLO VALADARES

(PSB – ES): Esta semana não vai ter nada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES):

Então, a gente vem para cá quinta-feira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – ES): Podemos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): pegamos capítulos ali.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – ES): Dois capítulos. Quais são os capítulos? A senhora vai comunicar não é Dr^a Cláudia?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Ela vai fazer levantamento e manda para cada um de nós.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – ES): Manda para cada gabinete. Pronto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Com ênfase nos artigos mais polêmicos ou nos parágrafos então.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – ES): Senador que quiser já vai trazendo as sugestões.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): As sugestões. Já têm muitas sugestões. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Dr^a Cláudia não quer se manifestar. Eu acho que podemos, agradecendo a presença do Vice-presidente Senador Antônio Carlos Valadares e o Relator Geral Senador Gerson Camata, eu encerro

a presente reunião convocando uma próxima para a próxima quinta-feira.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): É quinta agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): É quinta agora.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Já adianta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Então, nada mais havendo...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): 10h.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): 10h. Eu acho que...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Aí dá para já dar um passo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE): Uma avançada.

E nada mais havendo a tratar então declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES): Muito bom.– Senador **Marco Maciel**, Presidente.

Sessão encerrada às 11h28m.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

COMISSÃO

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

"Institui Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade"
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Eduardo Suplicy (PT) (30)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (31)
Delcídio Amaral (PT) (29)	2. Renato Casagrande (PSB) (26)
Aloizio Mercadante (PT) (34)	3. João Pedro (PT) (8,25)
Tiã Viana (PT) (33)	4. Ideli Salvatti (PT) (27)
Marcelo Crivella (PRB) (32)	5. Flávio Arns (PT) (28)
Inácio Arruda (PC DO B) (38)	6. Expedito Júnior (PR) (1,35)
César Borges (PR) (37)	7. João Ribeiro (PR) (36)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) (6)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (15,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (14,41)
Efraim Morais (DEM) (47)	3. Heráclito Fortes (DEM) (43)
Raimundo Colombo (DEM) (49)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (11,13,40)	5. Kátia Abreu (DEM) (44)
Jayme Campos (DEM) (10,39)	6. José Agripino (DEM) (2,46)
Cícero Lucena (PSDB) (21)	7. Alvaro Dias (PSDB) (20)
João Tenório (PSDB) (19)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (16,24)
Sérgio Guerra (PSDB) (21)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (22)
Tasso Jereissati (PSDB) (21)	10. Papaléo Paes (PSDB) (23)
PTB (4)	
João Vicente Claudino (48)	1. Sérgio Zambiasi (9,48)
Gim Argello (48)	2. Fernando Collor (48)

PDT

Osmar Dias (17)

1. Jefferson Praia (7,18)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
19. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
20. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
21. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
24. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
26. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
28. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
29. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
30. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

32. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
39. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
41. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) ^(3,17,36)	1. Fátima Cleide (PT) ⁽³⁰⁾
Augusto Botelho (PT) ⁽³³⁾	2. César Borges (PR) ⁽³⁴⁾
Paulo Paim (PT) ⁽³²⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁷⁾	4. Inácio Arruda (PC DO B) ^(1,2,13)
Expedito Júnior (PR) ⁽²⁹⁾	5. Ideli Salvatti (PT) ^(26,28)
VAGO ⁽³¹⁾	6. VAGO ⁽³¹⁾
VAGO ⁽³¹⁾	7. VAGO ⁽³¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁷⁾	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴¹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽⁴²⁾
Efraim Morais (DEM) ^(12,15,38)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(10,40)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴³⁾	4. José Agripino (DEM) ^(4,44)
Lúcia Vânia (PSDB) ^(21,39)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²²⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽²⁴⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²³⁾	7. Sérgio Guerra (PSDB) ^(20,45)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. VAGO ^(14,16)
PDT	
João Durval ^(19,47)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
33. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽³⁵⁾	1. Renato Casagrande (PSB) ^(14,29)
Aloizio Mercadante (PT) ^(7,33)	2. Augusto Botelho (PT) ^(1,12,14,31)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁵⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁷⁾	4. Marina Silva (PT) ^(13,14,30)
Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁵⁾	5. César Borges (PR) ^(36,48)
Expedito Júnior (PR) ^(28,48)	6. Paulo Paim (PT) ^(16,32)
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁴⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(6,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴²⁾	1. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴³⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁴⁵⁾	2. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴¹⁾
Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁷⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ^(11,17)	4. José Agripino (DEM) ^(2,38)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁷⁾	5. Eliseu Resende (DEM) ^(5,18,39)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽²⁵⁾	6. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²²⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽²⁴⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁵⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²³⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Romeu Tuma ⁽⁴⁰⁾	1. Gim Argello ⁽⁴⁶⁾
PDT	
Osmar Dias ^(8,10,20)	1. Patrícia Saboya ^(9,19,50)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
18. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
21. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
37. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
39. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
44. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
48. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
50. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽³²⁾	1. João Pedro (PT) ^(1,31)
Augusto Botelho (PT) ⁽³²⁾	2. Ideli Salvatti (PT) ⁽³³⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽³²⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,30)
VAGO ^(32,41)	4. José Nery (PSOL) ⁽³⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ⁽³⁸⁾
Marina Silva (PT) ⁽³⁷⁾	6. VAGO ⁽³⁸⁾
Expedito Júnior (PR) ⁽³⁶⁾	7. VAGO ⁽³⁸⁾
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁰⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁵⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,51)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,44)	3. Jayme Campos (DEM) ⁽⁵⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁸⁾	4. Efraim Morais (DEM) ⁽⁵²⁾
José Agripino (DEM) ^(13,46)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁹⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,43)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁵⁾	7. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁸⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²²⁾	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²³⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁷⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,49)	1. João Vicente Claudino ⁽⁴⁹⁾
Romeu Tuma ⁽⁴⁹⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
30. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
36. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

38. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
39. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgíneo de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (20)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PT) (7,20)	2. César Borges (PR) (25)
João Pedro (PT) (21)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (26)
João Ribeiro (PR) (24)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (35)	1. Adelmir Santana (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (32)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,28)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (29)	4. Jayme Campos (DEM) (9,33)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,18)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,27)	1. Sérgio Zambiasi (27)
PDT	
Cristovam Buarque (8,12,37)	1. Jefferson Praia (13,36)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
28. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO****RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s): 3311-3935****Fax: 3311-1060****E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²⁴⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁹⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²²⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁹⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,21,29)
Magno Malta (PR) ^(2,23)	4. VAGO ⁽²¹⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(10,12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,30)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽²⁷⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,32)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁸⁾
Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁸⁾	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁵⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
18. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. João Ribeiro (PR) (40)
Renato Casagrande (PSB) (42)	2. Marina Silva (PT) (34)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
João Pedro (PT) (39)	4. Magno Malta (PR) (35)
Augusto Botelho (PT) (33,47)	5. Tião Viana (PT) (17,36,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) (45)	1. Adelmir Santana (DEM) (6,44)
Demóstenes Torres (DEM) (50)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,46)
Marco Maciel (DEM) (13,24,49)	3. José Agripino (DEM) (18,22,48)
Heráclito Fortes (DEM) (3,53)	4. Kátia Abreu (DEM) (43)
Arthur Virgílio (PSDB) (30)	5. Alvaro Dias (PSDB) (29)
Eduardo Azeredo (PSDB) (30)	6. João Tenório (PSDB) (12,32)
Flexa Ribeiro (PSDB) (28)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (31)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20,21,23,25,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (27,54)	1. Cristovam Buarque (15,26,55)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
27. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
28. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
31. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
32. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
47. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
49. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
54. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
55. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s): 3311-3496****Fax: 3311-3546****E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s): 3311-3496****Fax: 3311-3546****E-mail: scomcre@senado.gov.br**

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽²⁰⁾	1. Marina Silva (PT) ⁽¹⁹⁾
Paulo Paim (PT) ^(20,30)	2. Delcídio Amaral (PT) ^(26,30)
Ideli Salvatti (PT) ⁽²⁰⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²¹⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁷⁾	4. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽²³⁾	5. Eduardo Suplicy (PT) ⁽²⁴⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²²⁾	6. João Pedro (PT) ⁽²⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(4,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁷⁾
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) ^(9,11,12)
Gilvam Borges (PMDB) ^(6,10)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁸⁾	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁴⁾
Eliseu Resende (DEM) ⁽³¹⁾	2. Efraim Moraes (DEM) ⁽³²⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁵⁾	3. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁶⁾
Jayme Campos (DEM) ⁽²⁷⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(8,33)	5. Demóstenes Torres (DEM) ^(2,29)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁴¹⁾	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽⁴²⁾	7. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽⁴⁰⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽¹⁴⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor ⁽²⁸⁾	1. Gim Argello ⁽²⁸⁾
PDT	
João Durval ⁽¹³⁾	1. Osmar Dias ⁽³⁹⁾

Notas:

1. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
11. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
12. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
13. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
17. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
18. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
20. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
29. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
30. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
31. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²³⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,26)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,27)	2. VAGO ⁽²⁵⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁴⁾	3. VAGO ⁽²⁵⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁸⁾	4. VAGO ⁽²⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽²⁹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³²⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³¹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³³⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁵⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,38)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁹⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁰⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,18)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²²⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²¹⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁷⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁷⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,16,40)	1. João Durval ^(15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
25. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²³⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²³⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
VAGO ^(20,25)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²²⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	4. VAGO ⁽¹⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(2,11)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³¹⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,24)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁰⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁶⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁹⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,32)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,27)	4. José Agripino (DEM) ⁽³³⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁴⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,28)	1. Gim Argello ⁽²⁸⁾
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (17)	3. VAGO (21)
VAGO (21)	4. VAGO (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (6,9)	3. Gim Argello (PTB) (7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (32)	1. Gilberto Goellner (DEM) (23)
Demóstenes Torres (DEM) (2,28)	2. Eliseu Resende (DEM) (22)
José Agripino (DEM) (5,11,27)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (25)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Marisa Serrano (PSDB) (14)
Papaléo Paes (PSDB) (13)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (10,15)
PTB (4)	
Sérgio Zambiasi (29)	1. Fernando Collor (29)
PDT	
Patrícia Saboya (12,30)	1. Cristovam Buarque (31)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

10. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
11. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
23. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
30. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
31. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
32. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

VAGO

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

VAGO

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

PR

Expedito Júnior (RO)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. (VAGO) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Tendo em vista que o Deputado Valdir Colatto assumiu a vaga de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



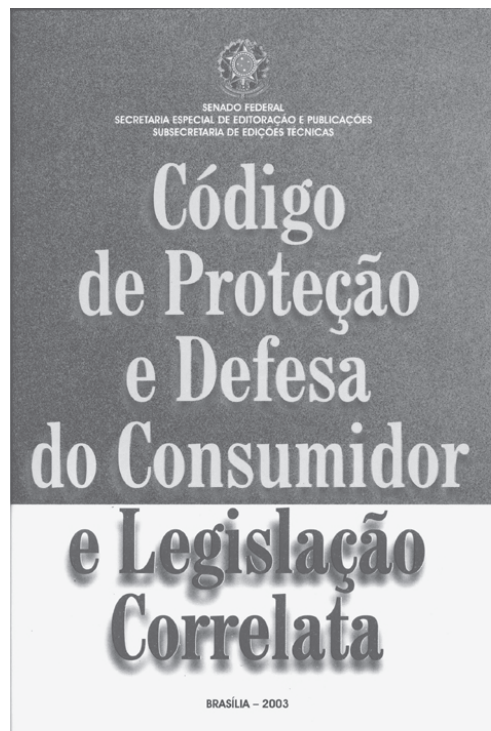
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 134 PÁGINAS